

**ANNA CRISTINA C. DE A. S. BRISOLA**

**A ágora digital, a competência crítica em informação e a  
cidadania ampliada:  
Uma construção possível.**

**Dissertação de mestrado  
Março de 2016**





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO  
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

**ANNA CRISTINA C. DE A. S. BRISOLA**

A ÁGORA DIGITAL,  
A COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO  
E A CIDADANIA AMPLIADA:  
Uma construção possível.

RIO DE JANEIRO

2016



**ANNA CRISTINA C. DE A. S. BRISOLA;**

**A ÁGORA DIGITAL, A COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO E A CIDADANIA  
AMPLIADA:  
Uma construção possível.**

**Orientador:  
MARCO ANDRÉ FELDMAN SCHNEIDER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o IBICT – PPGCI e a UFRJ, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Rio de Janeiro

2016

B859

Brisola, Anna Cristina

A ágora digital, a competência crítica em informação e a cidadania ampliada: uma construção possível / Anna Cristina C. de A. S. Brisola. – Rio de Janeiro, 2016.

146 f

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2016.

Orientador: Marco André Feldman Schneider

1. Competência crítica em informação 2. Cidadania ampliada 3. Redes digitais 4. Letramento digital 5. Mobilização em rede. 6. Ciência da Informação – Dissertação. I. Schneider, Marco André Feldman (Orientador). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. III. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. IV. Título

CDD 028.7

**ANNA CRISTINA C. DE A. S. BRISOLA**

**A ÁGORA DIGITAL, A COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO  
E A CIDADANIA AMPLIADA: Uma construção possível.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o IBICT – PPGCI e a UFRJ, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em 31 de março de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marco André Feldman Schneider (Orientador)  
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

---

Prof. Dr. Arthur Coelho Bezerra  
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

---

Prof. Dra. Sylvia Moretzshon  
GCO/UFF – PPGJA /UFF





## **AGRADECIMENTOS:**

Preciso agradecer primeiro à minha família.

Meus pais que me forjaram. Meu pai, que não está mais aqui mas que sempre me estimulou a questionar. Minha mãe, companheira e conselheira de todas as horas, estímulo à cultura e ao conhecimento, fonte de sabedoria.

Meu marido, que aturou todos os altos e baixos, a luz no rosto na hora de dormir, o mal humor, o desespero e dividiu as alegrias e vitórias, que sempre acreditou em mim e me empurrou para frente.

Meus filhos, que nos últimos anos dividiram sua mãe com o sonho de estudar mais e ir além. Sempre me estimulando e apoiando.

Minhas irmãs que sempre me deram força e tiveram paciência de ler meus textos.

Meu orientador, Dr. Marco Schneider, a quem aprendi a amar. Sua influência me fez chegar até aqui, com aulas, papos, conselhos e orientação. Sempre de maneira carinhosa e respeitosa, como alguém que acredita no potencial do outro e colabora com seu crescimento acadêmico, sempre respeitando as individualidades e particularidades. Meu muito obrigada!

A todos os professores que passaram em meu caminho. Especialmente ao Marcos Dantas que teve paciência de, mesmo sem obrigação, me auxiliar; e à Lena Vânia, que me ajudou, tão carinhosamente, a encontrar a C.I. nas aulas e nos papos.

À minha banca, que tanto contribuiu com o caminhar desta dissertação e de meu conhecimento. Obrigada Arthur, Sylvia e Gustavo. Vocês vão nas páginas e no coração para sempre.

Aos “amigos epistemológicos” que tanto colaboraram com meus pensamentos e estudos. Daqueles que seguem para a vida.

À ágora digital, por me ajudar a construir meu conhecimento e abrir a possibilidade dessa paixão por influenciar os outros e sonhar com um mundo melhor.

Meu mais sincero muitíssimo obrigada.

**“A inteligência ficou cega de tanta informação”**

(DINHO OURO PRETO / ALVIN L)

“Quantos cegos serão precisos para fazer uma cegueira.”

[...]

“Costuma-se até dizer que não há cegueiras, mas cegos,  
quando a experiência dos tempos não tem feito outra coisa que dizer-nos  
que não há cegos, mas cegueiras.”

[...]

“Por que foi que cegamos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão,  
Queres que te diga o que penso, Diz,  
Penso que não cegamos, penso que estamos cegos,  
Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem.”

(JOSÉ SARAMAGO)

Embora! Sussurro dos partos,  
gerados nos ciclos da crise.  
Embora, prefácio da esperança,  
nascida nas dores das perdas.  
Embora, alma de guerra,  
pra matar os algozes do declínio,  
do suicídio em conta-gotas depressivas.  
Embora, o grito último, quando  
todas as expectativas sucumbirem  
à chibata dos fracassos e catástrofes...  
Para ressuscitar o gosto da vida,  
nos ciclos nascidos das cinzas.

(ERNANI MALDONADO)

Se tens um coração de ferro, bom proveito.  
O meu, fizeram-no de carne,  
e sangra todo dia

(JOSÉ SARAMAGO)

BRISOLA, Anna Cristina. **A ágora digital, a competência crítica em informação e a cidadania ampliada**: uma construção possível. Orientador: Marco André Feldman Schneider. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2016.

**RESUMO:**

Esta pesquisa procura traçar um caminho para a discussão da competência crítica em informação voltada ao projeto de uma cidadania ampliada na ágora digital, percorrendo os conceitos envolvidos neste assunto. Para atingir os aspectos relevantes para a C.I. a respeito desta competência é necessário compreender a ágora, a cidadania, os atributos de um cidadão engajado, o meio digital e as redes sociais digitais, bem como as influências atuantes sobre o cidadão e as redes. É preciso compreender a democracia e os movimentos sociais, além de entender o que é inclusão e letramento digital, competência em informação, competência crítica e competência para a cidadania ampliada. O objetivo maior é pensar em como despertar o gosto pela informação e pela construção do conhecimento a fim de estimular o exercício de uma cidadania participativa. Muitos autores foram necessários para singrar este caminho. É um longo caminho a trilhar, mas necessário à C.I. e de sua responsabilidade, já que se trata de colaborar com a formação do conhecimento no cidadão que convive neste ciber mundo contemporâneo.

**PALAVRAS CHAVE:** Competência crítica em informação; cidadania ampliada; redes digitais; letramento digital; mobilização em rede; ciência da Informação.

BRISOLA, Anna Cristina. **A ágora digital, a competência crítica em informação e a cidadania ampliada**: uma construção possível. Orientador: Marco André Feldman Schneider. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2016.

**ABSTRACT:**

This research tries to draw a path to the discussion of the critical literacy This research tries to draw a path to the discussion of the critical in digital agora, wandering through the concepts involved in this subject. TTo reach the relevant aspects to the Science of Information regarding this literacy is necessary to understand the agora, the citizenship, the qualities of an engaged citizen, the digital media and the digital social networks, as well as the influences that act on both the citizen and the networks. It is needed to understand democracy and the social movements, in addition to understanding what is the digital inclusion and literacy, proficiency in information, critical literacy and literacy for expanded citizenship. The greater goal is to think about how to awaken a taste for information and for the construction of knowledge to the point of stimulating the practice of a participating citizenship. Many authors were needed to walk along this path. It is a long path, but it is essential to the Science of Information and its responsibility, as it's about collaborating in the shaping of the knowledge of the citizen that live in this contemporary cyber world.

**KEY WORDS:** Critical information literacy; expanded citizenship; networks; digital literacy; network mobilizing; information science.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 PARA COMPREENDER A INFORMAÇÃO NESTE TEXTO.....</b>	<b>15</b>
<b>3 DA ÁGORA GREGA À ÁGORA DIGITAL – UM PASSEIO PELO ESPAÇO PÚBLICO DE INFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO DISCURSO.....</b>	<b>19</b>
3.1 Ágora grega.....	19
3.2 Ágora, esfera pública, chão de fábrica e mídia.....	21
3.3 Ágora digital.....	30
<b>4 CONTRADIÇÕES DA CIDADANIA.....</b>	<b>37</b>
4.1 Noção de cidadania planetária.....	42
4.2 Hegemonia e contra hegemonia.....	44
4.3 Mobilização, automobilização e apropriação da cidadania.....	52
4.4 Movimentos sociais – em busca da cidadania.....	55
<b>5 A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E O CULTO AO DEUS CAPITAL E SEU ESPETÁCULO DEBORDIANO.....</b>	<b>59</b>
5.1 A sociedade do espetáculo como pano de fundo das novas relações sociais e informacionais.....	59
5.2 Espetáculos digitais.....	67
<b>6 REDES SOCIAIS E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO.....</b>	<b>73</b>
6.1 Competência, redes e cidadania.....	78
6.2 Disponibilidade e disposição em tempos de TICs.....	85
6.3 Redes sociais digitais.....	86

<b>7 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO PARA A CIDADANIA AMPLIADA</b>	<b>83</b>
7.1 Sabor e saber.....	83
7.2 Lançar luz na escuridão ou despertar o interesse?.....	90
7.3 Ética, cidadania e informação.....	102
7.4 Por uma cidadania ampliada e uma democracia participativa.....	106
7.5 A revolução da competência crítica em informação para a cidadania ampliada.....	114
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>129</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Uma menina de 15 anos, estudante do ensino médio, moradora da Tijuca, passeia pelo *Facebook* enquanto fala com uma amiga da escola pelo *Whatsapp* sobre uma postagem sobre o Lula que viu. Em Caxias, um senhor de 75 anos também está lendo no *Facebook* uma notícia sobre o Lula e ao mesmo tempo paga uma conta no banco pela internet. Uma mulher de 45 anos, mestranda, pesquisa livros e artigos no *Google Academic* para sua dissertação, conversa com a filha de 20 anos pelo *Whatsapp* sobre o que precisa ser feito em casa e envia um e-mail para o diagramador da revista da qual é editora, com uma notícia sobre o Lula. Um homem de 35 anos discute com um subordinado pelo *Messenger*, aperta o botão de “enviar” no e-mail para um fornecedor e atende um cliente, que está reclamando do governo pelo smartfone. O que estes personagens têm em comum? O ciber mundo, a política e as informações que circulam nele.

Estariam a informação e as mídias totalmente subsumidas ao espetáculo ou é possível usar de maneira não hegemônica a ágora digital? É possível pensar o uso das mídias digitais e as táticas informacionais deste meio para a construção da competência crítica em informação voltada à cidadania ampliada? Esse caminho necessariamente precisa percorrer a inclusão digital e a competência crítica em informação. É necessário utilizar a potencial liberdade que existe na ágora digital para romper a hegemonia.

Este estudo pretende traçar o caminho da construção teórica da noção de cidadania até a ideia de cidadania ampliada, passando pela influência dos avanços tecnológicos, em especial das TICs, sobre a própria atualização da noção de ágora.

A ágora é a “denominação referente à praça das antigas cidades gregas, na qual se fazia o mercado e onde se reuniam, muitas vezes, as assembleias do povo”. (Cf. Dicionário Aurélio Século XXI – Edição eletrônica). Contudo, para este estudo, como melhor explicado no próximo capítulo, a ágora é percebida como um espaço informacional e de construção do discurso, por onde circula a informação.

Da ágora grega à ágora digital, os ensejos de mudança se delineiam e alcançam o conjunto das esferas sociais a partir das trincheiras de lutas da sociedade civil, montadas discursivamente nesse espaço. É na ágora que os atores se encontram para debater suas causas e é nela que as fissuras na estrutura hegemônica são lançadas, seja ela física como a grega ou o chão de fábrica, seja ela comunicacional como a esfera pública burguesa ou do jornalismo, ou ainda a digital na internet.

A cidadania, contudo, não pode ser apenas uma coisa dada, ela precisa ser conquistada, construída e apropriada. A informação é vital para a apropriação e construção da cidadania.

Para a apropriação e construção da cidadania, não basta disponibilizar a informação, é necessário tocar o gosto e o desejo do interlocutor, do cidadão. Assim, o caminho a percorrer atravessa a inclusão digital e a competência crítica em informação, chegando finalmente à esfera da competência crítica em informação para a cidadania ampliada. Nesta estrada passam a politização, a conscientização, a automobilização e a construção, consciência e apropriação da cidadania ampliada.

Não é possível contudo compreender a ágora ou muito menos a construção da cidadania ou a circulação e apropriação da informação, sem compreender as relações sociais em rede que articulam este mundo e seus atores. Para tanto esse estudo busca o caminho teórico que elucida esse percurso de construção da cidadania ampliada, os espaços dessa construção e a importância da informação atraente, para que o interlocutor não somente tenha contato com estas informações, mas crie gosto e se aproprie dela, podendo assim olhar criticamente para sua vida social, conseguindo conquistar um pensamento político e cidadão para além do que é dado pela comunicação hegemônica.

Seria possível a utilização das potencialidades da ágora digital de maneira contra hegemônica? Esse espaço cibernético seria uma arena mais democrática e mais aberta como trincheiras da luta social e para a tramitação da informação? É possível utilizar os formatos e táticas da hegemonia contra a própria hegemonia? E ainda, a cidadania poderia ser construída utilizando esse espaço, na perspectiva da cidadania ampliada?

Estas questões são articuladas com autores que enxergam a sociedade atual como passível de mudança, entre eles Marx e Boito Jr., e que esta pode e deve edificar seus alicerces no que chamamos de redes sociais. Há então que se compreender a dinâmica das redes sociais, dentro e fora das redes sociais digitais, com o auxílio de Bourdieu, Marteleto e outros.

Outra questão que se apresenta é que a simples disponibilização da informação não é suficiente. Há que se pensar a questão da *competência*. Nos termos de Le Coadic (1996), existem habilidades necessárias para aprender a se informar e aprender a informar e sobre onde adquirir a informação. É um processo contínuo que possibilita a leitura, interpretação, capacidade de criação, utilização e produção de conteúdo. Paulo Freire (1967) e sua visão de construção compartilhada do conhecimento é mais um autor fundamental para nós.

Distingue-se neste texto inclusão digital, letramento digital e competência em informação da seguinte maneira: letramento digital refere-se ao aprendizado relacionado à utilização dos aparatos tecnológicos digitais e às técnicas necessárias ao seu uso: ligar, desligar, entrar em sites, utilizar programas etc., como colocam Barreto (2007), Silva et al (2005) e Takahashi (2000). Algo além da simples disponibilização dos aparatos e acesso às TICs, como um computador com internet, que é



frequentemente qualificado como inclusão digital. Para este estudo, esta inclusão não acontece sem o letramento digital.

Competência em informação é o aprendizado, possivelmente constante e crescente, para a busca, utilização, replicação, construção e produção de informação. Como sintetiza Arthur Bezerra (2015), citando a definição da ALA (1989), competência em informação é um “conjunto de habilidades que permite que os indivíduos reconheçam quando a informação é necessária e tenham habilidades de localizá-la, avaliá-la e utilizá-la de forma eficaz” (ACRL *apud* BEZERRA, 2015, p. 5). Voltaremos a isso no capítulo 6.

Nessa linha de raciocínio, a ideia de competência crítica em informação para uma cidadania ampliada necessariamente passa pelo letramento digital e pela competência em informação, quando pretende atingir através das redes digitais a população, ou ao menos uma parcela desta. Não menos importante é o acréscimo a esta “fórmula” da questão crítica, ou seja, a importância de uma competência crítica em informação, capaz de impingir uma crítica pessoal construída continuamente conforme adquire e constrói conhecimento. Se esta ágora digital se apresenta como espaço para essa construção cidadã e para suas lutas, é nessa arena que também é travada a busca pela competência de seus usuários.

A importância da apropriação desse espaço pela informação que pretende alimentar ou esclarecer já é um fato de nossos tempos. É preciso, então, desenvolver o gosto pela informação no interlocutor e imprimir uma ética informacional a esse espaço digital. Para isso a Ciência da Informação deve investir cada vez mais nos estudos da informação no espaço digital, principalmente, nos aspectos competência, ética e análise de redes sociais.

A metodologia aqui empregada é a bibliográfica, no intuito de percorrer um caminho para estas análises que possibilite posteriormente a realização de estudos de campo sob estas óticas. Esses estudos podem ser os mais diversificados e distintos. Como exemplo, pode-se estudar as relações de poder que envolvem as políticas ou os políticos, desde a maneira informacional com a qual se apresentam no espaço digital ou nas redes digitais, até a leitura que o cidadão comum faz das informações disponibilizadas, e como a disponibilização e a compreensão dessas informações podem influenciar a cidadania, os cidadãos e a sociedade.

Este estudo está dividido em oito capítulos, sendo um para introdução e outro para a conclusão. No segundo capítulo há um esclarecimento sobre o que é informação neste texto. O terceiro capítulo propõe-se a um rápido passeio pelo espaço público (nem sempre tão público) de informação e construção do discurso – a ágora. Desde a Grécia antiga, onde nasce o termo nominando o espaço até a ágora digital dos nossos dias, com suas características de construção do

discurso e arena de debates, perpassada pela informação, utilizando as visões de Adorno, Cortez, Wilson Gomes, Malini e Antoun, e outros em seus diversos aspectos.

No quarto capítulo, o centro da questão é a cidadania e os fatores que a definem e atravessam, como a noção de cidadania planetária defendida por Gadotti, a hegemonia e contra-hegemonia sob a visão de Denis de Moraes, a mobilização como entendida por Cabral, Toro e Moretzsohn. Trata-se de um conjunto de constructos que participaram e participam do que pretendemos chamar de cidadania, até chegarmos à noção de cidadania ampliada, de Boito Jr. No quinto capítulo a atualidade e o espetáculo de Debord, repensando as influências do capital e da hegemonia nos meios de comunicação digitais e na informação.

As questões do letramento, competência crítica e das redes são tratadas no sexto capítulo, apoiadas em Vitorino e Piantola, Le Coadic, Bezerra e Silva, Jambreiro et al. Discute-se aí também a importância das redes nestas construções e o porquê dos termos utilizados com Recuero. Nesse capítulo também são abordadas as questões das redes sociais, com Marteleto e Bourdieu, e da ética informacional, partindo de Capurro.

Por fim, no sétimo capítulo chegamos à discussão da competência crítica em informação para a cidadania ampliada, com a exposição da necessidade do gosto para o saber, sob o ponto de vista de Schneider, em uma visão ao mesmo tempo iluminista e crítica ao iluminismo, que busca uma compreensão dos mecanismos que seduzem e despertam interesse por esta ou aquela visão de mundo, evocados também por Ramonet. Neste momento, passamos novamente pelas questões de ética e informação para a construção da cidadania, atentando para a ágora digital como espaço propício às mobilizações e para a revolução gradativa da cidadania ampliada.

Para singrar este caminho da informação à construção de uma cidadania ampliada, em tempos de TICs quase onipresentes, acreditamos que não há como descolar o letramento digital e a competência crítica em informação da competência crítica em informação para a cidadania ampliada.

## 2 PARA COMPREENDER A INFORMAÇÃO NESTE TEXTO

Visando a operacionalização do conceito de **informação**, se faz necessário distinguir entre algumas dentre as diversas acepções correntes deste conceito, todas necessárias à questão da “competência crítica em informação para a cidadania ampliada”. Capurro (2007) faz essa distinção em seu texto “O Conceito de Informação”.

Em uma primeira acepção, informação é entidade/coisa – o documento, seja ele o livro, um objeto, as bases de dados etc. Uma acepção atrelada historicamente aos documentalistas, relacionada ao armazenamento e recuperação da informação.

Uma outra acepção denota aquilo que ordena a energia. Weizsacker (1974 *apud* CAPURRO, 2007) define informação biológica como uma medida para a quantidade da forma e um organismo como produto da informação genética; na termodinâmica, informação real significa o oposto da entropia, a informação como mutante no tempo.

Wilden (2001) define informação como energia e a divide em dois tipos. O primeiro como quantidade mensurável em bits (*binary digit*), que “é a informação métrica da teoria clássica da informação (...), baseada na lógica e na matemática da probabilidade”; “o segundo sentido [...] qualitativo [...] conserva o significado cotidiano do termo 'informação'”, como “a organização da própria variedade” (WILDEN, 2001, p.11).

A informação estaria em tudo e atravessaria as fronteiras de um sistema para o outro. A informação seria quantitativa na medida que se possa calcular as possibilidades de efetividade da transmissão, através de uma fórmula estatística dessa informação. Contudo, a teoria matemática de Shannon & Weaver, que parte dessa premissa quantitativa e binária, não leva em consideração o tempo, o significado ou o ruído. Para Wilden (2001), o ruído faz parte da desordem e da informação, e ele lembra que, para Atlan, é a parte do sistema que eu desconheço.

O ruído é um evento aleatório, uma incerteza que não pode ser medida. Nem mesmo a matemática consegue medi-lo. A solução seria interpretar de maneira semiótica o ruído, usando um método abdução – “o ato de encontrar um traço ou característica num fenômeno e a partir daí sugerir uma hipótese explicativa” (PEIRCE, 1958 *apud* GALA; FERNANDES, 2012, p. 3). É possível, nesta metodologia, perceber e produzir um sistema que é capaz de se aperfeiçoar avaliando os ruídos e corrigindo os processos; que aprende com o ruído, aprimorando-se; este sistema é capaz de tratar o aleatório e organizar-se pelo ruído em um projeto de ação.

Enquanto a teoria quantitativa foca-se em uma única e limitada forma de valor de troca na comunicação, segundo Wilden (2001), a abordagem qualitativa interessa-se por vários níveis e tipos de valores de troca e uso da informação. É uma perspectiva que considera “questões filosóficas,

éticas, históricas, socioeconômicas e sociológicas” (WILDEN,2001, p.12), como participantes e formadores da própria informação.

“Sistemas biológicos são tratados como redes nas quais os processos de informação em todos os níveis participam” (LOEWENSTEIN, 1999 *apud* CAPURRO 2007, p. 166). Estes autores percebem a informação em uma visão para além de Shannon (1948), que considera outras interferências e o ruído como parte da informação.

Quando tratamos de informação intelectual, a informação, neste sentido elucidado por Wilden e Capurro, é o fenômeno que acontece entre o dado e o conhecimento, entre o livro e o cérebro, entre o suporte e a cognição. A informação que depende de uma ação e da interpretação. Sem o primeiro tipo de informação (informação como entidade), o segundo (informação como energia ordenada) não se dá. E para que a informação no primeiro sentido possa ser transformada em conhecimento e utilizada pelo informado, há que passar pelo fenômeno da segunda informação. Além disso, para que realmente se transforme em conhecimento relevante e não em simples leitura mecânica, precisa haver competência crítica em informação, da qual trataremos mais adiante.

Um outro tipo de informação também é importante na construção da competência crítica em informação para a cidadania ampliada: a informação como é conceituada na comunicação social – como notícia, fato ou conhecimento traduzido para o público, aquela que circula nos suportes tradicionais – jornal, rádio, TV – e aquela que circula (não apenas está armazenada) na internet.

Além do conceito, baseado em Shannon, de emissor – mensagem – receptor, usa-se o termo informação no sentido da mensagem que pretende informar um público-alvo, que pode ser abrangente ou restrito, e que está atrelada a um suporte. Esse conceito de informação não se descola dos anteriores, ao contrário, os complementa.

Para Castells, a informação em redes de informação é, em uma visão cultural, atrelada à influência das mídias na sociedade, em especial as novas redes digitais. Assim, a comunicação está atrelada à informação que conduz a um conhecimento e que está sujeita à sociedade.

Capurro (2007) relembra que entre receptor e emissor a informação não é idêntica, mas se constitui no processo de comunicação. A informação é um evento que produz conexão entre as diferenças. Levando em consideração que na sociedade da informação há uma influência da mídia na sociedade e portanto na cultura, Capurro evoca que “de acordo com Bounoux (1993, 1995) os conceitos de informação e comunicação são inversamente relacionados” (CAPURRO, 2007, p. 173). Capurro encara a comunicação como previsível e redundante, enquanto a informação como algo novo e imprevisto, inseparável do ruído assim como coloca Wilden. Porém ressalta o significado de informar (selecionar ou avaliar) e como este conceito é relevante à Comunicação Social e também a C.I., complementando com a ideia de informação como comunicação de

conhecimento, que inclui o conhecimento compartilhado por uma comunidade, potencializado pelo meio digital. No conceito moderno a informação compartilha com a comunicação a necessidade de dividir e propagar conhecimento. Corroborando, deste modo, a importância da compreensão deste terceiro tipo de informação, aquela que é mais estudada pela comunicação, mas que também é objeto da C.I.

A comunicação está relacionada à previsibilidade e à redundância, enquanto a informação, com o novo e o imprevisto. Não há informação pura ou informação em si (isto é, a informação está sempre relacionada a algum tipo de redundância ou ruído). Informar (aos outros ou a si mesmo) significa selecionar ou avaliar. Este conceito é particularmente relevante no campo do jornalismo ou mídia de massa, mas, obviamente, também em C.I. [...] O conceito moderno de informação como comunicação de conhecimento, não está relacionado apenas à visão secular de mensagens e mensageiro, mas inclui também uma visão moderna de conhecimento empírico compartilhado por uma comunidade (científica). A pós-modernidade abre este conceito para todos os tipos de mensagens, particularmente na perspectiva de um ambiente digital. Talvez possamos chamar uma ciência da comunicação do conhecimento (melhor: mensagem) de ciência da informação (CAPURRO, 2007, p. 173).

Compreendendo como Capurro que a informação está relacionada à comunicação e que também é prerrogativa para o conhecimento; que sobre a informação incidem ruídos, redundâncias e interpretação; que a informação é algo que pode ser selecionado e que se dá em uma rede de conhecimento, uma comunidade, e circula tanto no meio digital quanto nos outros meios e suportes, percebe-se o quanto a informação permeia a vida e o quanto é relevante estudá-la sob estes tantos aspectos, empregando-a em suas diversas acepções, conforme a particularidade operacional de cada emprego.

Feitas essas distinções, esta dissertação tratará da informação ora sob uma acepção ora sob outra, de tal maneira que o contexto explicitará de qual se trata, ou se de duas ou mais ao mesmo tempo.



### 3. DA ÁGORA GREGA À ÁGORA DIGITAL – UM PASSEIO PELO ESPAÇO PÚBLICO DA INFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO DISCURSO.

Esse estudo encara a ágora como este espaço de informação, discussão e construção do discurso, que perpassa a história dos homens e de suas relações. Desde a Antiga Grécia até o mundo de hoje, que se comunica por sinais rebatidos em satélites, seja de maneira contígua ou voando pela nuvem digital, a ágora é esse espaço potencialmente democrático que permite a circulação das informações necessárias para que se construam as ideias, hegemônicas ou não.

#### 3.1 Ágora Grega

A ágora era parte integrante da *polis*, cidade da Grécia Antiga, um espaço central livre, rodeado de edificações públicas, feiras e mercados. Segundo Paulo C. da Silva, “é na ágora que o povo de Atenas fará seu exercício democrático, desenvolverá as artes da poesia e da música e fará suas compras”. Paulo Silva ressalta que uma das características da ágora é que neste espaço não se podia distinguir os patrões ou os donos dos seus escravos facilmente, e que o espaço era guardado por escravos do Estado (SILVA, 2010, p.132).

A ágora grega se localizava no centro da cidade e concentrava o comércio. Para ali afluíam os cidadãos poderosos em busca de negociações comerciais e políticas. Também ali estavam os escravos que negociavam em nome de seus senhores ou vendiam mercadorias, os filósofos que procuravam propagar ou discutir suas ideias, os poetas e artistas em geral, as mulheres que iam às compras ou apenas encontrar-se com as amigas, as crianças, enfim, toda a sociedade grega (ou quase toda) atravessava a ágora em algum momento.

Neste espaço, Sócrates difundiu seus pensamentos e promoveu debates filosóficos em uma troca comunicacional com o público. Finley defende essa concepção da ágora, afirmando que “o espaço público (grego) é um espaço de comunicação, de construção do discurso”. (FINLEY *apud* CORTEZ, 2007, p.145). Este é o ponto de vista deste estudo.

A ágora, assim, manifesta-se como a expressão máxima da esfera pública, um espaço que “acolhe a troca de mercadorias e ideias, possibilitando a formação de um intenso espaço mediador cultural” (CORTEZ, 2007, p.145), um símbolo da democracia ateniense, onde emerge e se exercita a cidadania, em uma sociedade na qual todos os cidadãos tinham voz e direito a voto – entretanto, como será elucidado mais adiante, cidadão não era sinônimo de povo, muito menos de todos, havia uma parcela grande da sociedade excluída.

Como escreve Adorno (1947), da ágora emanava a informação e esta, obviamente, refletia e autenticava a construção social grega.

Os conceitos filosóficos nos quais Platão e Aristóteles expõem o mundo, exigiram, com sua pretensão de validade universal, as relações por eles fundamentadas como a verdadeira e efetiva realidade. Esses conceitos provêm, como diz Vico, da praça do mercado de Atenas. Eles refletiam com a mesma pureza das leis da física a igualdade dos cidadãos plenos e a inferioridade das mulheres, das crianças e dos escravos. A própria linguagem conferia ao que era dito, isto é, às relações da dominação, aquela universalidade que ela tinha assumido como veículo de uma sociedade civil. (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p.14)

Essa característica de espaço pelo qual circulavam as informações, onde elas eram apreendidas, discutidas e/ou transformadas em conhecimento, interessa a este estudo. Se bem que a participação política efetiva só era possível aos cidadãos, pois só estes participavam do voto e das discussões daquela democracia, as informações, inclusive as políticas, circulavam naquele espaço e estavam muitas vezes ao alcance dos ouvidos e das conversas paralelas de todos os que passavam por ali, cidadãos ou não.

Pensando nesta característica, pode-se comparar a ágora a outros espaços nos quais as informações circulam. Estes “lugares abertos” propiciam a construção do sentimento de pertencimento e a conscientização de cidadania. O que será tratado ao longo deste estudo, considerando a ágora desta maneira, é o quanto estes territórios propiciam ou não a participação e quais as características que interferem nesta relação e percepção (em estudo posterior, pretendemos entender como as pessoas que transitam neste espaço reagem a esta exposição).

A necessidade do tempo livre para a dedicação às práticas políticas e intelectuais permeia a história da humanidade, e deve ser levada em consideração. Adorno e Horkheimer, em *Dialética do esclarecimento* (1947, p.18-22), retomam o duodécimo canto da Odisseia e os dilemas de Ulisses para ilustrar essa ruptura necessária do tempo, de uma ordenação fixa do tempo, para libertar o momento presente do passado e possibilitar a dedicação ao agora como um saber praticável. Os autores traçam um paralelo entre o canto das sereias e a sedução do devaneio, do pensamento, da abstração, em contraponto à surdez necessária ao avanço do trabalho obediente. “Alertas e concentrados, os trabalhadores têm que olhar para frente e esquecer o que foi posto de lado” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p.18).

Essa ilustração remonta à ideia de que o trabalho necessita de concentração prática, esforço dos músculos e não da abstração. Assim, Ulisses se permite ouvir as sereias, mas atado cada vez mais fortemente ao mastro, “exatamente como, muito depois, os burgueses, que recusavam a si mesmos a felicidade com tanto maior obstinação quanto mais acessível ela se tornava com o aumento de seu poderio” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p.18). Assim, o que ele “escuta” não tem consequências para ele. As sereias transformam-se em meros objetos de contemplação, em arte. “Assim a fruição artística e o trabalho manual já se separam na despedida do mundo pré-histórico” (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p.18). Desta maneira, o trabalho e o conhecimento se



diferenciam na sociedade. O intelecto autocrático se separa da experiência sensível para submetê-la e o trabalhador não possui tempo para pensar e participar como cidadão. Triste separação.

Bourdieu (2010) atenta também para a questão do tempo ao discorrer sobre o capital cultural, sublinhando o fato do capital econômico afetar a aquisição do capital cultural, uma vez que a maioria não possui capital econômico e cultural para sustentar o estudo dos filhos além do mínimo necessário à reprodução da força de trabalho – o proletariado.

É por intermédio do tempo necessário à aquisição que se estabelece a ligação entre o capital econômico e o capital cultural. Com efeito, as diferenças no capital cultural possuído pela família implicam em diferenças: primeiramente, na precocidade do início do empreendimento de transmissão e de acumulação, tendo por limite a plena utilização da totalidade biologicamente disponível, ficando tempo livre máximo a serviço do capital cultural máximo; e depois na capacidade assim definida para satisfazer às exigências propriamente culturais de um empreendimento de aquisição prolongado. Além disso, e correlativamente, o tempo durante o qual determinado indivíduo pode prolongar seu empreendimento de aquisição depende do tempo livre que sua família pode lhe assegurar, ou seja, do tempo liberado da necessidade econômica que é a condição da acumulação inicial (tempo em que se deixa de ganhar). (BOURDIEU, 2010, p. 76)

Fica claro nesta colocação de Bourdieu que o tempo disponível para investimento no capital cultural, ou seja, para a formação intelectual, está intimamente ligado ao capital econômico, uma vez que para dispor de tal tempo, além do investimento na própria educação, há que se abrir mão do ganho, do tempo do ganho, recurso não renovável e desigualmente dividido socialmente.

No tempo do Brasil Colônia, por exemplo, era comum os filhos dos ricos (grandes proprietários de terra) dedicarem-se aos estudos até a fase adulta, indo inclusive estudar na Europa, distanciando-se por anos da família, a fim de adquirir conhecimento que incrementasse seus negócios.

A divisão de classes sempre estimulou as diferenças participativas, mesmo na antiga Grécia. A polis era excludente. Contudo, segundo Finley e Castelan, as primeiras ágoras gregas eram democráticas, um espaço de discussão, informação e das múltiplas vozes. Sob este aspecto, a ágora caracteriza-se como um espaço predecessor à mídia: excludente e democrática.

### **3.2 Ágora, esfera pública, chão de fábrica e mídia**

A relevância da ágora grega como espaço físico e social, de importância arquitetônica, histórica, política e comunicacional, já foi largamente demonstrada em estudos anteriores (LOBODA; ANGELI, 2005; LEAL, 2006), inclusive como arena e exemplo da esfera pública.

Entretanto, o que interessa nesse aspecto para a presente pesquisa é a utilização deste espaço como centro de circulação da informação e de comunicação – local de troca de informações por onde circulavam as notícias, onde “todos esses grupos forneciam ensejo para se saberem novidades

e para bibliotecas, para discussões e debates, para a contínua educação política” (FINLEY *apud* CORTEZ, 2007, p. 147) – com funções semelhantes às mídias atuais e, especialmente, às ciberredes sociais.

Assim como na pólis grega havia a ágora, com a ascensão burguesa entre os séc. XVI e XVII, começou a surgir o espaço de discussão que depois forjou a esfera pública. O conceito de esfera pública se constrói como sendo o espaço no qual a vontade pública se manifestava, tomava corpo e ciência, e podia ser articulada, características que a aproximam também da ágora grega, principalmente das assembleias dos cidadãos gregos.

A partir do séc. XVIII, a burguesia, que controlava posições-chave na economia das sociedades europeias, mas se via excluída do poder exercido pelo Estado Monárquico, enxerga na esfera pública a possibilidade de impor suas pretensões às autoridades políticas através do melhor argumento. Através da paridade argumentativa instalava-se uma tentativa de dobrar a autoridade e o domínio. “Isso quer dizer que toda autoridade e toda dominação estão em princípio desautorizadas, isto é, deslegitimadas, se não se submetem à esfera pública, se não superam a prova do melhor argumento” (GOMES, 1998, p.156). Assim, segundo Gomes, pode-se dizer que a esfera pública é a esfera do público raciocínio ou do uso público da razão.

Logo na primeira linha de seu artigo, Wilson Gomes apresenta o conceito habermasiano de esfera pública, como o “âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam consequências concernentes a uma coletividade apresentam-se discursivamente e argumentativamente de forma aberta e racional” (GOMES, 1998, p.155).

Para o autor, a palavra-chave é comunicação. Os interesses, vontades e pretensões do cidadão só ganham expressão legítima quando transformados em proposições ou discursos destinados a convencer seus interlocutores. Assim, a esfera pública se realiza na discussão permanente entre pessoas privadas reunidas em um público, com razoabilidade e racionalidade, voltadas para um consenso ou concordância dos interesses em disputa. Sob esta ótica, de maneira idealizada, essa esfera estaria protegida de influências como poder, dinheiro ou hierarquias sociais, submetendo-se apenas à autoridade do melhor argumento que dela emerge. Interessava à burguesia a institucionalização de uma esfera pública emancipada das diretrizes da autoridade geral e do poder público em particular (GOMES, 1998, p. 160).

Nesse quadro, um *público* não é uma mera aglutinação de indivíduos. É uma reunião de pessoas privadas, isto é, livres, capazes de apresentar posições discursivamente, de transformá-las em argumentos e de confrontar-se com as posições dos outros numa discussão protegida da intromissão de elementos não-rationais e não-argumentativos. Um público é a reunião de sujeitos capazes de opinião e interlocução. A esfera pública – ou a publicidade – é o âmbito da sua negociação argumentativa, o domínio de seu debate racional-crítico, a dimensão dos procedimentos pelos quais este pode formular, estipular,

rejeitar ou adotar posições sobre qualquer objeto em questão. (GOMES, 1998, p.157-158).

Paralelamente a esta ágora da esfera pública burguesa, na qual havia uma classe social dominante que ditava na prática quem de fato poderia ser esse público, quem participaria dele e quem seria atendido por sua liberdade, emerge, dentro da perspectiva socialista, que tem em Marx seu maior expoente, o espaço potencialmente disruptivo do chão de fábrica como ágora.

O chão de fábrica é o cenário onde o corpo da força de trabalho se articulava, construía sua identidade e força. Aglomerados nas fábricas, os operários “são organizados como soldados. Como membros do exército industrial, estão subordinados à perfeita hierarquia de oficiais e suboficiais” (MARX; ENGELS, 2003, p.32). Quando estes operários eram organizados desta maneira, criava-se também a possibilidade de comunicação de anseios e demandas compartilhadas.

Marx e Engels elucidam no “Manifesto” a formação da luta desse proletariado a partir de seu desenvolvimento e envolvimento no chão da fábrica. O que era uma insatisfação individual, na ágora do chão da fábrica se torna coletiva, e depois extravasa os muros de uma determinada fábrica, atingindo os outros operários.

O proletariado passa por diferentes estágios de desenvolvimento. A partir de seu nascimento começa a luta com a burguesia. No princípio a luta é assumida por trabalhadores individuais, depois pelos operários de uma mesma fábrica, a seguir pelos operários de um mesmo ramo da indústria, numa dada localidade, contra o burguês que os explora diretamente (MARX; ENGELS, 2003, p. 33).

Assim, como Marx e Engels destacam, quanto mais aglomerados os operários, mais o proletariado se fortalece e constrói uma comunicação, uma consciência e um discurso comuns. “Com o desenvolvimento industrial, no entanto, o proletariado não cresce unicamente em número; concentra-se em massas cada vez maiores, fortalece-se e toma consciência disso” (MARX; ENGELS, 2003, p. 33 – 34).

A aproximação entre os operários nesta ágora fabril, espaço em que novas articulações começavam e tomavam corpo, favoreceu a organização do proletariado em grupos e sindicatos, a fim de rebelarem-se. A opressão sofrida pelo trabalhador não era muito diferente de uma fábrica para outra, de uma cidade, estado ou país para outro. Assim, à medida que eles se articulam e se comunicam, a classe, a princípio espalhada e separada entre diferentes muros, se une pela força de suas necessidades e vivências afins.

Os vários interesses e as condições de existência dos proletários se igualam, à medida que a máquina aniquila todas as distinções de trabalho, reduzindo todos os salários a um único nível igualmente baixo. A concorrência crescente dos burgueses e as consequentes crises comerciais tornam os salários ainda mais instáveis. O aprimoramento contínuo e o rápido desenvolvimento das máquinas tornam a condição de vida do trabalhador cada vez mais precária; os conflitos individuais entre o trabalhador e o burguês assumem cada vez mais o caráter de conflito entre suas classes. A partir daí os trabalhadores começam a formar

uniões (sindicatos) contra os burgueses; atuam em conjunto na defesa dos salários; fundam associações permanentes que os preparam para esses choques eventuais. Aqui e ali a luta se transforma em motim (MARX; ENGELS, 2003, p. 34).

A circulação da informação é fator primordial para que os resultados sejam atingidos. E Marx e Engels não deixam de lado essa importância, destacando em suas obras o desenvolvimento dos meios de comunicação.

Os trabalhadores triunfam ocasionalmente, mas por pouco tempo. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a reunião cada vez mais ampla dos trabalhadores. Essa união é facilitada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação criados pela indústria moderna, possibilitando o contato dos operários de localidades diferentes. (MARX; ENGELS, 2003, p. 34)

O chão de fábrica, espaço de aglomeração dos trabalhadores, que propicia as discussões e trocas de ideias, começa a se espalhar enquanto movimento, extrapolando os portões das fábricas. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, cresce a consciência, a reivindicação de uma nova cidadania social, a luta de classes entre outras fábricas, pela cidade, entre cidades e até entre nações, quando é formada a primeira internacional comunista.

Existe também um ponto em comum entre este espaço como ágora e as mídias e internet na atualidade<sup>1</sup>, como o local onde a opinião pública se expressa, o cidadão se organiza e também debate, negocia. Para Cortez (2007), as mídias podem ser concebidas como Espaços de Comunicação, o que identifica a ágora grega com as mídias atuais, no que concerne ao ambiente no qual as informações circulam.

Segundo Malini e Antoun, esse debate sobre as manifestações típicas da cibercultura<sup>2</sup> e da sociedade em rede se desenvolveram simultaneamente no Departamento de Defesa norte-americano, nas ciências sociais e nas ciências exatas, “desembocando na questão das redes como modo de organização” e ambas as comunidades, científica e de defesa, mães da internet, consideram esta uma questão fundamental.

Malini e Antoun ressaltam que Pagels (1989) e La Porte (1975) defendiam a ideia de que “o sistema vivo é uma mistura de hierarquias e redes entrecruzadas”; para Capra (1996) e Kelly (1994), “a rede da vida consiste em redes dentro de redes”. Nestes prismas, “a comunicação torna-se um modo de constituir os seres e não apenas um meio de trocar mensagens” (MALINI E ANTOUN, 2013, p. 65). Sob esse aspecto de construção dos seres com o uso da informação, a comunicação passa a ter uma intercessão importante com a C.I., como já defendeu antes Capurro.

<sup>1</sup> Esta aproximação entre o chão de fábrica e a internet como um espaço comunicacional que aproxima os trabalhadores e as causas cidadãs será melhor explorado e elucidado até o fim deste estudo.

<sup>2</sup> Pierre Lévy (2000, p. 157) aponta a velocidade de surgimento e renovação do conhecimento aliada à nova natureza do trabalho como uma das características daquilo que ele chama de cibercultura, definida como a cultura globalizada permeada pelo fluxo vertiginoso da informação por meio de uma rede digital. (Vitorino e PIANTOLA, 2009, p. 1)

Mailini ressalta que Arquilla e Ronfeld (2001), representantes do pensamento construtivista da RAND (Research Advanced of National Defense), apontam que a emergência das formas de organização em rede, apoiadas na “revolução da informação”, encontram acolhimento na sociedade global e “anuncia uma profunda transformação na estruturação do mundo contemporâneo” e “parecem ser as próximas formas dominantes de organização” (MALINI E ANTOUN, 2013, p. 65).

Compartilhando o mesmo tipo de visão, Mailini (2013) cita outros autores que trilham os mesmos caminhos de Arquilla e Ronfeld, defendendo a ideia de que as redes reconfiguraram e mudaram para melhor o perfil das sociedades, criando inclusive nomenclaturas que rotulam essa “nova sociedade”, como: “sociedade em rede” (CASTELLS, 1996), “era da rede” (KELLY, 1994) e “nações como redes” (DERTOUZOS, 1997). De fato, concordando com Arquilla e Ronfeld, não se pode negar a importância da presença das redes [digitais] na sociedade e que esta interconexão entre as redes globais e as redes locais na sociedade geraram estudos que procuram determinar com precisão que tipos de estruturas e processos de rede funcionam, e quais não, acirradas depois da internet.

A partir de sua presença na estruturação do mundo, os cenários de futuro ganharam um novo contorno com curiosas figuras a habitá-lo. Algumas redes vão sustentar a promessa de reformar setores específicos da sociedade gerando os enunciados de “democracia eletrônica”, “corporações em rede” e “sociedade civil global”. (MALINI, ANTOUN, 2013, p. 66).

Entretanto, as ciberredes, às quais estas afirmações e o texto de Malini estão diretamente atreladas, não são descoladas das redes sociais que sempre existiram e permanecem existindo fora do meio digital. Para estes autores, as redes parecem ser uma nova forma de organização que redefine as sociedades, e que ao redefini-las refazem “a natureza do conflito e da cooperação” (RONFELDT; ARQUILLA *apud* MALINI; ANTOUN, 2013, p. 65). Porém, há que se perceber que essas características, o conflito e a cooperação, sempre estiveram na sociedade e nas redes sociais, articulando-se em mobilizações muito antes das mídias e da “recém-nascida” internet (levando em consideração uma escala temporal mais longa).

O que o meio digital acrescenta ao conflito e a cooperação é a velocidade com a qual as informações circulam, a abrangência do potencial de alcance, a hipertextualidade e a leitura horizontal, a comunicação multimídia – que une som, imagem (animada, estática, gráficos, infográficos, interativas etc.) e texto – a capacidade de armazenagem, busca e compartilhamento, a potencialidade de liberdade de expressão, enfim, o arsenal de potencialidades das TICs. Ou seja, há uma potencialidade ampliada, mas como é retomado constantemente neste estudo, toda essa potencialidade só poderá ser aproveitada em função da escolha dos indivíduos, do seu acesso e de suas motivações, que estão ligadas aos seus capitais cultural, econômico e social.

Guardando as devidas ressalvas, sob esta ótica, a internet é um espaço onde a informação pode circular e ser armazenada de maneira independente das instituições formais, uma ágora onde a mediação cultural ganha vozes múltiplas, de maneira diversa do que ocorre nos meios e veículos tradicionais.

O ambiente digital possui assim um potencial de espaço no sentido de arena aberta, onde o discurso circula, e não através do qual ele sempre é guiado. Apesar desta capacidade do ciberespaço, porém, percebe-se que há uma tendência de repetição hegemônica na rede, que se deve à própria hegemonia da sociedade do espetáculo, onde o capital tomou as rédeas e conduz a maioria das sociedades ao bel prazer do acúmulo e da especulação, como veremos mais tarde neste estudo.

Voltando à teoria comunicacional, para Habermas, a imprensa possui o papel de formar opinião, de fiscalizar o governo e de provocar as discussões na esfera pública. Para Habermas, originalmente o Parlamento e a Imprensa tiveram sua própria existência associada à ideia de esfera pública e a imprensa, em particular, está vinculada à noção de opinião pública, por comumente ser instrumento de ajuda na tomada e na legitimação de decisões políticas.

Contudo, Gomes coloca que, segundo Habermas, essas características se perdem com o tempo, e a imprensa passa a ser um meio onde desfilam as opiniões estabelecidas a espera de adesão do público, e não mais um espaço de discussão da opinião pública. Segundo o autor, o que hoje pode ser percebido é um espaço onde a hegemonia opera. A esfera pública moderna, para Habermas, degradou-se, devido a mudanças em sua estrutura. “Pouco a pouco foram sendo introduzidas mudanças na sociedade que, sempre segundo Habermas, solaparam as bases originais da esfera pública, alterando-a substancialmente, ainda que conservando-a como um ideal” (GOMES, 1998, p. 162).

Segundo Gomes (1998), na concepção de Habermas, o que restou, foi uma “*pseudo-esfera pública, encenada, fictícia, cuja característica maior parece consistir em ser dominada pela comunicação e cultura de massa*” (GOMES, 1998, p. 162), tornando-se assim um espaço no qual “os antagonismos econômicos são transformados em antagonismos políticos por meio de uma não-discursiva participação e posição no debate público”, perdendo aquele “desinteresse” que lhe era fundamental – o público se transforma em massa.

De acordo com Gomes, Habermas afirma que essa crise ocorre pela diluição do contraste entre estado e sociedade. Através da “intervenção de um Estado social, que permite e autoriza as intervenções crescentes do poder público no processo de trocas das pessoas privadas, do mercado às leis do trabalho social, desta vez não *contra* o mercado, mas a favor de sua evolução” (GOMES, 1998, p. 162). Essa intervenção não é contestada, mas sim solicitada pelo setor privado. Assim, o poder social fica em mãos privadas.

As camadas pobres se apoiaram na esfera pública a fim de neutralizar de alguma forma sua desvantagem social. Isso acontece compensando a paridade negada na esfera da produção. Neste ponto a esfera pública é o espaço no qual os interesses políticos de classe continuam lutando para manterem-se na discussão. “Com os antagonismos econômicos transformados em antagonismo político por meio de uma não-discursiva participação e posição no debate público, a esfera pública perde aquela espécie de 'desinteresse' que a constituía tão fundamentalmente e que herdara da esfera pública aristocrática e letrada” (GOMES, 1998, p. 163)

O amparo dado à família dá lugar ao indivíduo, na medida que a família é desligada do trabalho social, desprivatizando a família. A ideia de renda familiar é substituída pela renda individual, as garantias e proteções familiares são substituídas pelas do Estado, incluindo as funções de educação e formação de comportamentos.

Esses fatores restringem o ingresso dos socialmente desfavorecidos na esfera pública reivindicando seus interesses e a função de decisão e escolha cumpre-se apenas de forma plebiscitária.

Wilson Gomes, entretanto, argumenta que a esfera pública ideal de Habermas é “demasiadamente sisuda, argumentativa, séria, e que justamente por esta razão, com ela contrasta o aspecto leve, efêmero e sedutor da esfera pública contemporânea” (GOMES, 1998, p. 171). Por mais que a esfera pública atual esteja permeada por todas estas questões colocadas por Habermas, ela ainda se constitui no centro da democracia moderna. A democracia pressupõe uma flexibilidade nessa esfera, e o conceito de Habermas passa a não ser mais adequado para dar conta da dimensão conflituosa e diversa da política atual (GOMES, 1998, p.171). Essa flexibilidade pode ser percebida como algo que pode ser positivo, que abre espaço para nuances de interpretação, articulações e ações.

Gomes citando Lipovetsky (1989, p. 156 – 158) aponta:

Ao contrário, o universo burocrático e competitivo aqui entra num momento flexível e comunicacional, a democracia agora se realiza na “febre do espetacular, na inconstância das opiniões e das mobilizações sociais”, a razão se estabelece astutamente de outro modo: “sob a sedução operam as Luzes, sob a escalada do fútil prossegue a conquista plurissecular da autonomia dos indivíduos”. (GOMES, 1998, p. 174)

Esse espaço de informação, mais flexível que no modelo de Habermas, ainda possui características de esfera pública, de discussão pública e de formação de opinião.

Enfim, afirma Lipovetsky, a política-espetáculo não produz a perversão da democracia mas a atualização histórica de um dos caminhos inscritos em sua dinâmica profunda: acarreta a secularização do poder. O que esteve no espírito da democracia moderna desde suas origens. Ao banalizar a cena do poder, o marketing político o esvazia de sua aura, produz desencantamento, faz com que o político se ponha no nível do consumível, inclua-se na indiferença de massa, na mobilidade flutuante das opiniões. Não estaríamos muito longe,

acrescento eu, do projeto moderno de retirada da política das práticas esotéricas, heterônomas, pela esfera pública.

Além da secularização, a política-espetáculo conduz à tolerância. Bem no espírito das Luzes. “A sedução é instrumento de paz civil e do esforço da ordem democrática; o espetacular só aparentemente produz o domínio do passional ou do emocional; na verdade, trabalha para desapaixonar e desidealizar o espaço político, para expurgar tendências às guerras santas” (LIPOVETSKY, 1989, p.203). (GOMES, 1998, p. 176)

Assim, Gomes concorda com Lipovetsky, ao considerar que a política-espetáculo não é apenas uma consequência do progresso técnico, tampouco uma aberração antidemocrática, mas uma “forma política adequada à democracia numa sociedade regida pela forma moda, prevista e solicitada pelos novos códigos de sociabilidade democrático-individualista contemporânea” (GOMES, 1998, p. 176).

À luz dessa visão contemporânea, a importância da mídia – enquanto conjunto das esferas de imprensa, publicidade, publicismo, informação etc. – como esfera pública se estabelece. Sem entretanto desprezar, como colocado mais adiante neste texto, e como apontado por Habermas, a articulação e associação desta mídia com os poderes hegemônicos privados e estatais. Mais adiante neste texto as mídias são inclusive apontadas como aparelhos privados da hegemonia, descolando-se bastante da ideia purista de esfera pública.

Esta mídia como um todo estende seus braços globalmente, desde a criação da imprensa e das expansões comerciais e marítimas, difundindo-se cada vez mais a cada invenção tecnológica que utiliza – telegrama, telefone, rádio, telex, televisão, satélite e internet. Com a invenção do satélite, a informação atravessava em tempo real as fronteiras do globo terrestre. As distâncias, já diminuídas fisicamente pelos transportes, agora se estreitam enquanto informação, cultura, política e opinião. Enquanto na 2ª Guerra Mundial, o cinema exibia, meses depois, as “novidades” da batalha, na guerra do Golfo (1991) os bombardeios iniciaram sob os olhares de todas as partes do mundo em transmissão ao vivo pela CNN.

As notícias, inclusive no caso das guerras, inegavelmente sofriam edições no mínimo questionáveis do ponto de vista da democracia e do esclarecimento público. As guerras são bons exemplos disso quando cada país anunciava o seu “lado”, estimulando, inclusive o apoio e adesão de mais soldados à guerra “necessária” e propagando suas vitórias.

O fluxo informacional ainda era considerado unilateral no conceito que Pierre Lévy (2000, p.44) defende, no esquema “um para todos”, no qual “um centro emissor envia mensagens na direção de receptores passivos e sobretudo isolados uns dos outros”.

A passividade relatada por Lévy pode ser questionada, uma vez que esses receptores reagiam a estas informações de uma maneira heterogênea, e por vezes discordante com o senso comum ou com o que pretendia a hegemonia. Jacks destaca a visão do *Centro de Indagación y*



*Expresión Cultural y Artística* (CENECA/ Chile) a respeito da recepção, e afirma que os pesquisadores deste centro “rechaçaram a visão do receptor como 'recipientes' e do contexto como 'variáveis intervenientes'; entenderam que a recepção e a influência cultural da televisão precisam ser historicizados, e que a recepção é um processo construtivo, dialético e conflitivo” (JACKS, 1996, p. 47).

Schneider atualiza essa questão, referindo-se aos estudos de comunicação, que anteriormente se dedicavam a investigar principalmente “as causas, a forma, a intensidade, a extensão e as consequências da influência dos meios de comunicação de massa sobre as pessoas” (SCHNEIDER, 2013, p. 8) e passaram com frequência a duvidar da existência de qualquer poder manipulador uniformizante da mídia.

O ponto de partida de nossa investigação é a posição dos Estudos Culturais na história das teorias da comunicação: pode-se dizer, de modo sumário, que, em comunicação, outrora, investigava-se principalmente as causas, a forma, a intensidade, a extensão e as consequências da influência dos meios de comunicação de massa sobre as pessoas; hoje, discute-se bastante de que forma e até que ponto essa influência dos meios de comunicação, incluindo as novas tecnologias digitais, é mediada por fatores culturais de matriz não midiática, fatores estes que favorecem leituras diferenciadas de um mesmo discurso, abalando assim as velhas teses sobre o poder manipulador uniformizante da indústria cultural em escala massiva (SCHNEIDER, 2013, p. 8-9)

Esse abalo colocaria em xeque a ideia do receptor passivo e dos estudos que praticamente negam inteligência às massas. Schneider, contudo, propõe um equilíbrio entre essa ideia do receptor passivo e a oposta, também por vezes exagerada, do receptor ativo, que possui “a tendência a minimizar excessivamente a propriedade desses meios de exercer qualquer influência sobre as pessoas, diante de uma incrível capacidade destas últimas de múltiplas, criativas e mui eficazes formas de resistência” (SCHNEIDER, 2013, p. 9). Schneider lembra ainda as colocações de Kellner a respeito da interferência da cultura na construção da produção e consumo dos significados e do público.

É importante, portanto, um olhar para o receptor que vá além do rótulo de passivo ou ativo, que leve em consideração suas nuances e os contextos culturais e sociais nos quais está inserido. Contudo, para a reflexão proposta neste capítulo, o foco está em como, mesmo em uma época onde a interatividade do público com a informação era extremamente parca, este espaço pelo qual as informações circulavam, esta ágora midiática, já alcançava grande parte do globo terrestre e aproximava, em torno de mobilizações, indivíduos geograficamente distantes.

Um exemplo da atuação desta ágora midiática que se espalhava pelo globo foram as manifestações que passaram a ser planetárias. O muro de Berlim recebeu marteladas de cidadãos de vários países que se deslocaram para a sua queda histórica, anunciada e transmitida pelas mídias de todas as partes do globo, mobilizando e comovendo a população mundial. Mesmo guiada pela

mídia, ou exatamente por isso, esta manifestação envolveu o planeta.

Seja como for, as tecnologias, em especial as tecnologias de comunicação, têm contribuído decisivamente, em especial no último século, para reconfigurar a face das sociedades e a internet não é exceção. É necessário, contudo, pensá-la em articulação com a dinâmica social mais ampla, profunda e densa que lhe deu origem, que a atravessa, que a determina de múltiplas formas, mas que é, ao mesmo tempo, em um grau considerável, por ela determinada. (SCHNEIDER, 2012, p. 286-287)<sup>3</sup>

Sob os meios de comunicação de massa modernos, a ágora, a praça como local de formação do discurso e circulação da informação, agora ocupava todo o espaço da Terra, podia informar pessoas de todas as nações, mesmo não sendo fisicamente contígua como a grega, e ainda ampliaria sua ação, transversalidade e velocidade com a chegada da internet.

### 3.3 Ágora Digital

Takahashi destaca o acelerado crescimento da internet nos seus primeiros quatro anos nos EUA, atingindo cinquenta milhões de usuários, comparando com o tempo necessário para atingir o mesmo número de usuários nos casos do computador pessoal: 16 anos; televisão: 13 anos; e rádio: 38 anos. De acordo com o *Livro Verde*<sup>4</sup>, a internet, em oito anos, se disseminou por praticamente todo o mundo.

Mesmo ainda sendo, em muitos países, um serviço restrito a poucos, a velocidade da disseminação da Internet, em comparação com a de outros serviços, mostra que ela se tornou um padrão de fato, e que se está diante de um fenômeno singular, a ser considerado como fator estratégico fundamental para o desenvolvimento das nações (TAKAHASHI, 2000, p.4).

Alguns autores têm expectativa exagerada em relação à internet. Coelho (2011), por exemplo, em texto sobre a Web 2.0, afirma que a revolução acontece em qualquer parte onde exista um computador ou celular conectado à internet. Todo e qualquer indivíduo se tornou um potencial produtor de conteúdo/informação.

<sup>3</sup> Apesar da diferença do texto impresso, a correção foi feita pelo próprio autor do texto, orientador desta dissertação, que identificou um pequeno erro na versão publicada do artigo.

<sup>4</sup> Em maio de 1999, por convite do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), principiou a se reunir em Brasília um grupo de discussão sobre os possíveis contornos e diretrizes de um programa de ações rumo à Sociedade da Informação no Brasil. Tal programa traduziria em projetos concretos a iniciativa que fora aprovada pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, em dezembro de 1998, e que fora refletida em diversas ações propostas pelo MCT no Plano Plurianual para o período de 2000-2003. Aceitando a sugestão, o MCT compôs um Grupo de Implantação do chamado Programa Sociedade da Informação no Brasil, que iniciou atividades em agosto de 1999. Em 15 de dezembro, o Programa foi oficialmente lançado pela Presidência da República. A partir de janeiro de 2000, começou a trabalhar na proposta preliminar detalhada do Programa, mediante a criação de Grupos Temáticos de discussão, contratação de estudos, análise de experiências no exterior etc. O Livro Verde é o resultado desse processo, no qual estiveram envolvidas mais de 300 pessoas do Brasil e do exterior, das quais cerca de 150 se dividiram em 12 Grupos Temáticos contribuindo em suas áreas de especialização. A importância da citação do Livro Verde neste estudo, apesar de suas limitações, é justamente pelo fato de ser um documento encomendado pelo governo e que passou a fazer parte de suas diretrizes, um documento estatal afirmando a importância do desenvolvimento da cidadania, a necessidade da inclusão e do letramento digital e da competência em informação.

Pela primeira vez na história dos meios de comunicação, não existem obstáculos para a publicação de informação em escala global nem qualquer tipo de controle de conteúdo ou interferência por parte de indústrias de comunicação ou grandes corporações dos media, tal como aconteceu ao longo de muito tempo com a cultura de massas. (COELHO, 2011, p. 166)

De fato, existe sim um espaço potencialmente livre, mas que está, na sua maioria, subsumido ao capital, às grandes indústrias e corporações, sob interferência e quase total vigilância. Inclusive, sob grande influência do capital, repetindo o uso hegemônico do espaço, embora existam suspiros revolucionários e contra hegemônicos, não menos importantes que os insufladores de outrora.

O ponto defendido por Coelho (2011), com demasiado otimismo, é o da interferência imediata do usuário como ação revolucionária. Entretanto, esse usuário efetivamente deixa de ser mero expectador e passa a ter a possibilidade de ser também autor na troca de informação e impressões do mundo. Não há mais uma informação disponibilizada verticalmente a ser aceita ou não pelo expectador, que antes só possuía poder de discordar em conversas com outros expectadores, ou enviando cartas ou mensagens aos emissores, que podiam ou não ser respondidas ou publicadas, sendo ou não disponibilizadas a outros expectadores. Depois da Web 2.0, essa resposta é imediata, principalmente em ciberambientes sem controle de postagem e resposta, a partir dos quais essa interferência do usuário pode se propagar e desviar o rumo inicial da discussão, chamando para o debate outros usuários, sem qualquer controle do primeiro emissor. Cabe a esse emissor apenas responder aos seus interlocutores na tentativa de assumir novamente o protagonismo no debate.

Martins (2004, p.3) lembra que, ao ser mencionada, a palavra “internet”, em geral, é associada “à revolução das novas tecnologias de informação e comunicação”. Martins afirma, apoiada em Lemos (2002: p.84), que as TICs transformaram as mídias tradicionais, do modelo “um-todos” em um modelo “todos-todos”, permitindo um sistema de comunicação personalizado, bidirecional e em tempo real.

Pode se ter a impressão que, desde a sua fundação, a internet é um potencial espaço democrático e livre, uma ágora digital, onde os cidadãos do mundo e os grupos antes isolados ganham voz e área de interação. Entretanto, ela surge durante a guerra fria, com uma arquitetura de redes composta por inúmeras redes de computador com diversas maneiras de conexão, a fim de proteger o sistema comunicacional da inteligência americana contra a União Soviética em uma possível guerra atômica e, como afirma Castells, (2003) ela não foi criada como um projeto que visava o lucro empresarial. Naquela época a ideia é de que nenhum indivíduo teria razões para querer um computador em casa.

A internet se desenvolveu a partir de uma arquitetura de informática aberta e de livre acesso. “O início dos protocolos centrais TCP/IP da Internet criados em 1973-1978, distribuem-se gratuitamente e à sua fonte de código tem acesso qualquer pesquisador ou técnico” (CASTELLS, 2003, p. 258). Nesta época a internet foi apropriada por cientistas e pesquisadores da Califórnia, que encontraram nela “um grande potencial para o desenvolvimento científico através da comunicação entre universidades e centros de pesquisa e do funcionamento cooperativo e descentralizado de projetos de estudo” (BEZZERA, 2014, p. 50), contudo Castells lembra que mesmo enquanto a internet estava dentro do Departamento de Estado dos EUA, havia cooperação internacional. (CASTELLS, 2003, p. 260).

Ainda nos anos 70 é criado o correio eletrônico, que foi “descoberto” quando os pesquisadores, ao trocarem mensagens entre si sobre as possíveis aplicações da internet, deram conta que tinham encontrado o que procuravam. Segundo Castells “os produtores da tecnologia da internet foram fundamentalmente seus usuários”, em uma relação de retração constante e *feedback*. Os inovadores criavam e os usuários modificavam constantemente as aplicações e desenvolviam mais tecnologia, o que contribuiu com o dinamismo e desenvolvimento da internet.

Entre os anos 1978 e 1980 grupos libertários internacionais se organizaram e desenvolveram-se de forma mais global a partir da USENET, rede alternativa de internet, “precisamente porque a Arpanet pertencia ao governo norte-americano” (CASTELLS, 2003, p. 260).

Conhecida no primeiro instante como *ARPANET*, transforma-se na cobiçada *INTERNET* em 1980, permitindo uma comunicação multidirecional, a interação entre os usuários e um *feedback* praticamente instantâneo. Desde então, este espaço vem interferido diretamente nas relações humanas, inclusive nas ações e participações de mobilização (MARTINS, 2004).

Cabe aqui reconhecer, neste espaço, a possibilidade da criação de uma ágora digital, com a apropriação dessas arenas de discussão e comunicação disponibilizadas na rede, como menciona Cândido (1999).

São exemplos marcantes dessa apropriação: primeiramente o Movimento Zapatista<sup>5</sup>, que

---

<sup>5</sup> A expressão “zapatista” recorda os camponeses indígenas que combateram ao lado de um dos líderes da Revolução Mexicana, Emiliano Zapata, por demandas como terra, moradia, saúde, educação, independência e democracia. O Exército Zapatista de Libertação Nacional surgiu em Chiapas, estado pobre do México, na região da Selva Lacandona. Índios de várias etnias, expulsos de suas terras por latifundiários, migram para a selva ainda nos anos 50. Até 1974 estes índios ainda viviam em situação precária e marginal, tendo ajuda apenas da igreja católica. Em 1983, um grupo político militarizado urbano se junta aos índios de Chiapas. Surge o EZLN. Esse grupo permanece 10 anos escondidos na selva, preparando-se para a guerrilha. Em 1993 o grupo, já bem mais politizado, resolve invadir sete cidades. Após confrontos, uma trégua é proposta pelo governo e os Zapatistas constituem um governo autônomo. O EZLN foi um dos primeiros grupos a utilizar a internet para buscar o apoio da sociedade civil e estabelecer uma rede de solidariedade internacional. Sua primeira aparição pública acontece em 01 de janeiro de 1994 ainda de maneira indireta (por e-mail, listas de discussão e FTP), o site oficial só surge ao final de 1996, no endereço [www.ezln.org](http://www.ezln.org). A partir daí ONGs e simpatizantes começam a replicar seus comunicados. Aí inicia o

surgiu em “meados de 1994 em Chiapas e se tornou o maior exemplo de uma — *social netwar*<sup>6</sup>, servindo de exemplo para vários outros movimentos que foram surgindo” (OLIVEIRA, 2012, p. 24). Mesmo antes das ciberredes sociais, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) utiliza a internet como meio de difusão de informações e busca de apoio, quebrando as fronteiras mexicanas e inaugurando uma nova face da guerrilha contemporânea.

Outros movimentos seguiram utilizando a ágora digital, como os da Batalha de Seattle<sup>7</sup> e da Primavera Árabe, entre outros. “A solução ativista para este problema foi utilizar a comunicação mediada pelo computador para criar redes de informação planetárias alternativas” (RHEINGHOLD, 1993, *apud* MALINI; ANTOUN, 2013, p. 34).

Essa prática informacional via internet, sem um controle muito acirrado, possibilitou uma nova prática social e uma nova estrutura organizacional, não descolada da que existe fora dos meios cibernéticos: as comunidades virtuais. Estava fundada a ágora digital, este espaço potencialmente livre, onde as informações circulam; este palco no qual as informações contra hegemônicas podem ser disponibilizadas e acessadas, mesmo quando forem, pelo menos aparentemente, contra os interesses dominantes, como no caso do *Wikileaks* e de documentos secretos que vazaram na internet.

Ainda nos anos 80, nos grupos de discussão, como apontam Malini e Antoun (2013, p. 32 a 41), já aconteciam denúncias e articulações contra o poder dominante. Os atores se mobilizavam através destes grupos e essas mobilizações só vinham à tona e eram percebidas quando eclodiam no “mundo real”, diferente de hoje: a partir dos anos 90, com a invenção da *world wide web*, as ciberredes sociais começam a se confundir com as lutas e mobilizações, o material disperso nos grupos de discussão “aflui para as páginas *web* levado pela reunião das diferentes formas de defesa e resistência, constituindo os novos movimentos das guerras em rede” (MALINI; ANTOUN, 2013,

---

embrião do ciberativismo. Como afirma a Segunda Declaração pela Humanidade, “Uma rede intercontinental de resistência, de comunicação alternativa contra o neoliberalismo e pela humanidade” (RIVELLO e PIMENTA, 2008).

<sup>6</sup> Trata-se da “guerra” pela internet, decorrente de uma repercussão maior das mobilizações de um grupo nesta rede intercontinental de resistência à guerra em rede. Seria a luta de baixa intensidade travada de modo assimétrico por um Estado e grupos organizados em rede através do uso de táticas e estratégias que envolvem o intenso uso das novas tecnologias informacionais de comunicação, da CMC e da Internet. (ANTOUN, 2004; RONFELDT e ARQUILLA, 2001) No caso dos Zapatistas, no ambiente da internet travava-se uma guerra de informações entre o grupo mobilizado e o governo, que envolvia e mobilizava indivíduos e governos de outras localidades, países e continentes. A guerra virtual (*social netwar*) ganhava uma importância e um peso até então desconhecidos nos conflitos e revoltas.

<sup>7</sup> O movimento que ficou conhecido como Batalha de *Seattle* aconteceu em 1999 durante o Encontro da Organização Mundial do Comércio, e caracterizava-se como uma luta global contra o neoliberalismo. Milhares de militantes, cerca de 50 mil pessoas de 144 países, bloquearam o acesso dos delegados ao encontro, fazendo com que a chamada Rodada do Milênio fosse cancelada. Os sujeitos advinham dos mais diversos movimentos, que inovaram na forma de organização dos protestos por utilizar o conceito de fluência e a lógica de rede como estrutura de ataque. Estratégias da *netwar*, que utilizam diversos grupos independentes interligados pela rede, sem uma liderança centralizada. Essa ação gerou confrontos com a polícia e muita repercussão, transformando-se inclusive em filme “*Hollywoodiano*”. (ANTOUN, 2004; SODRÉ, F., 2008; CASTAÑEDA DE ARAUJO, 2014; NEGRI, 2006)

p.55). O movimento Zapatista marca esse encontro entre ciberredes e a política dos movimentos sociais. Mais uma vez este espaço pode ser caracterizado como ágora.

Múltiplos movimentos e mídias têm se apoderado deste espaço para a criação de uma “nova esfera pública”.

A internet mudou completamente o rumo das relações sociais em todo o mundo e tornou-se uma poderosa ferramenta de organização política da sociedade. A criação de sites de compartilhamento proporcionou a milhares de usuários não apenas um maior acesso à informação, mas também à produção de conteúdo de diversos tipos por parte de qualquer cidadão. Em decorrência disso, passou-se a utilizar as redes para criticar regimes autoritários, lutar pelos direitos humanos e por liberdade de expressão. (OLIVEIRA, 2012, p.65)

Afirmar que a internet *mudou completamente o rumo das relações sociais* é excessivo. E afirmar que a produção de conteúdo ou qualquer informação estariam disponíveis a qualquer cidadão vai de encontro com a realidade da exclusão. O uso deste espaço está diretamente vinculado à disponibilidade técnica, ao capital econômico, ao capital social, ao capital cultural, à vontade, à automobilização, à moda e tantas outras interferências culturais, sociais, políticas, técnicas e pessoais que permeiam a construção deste estudo.

A questão do uso da internet como ferramenta de debate, pelas diversas associações da sociedade civil, sejam estes diálogos de ordem política, social ou econômica, vem sendo abordada por diversos autores (MORAES, 2000; MEDEIROS, 2011). Porém, a prática da cidadania, a mobilização e a automobilização no ambiente digital requerem não só acesso à internet, mas um embasamento político-cultural mais sólido, adquirido, por exemplo, através do acesso à informação e à educação (CABRAL, 2003).

Cortez (2007) traça um paralelo entre a ágora grega, como espaço comunicacional, e o jornalismo e os meios de comunicação modernos. Para ele, contudo, a internet abriga de maneira ainda mais aproximada este espaço na modernidade, mesmo sem possuir a característica presencial da ágora da Grécia Antiga. Conforme Maia (2007) e outros autores (MALINI; ANTOUN, 2013; ANTOUN, 2004; SILVA et al., 2005), a internet extrapola as fronteiras geográficas, transcende o espaço físico, favorece o diálogo direto e cria um espaço de discussão para além das fronteiras culturais. Ela viabiliza uma comunicação que, até certo ponto, transpõe inclusive as barreiras linguísticas (páginas virtuais podem ser traduzidas remotamente), possibilitando assim o engajamento em discussões que ocorrem nas redes sociais, nos fóruns de debates, nos chats, nos espaços virtuais, e que estimulam a participação social, a politização, a conscientização e a cidadania (RHEINGOLD; DAHLBERG *apud* MAIA, 2007, p.48).

Forjando este espaço democrático mais flexível, o ambiente digital permitiu e potencializou alternativas para a mobilização e a organização da sociedade civil, através de uma nova ótica,

espaço e formato. Essa ágora digital ainda guarda em si abertura à discussão democrática e possui as características de um intenso espaço mediador cultural, de comunicação e de construção do discurso. Estas características a aproximam da função junto esfera pública que o jornalismo teria segundo Gomes, podendo ser estendida a ideia de informação/comunicação colocada por Capurro para a C.I.

Alguns autores (MORAES, 2000; MEDEIROS, 2011) abordam esta questão, partindo do ponto de vista das diferentes associações da sociedade civil e de seus usos da internet como ferramenta para expor e debater problemas da sociedade, sejam eles de ordem política, social ou econômica.

César Steffen (2008, p. 146), referenciando Pierre Lévy, destaca que a internet possui potencial para “aprofundar o conhecimento dos fatos e fatores, qualificando as opiniões, a formação política dos cidadãos e a relação desses com as estruturas de regulação e poder da sociedade”. Porém, sozinha, a internet não é capaz de fomentar a cidadania.





#### 4 CONTRADIÇÕES DA CIDADANIA

“Aquele que não precisa dos outros homens, ou não pode resolver-se a ficar com eles, ou é um deus ou é um bruto” (ARISTÓTELES, 2000, p. 5). Aristóteles defendia que a natureza compele os homens a se associarem, ou ele não pertencerá ao Estado. Segundo o filósofo os indivíduos são parte integrante da cidade e nenhum ser humano basta-se a si mesmo. A cidadania na verdade nasce junto com a vivência em sociedade, entretanto é na Grécia que o conceito aparece, contribuindo para a formação e desenvolvimento dos princípios modernos deste conceito. Apesar da participação restrita, como já dito anteriormente neste trabalho, “na democracia grega os direitos bem delineados consolidaram o poder de governo nas cidades-estado voltado para o interesse público, onde nos conflitos entre o indivíduo e a coletividade não havia dúvida de que a última seria resguardada” (QUEIROZ, 2009, p. 137).

Neste contexto a coletividade era muito mais importante que a individualidade. Eram as decisões dos muitos que regiam a vida de cada um. Participar portanto destas decisões, possuir a perspectiva de poder de influência, de formador de opinião, de convencimento dos pares, era o que fazia do cidadão grego um orgulhoso e privilegiado membro da *pólis*.

Desta noção derivam os conceitos de liberdade, justiça, igualdade e propriedade, que regiam as cidades-estado, e posteriormente seriam discutidos nos modelos de Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, Weber, e tantos outros até a atualidade. Na modernidade esse pensamento incorporou o humanismo, enxergando o indivíduo com capaz de determinar o curso de sua história, não mais apenas refém da vontade e determinação divina. A ideia contratualista na qual o homem organiza um Estado de Direito, “fundamentado na valorização dos direitos individuais, da liberdade de pensamento e expressão, no laicismo, no direito propriedade privada” (QUEIROZ, 2009, p.140), devolvendo a condição de cidadãos aos súditos. Porém era abandonada a importância mor do coletivo e abraçada a individualidade. “Agora, o singular é a regra, enquanto que o plural passou a ser a exceção. Inverteram-se os valores” (QUEIROZ, 2009, p.141). No Estado Liberal, cada indivíduo cuida da sua vida, provendo seu patrimônio privado, como fruto de seu esforço laboral, com o mínimo de intervenção estatal.

O conceito de cidadania se relaciona essencialmente com a consciência e a vivência de direitos e deveres. A noção mais geral de cidadania fundamenta-se em três direitos básicos: civis (de ir e vir, à segurança, à liberdade de religião), sociais (a trabalho, salário, educação) e políticos (a liberdade de expressão, voto, participação política).

De acordo com Gadotti, porém, a cidadania é um conceito ambíguo, já que podem existir diversas concepções de cidadania: “concepção liberal, neoliberal, socialista democrática”

(GADOTTI, 1998, p.2) e ainda, a atual, que ele chama de concepção consumista de cidadania, “sustentada na competitividade capitalista”, que se restringe aos direitos do consumidor, “uma cidadania de mercado” à qual se opõe “uma concepção plena de cidadania”, que se manifesta na mobilização da sociedade para a conquista e a construção dos direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado. Uma cidadania mais exigente, que cria direitos e gera novos terrenos para seu exercício, apropriando-se inclusive do espaço digital.

Unindo a necessidade de exercício à noção da cidadania de mercado, esses elementos destacados por Cabral tornam-se ainda mais importantes para que o indivíduo tome conhecimento do ambiente social, político e econômico onde se encontra, e assim, tenha a capacidade de desenvolver senso crítico para exercer seus direitos e deveres.

Segundo Arendt, citada por Queiroz, a ação se dá na vida pública enquanto o labor e o trabalho se dão na vida privada, gerando bens, patrimônio e riqueza. “Dentro da visão capitalista contemporânea, o labor e o trabalho se agigantaram, tomando o tempo e o interesse da maior parcela da sociedade e, por outro lado, a ação ficou restrita a poucos que se incubem de representar o povo” (QUEIROZ, 2009, p.143). A autora, ressalta a importância da retomada do discurso para a politização e o exercício da cidadania: “na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano, enquanto suas identidades físicas são reveladas” (ARENDRT *apud* QUEIROZ, 2009, p.142).

Dominique Reynié, na introdução do livro *A opinião e as Massas* de Gabriel Tarde, afirma que Tarde em 1901 já escrevia sobre a formação de opinião, cuja questão é “saber sobre o que repousa esse fenômeno de imitação de um indivíduo por outro, depois por uma multidão”, ao que Tarde responde “que ele provém da sugestão, que não é mais que um estado 'hipnótico'. Desde sempre, o estado social é um estado hipnótico” (TARDE, 2005, p. XIII – 60-64).

A massa é formada na composição de uma multidão que possui “similaridades étnicas, que se adicionam e se reforçam, e não por suas diferenças próprias, que se neutralizam”, ... “no movimento de uma multidão, os ângulos da individualidade se atenuam mutuamente em proveito do tipo nacional que sobressai”. Assim a ação do líder ou dos líderes “é sempre contrabalançada pela ação recíproca de seus comandados”. Essa influência publicista é muito poderosa por sua continuidade, “graças a consciência simultânea de suas ideias ou de suas tendências, de suas convicções ou de suas paixões” constantemente atizadas (TARDE, 2005, p. 16 – 17).

Desta feita a noção de cidadania está direta e obviamente ligada à consciência individual, mas totalmente influenciada pela massificação. Para Cabral, “nada politiza mais que a politização” (CABRAL, 2003, p. 36). A propagação do discurso então em si só traz um potencial politizador.

Mesmo que existam variáveis que dependem dos sistemas de diferenciação social, “tanto a procura de informação como a disposição para intervir no espaço público e discutir assuntos de caráter político constituem, em si próprias, manifestações potenciadoras do exercício da cidadania” (2003, p.36).

Boito Jr. (2009) aponta que a ideologia dominante burguesa permeia o discurso e os conceitos, utilizando a cidadania como peça central deste discurso, mas esvaziando este conceito e falseando a natureza das relações sociais concretas, em um jogo de embotamento da realidade de discrepância social.

A revolução burguesa e as revoluções industriais marcaram a passagem dos modos de produção pré-capitalista para o modo de produção capitalista, propiciando uma nova conjuntura de ordens nas quais as classes permaneceram, mas a cidadania abria espaço de voz a uma classe anteriormente alijada do poder. A cidadania foi uma conquista burguesa, que modificava a visão de atuação política da sociedade, ainda que as divisões de classes tenham permanecido na esfera econômica. Mesmo existindo na prática diversas classes sociais, a divisão central de classes entre proprietários e trabalhadores permaneceu, mas o discurso de cidadania se fez como algo que perpassasse essa dicotomia e atuasse independentemente das classes, o que comumente não é verdade.

A inclusão cidadã se dá na esfera jurídica de direitos e deveres assegurados, mas, como pontua Boito Jr. (2009, p. 253), “é possível manter a desigualdade socioeconômica, prescindindo da desigualdade jurídica”. Segundo o autor, o capitalismo manteve a exploração de classes e pôde conviver com a igualdade jurídica, convertendo proprietários e trabalhadores em cidadãos.

Na prática, as decisões continuam, na maioria das vezes, nas mãos da classe dominante, e a exclusão não é tão diferente da que acontecia na Grécia antiga ou no “Estado Liberal Clássico que não concedia direitos políticos (votar e ser votado) nem sociais (legislação de fábrica, saúde, educação e previdência social) aos trabalhadores” (BOITO JR., 2009, p. 257).

Na atualidade, embora estejam incluídas na condição de cidadãos todas as classes sociais, em geral, a maioria restringe sua participação política ao voto, até por falta de consciência e educação para a participação cidadã e política, podendo ascender é claro à condição de representante de determinada classe quando eleito por ela ou participar de associações, sindicatos, partidos, discussões e manifestações políticas.

É o que Moretzsohn confirma, quando classifica o Estado democrático moderno como preocupado com a participação no exercício do poder político por meio do processo eleitoral. A cidadania estava estabelecida através da classificação dos direitos civis, políticos e sociais.

Essa perspectiva embute uma prévia resposta positiva à sua premissa de verificar o impacto dos direitos de cidadania sobre a desigualdade social, aqui identificada ao sistema de classes, um sistema excludente que impede os subalternos de participar, na prática, da comunidade à qual legalmente pertencem: especialmente o alargamento dos direitos sociais seria capaz de reduzir essa desigualdade e promover a integração. (MORETZSOHN, 2011, p. 143).

A autora ressalta que, no pensamento de Marshall (1967), a educação destaca-se como um direito social e possui um papel fundamental como base para o exercício dos demais direitos e deveres e é um pré-requisito necessário a liberdade civil. Com o passar do século XIX, ficou claro que

[...] a democracia política necessitava de um eleitorado educado e de que a produção científica se ressentia de técnicos e trabalhadores qualificados. O dever de auto-aperfeiçoamento [...] é, portanto, um dever social e não somente individual porque o bom funcionamento de uma sociedade depende da educação de seus membros (MARSHALL, 1967, p. 73 – 74 *apud* MORETZSOHN, 2011, p. 144).

Moretzsohn faz uma crítica à passagem da cidadania dos Estados democráticos modernos à cidadania atrelada à assistência privada e voluntária aos excluídos, e cita como exemplo uma passagem irônica de Batista, reproduzida abaixo.

Dez peruas da society resolvem ensinar uns garotos, que caíram nas malhas da justiça da infância e da adolescência, a se tornarem garçons compenetrados? Cidadania. As cadeiras de rodas com as quais animadores de auditório garantem audiência e patrocínio? Cidadania pura. [...] Uns estudantes de classe média foram a uma favela, por qualquer motivo distinto de comprar maconha? É cidadania no Jornal Nacional. (BATISTA *apud* MORETZSOHN, p.163)

Schneider, ao comentar Moretzsohn, afirma que se esta é a realidade, faz-se necessário denunciar este esvaziamento ou travestimento da cidadania, retomando e fortalecendo a dimensão anterior pautada da ampliação dos direitos e das responsabilidades dos poderes públicos por sua efetivação. E acrescenta a colocação de Boito Jr. de que a cidadania representou avanços nos interesses das classes populares, e não somente da burguesia, ainda que de maneira contraditória graças às diferenças de classe (SCHNEIDER, 2012, p. 284). “A igualdade civil [...] concedeu independência pessoal ao trabalhador, mas oculta a exploração de classe”. (BOITO JR., 2009, p.257).

Cabral (2003, p. 32), por sua vez, faz uma distinção entre cidadania e direitos civil e social, e cidadania e direitos políticos. Os primeiros tendem a ser automáticos, já “os atributos da cidadania política nunca são automáticos, mas sim algo que tem de ser exercido individualmente de forma ativa”.

Cabral referencia dados apresentados por Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2002 *apud* CABRAL, 2003, p. 32), os quais apontam que “apenas 2% dos habitantes da área metropolitana do

Rio de Janeiro teriam sido capazes de mencionar um dos seus direitos políticos”, configurando uma situação deficitária no exercício e na consciência da cidadania.

Segundo o modelo de Rousseau<sup>8</sup>, a cidadania é um direito coletivo que favorece a individualidade, pressupõe a ação política e implica a aquisição de direitos e o cumprimento de deveres pela sociedade. Além disso, “as liberdades têm de ser **exercidas** e não só garantidas” (ELSTER *apud* CABRAL, 2003, p.32, grifo meu), o que significa que o exercício da cidadania só ocorre a partir de processos de educação, aprendizagem, informação e conscientização do cidadão.

Esses elementos são importantes para que o indivíduo tome conhecimento do ambiente social, político e econômico onde está inserido e, assim, tenha a capacidade de desenvolver senso crítico para exercer seus direitos e deveres. Por exemplo, para que o cidadão pratique seu direito ao voto é necessário, teoricamente, que o mesmo tenha um prévio entendimento de questões políticas para escolha do melhor representante.

Para Cabral, os espaços públicos ainda são lugares privilegiados de mobilização política, “mas se é verdade que nada politiza mais que a politização, ainda é preciso que os cidadãos entrem nesse espaço público para que a politização comece a ter lugar, e é isso que, frequentemente, não ocorre” (CABRAL, 2003, p.36). Mesmo que existam variáveis que dependem dos sistemas de diferenciação social, “tanto a procura de informação como a disposição para intervir no espaço público e discutir assuntos de caráter político constituem, em si próprias, manifestações potenciadoras do exercício da cidadania” (CABRAL, 2003, p.36). Para o autor, a participação e a propensão da associação voluntária dos indivíduos em busca de valores e interesses comuns é o termômetro do exercício efetivo da cidadania.

Entretanto, assim como na Grécia Antiga, berço da democracia e do conceito de cidadania, existe ainda hoje exclusão. Como dito anteriormente, na Grécia eram considerados cidadãos apenas os homens livres, excetuando-se os escravos, as mulheres, as crianças e os estrangeiros, que não pertenciam àquela sociedade por consanguinidade ou nascimento (QUEIROZ, 2011, p. 137).

Na sociedade contemporânea, os fatores de exclusão são outros, que refletem na ágora digital da mesma maneira que refletiam na ágora grega. O não acesso ao espaço digital, por causa da exclusão digital, é um fator determinante nesta exclusão, mas não é o único: a falta da consciência da cidadania, a ausência da ação cidadã e a escolaridade são fatores ainda mais relevantes. Cabral (2003) afirma que a instrução é o fator com mais peso no exercício da cidadania. Cabe aqui uma articulação entre o conceito de inclusão digital e o conceito de competência crítica em informação, como fatores de exclusão na consolidação e atuação da cidadania. Aprofundaremos

---

<sup>8</sup> Ver BATISTA, 2005. Disponível em: <[http://www2.metodista.br/unesco/agora/mapa\\_animadores\\_pesquisadores\\_roseli.pdf](http://www2.metodista.br/unesco/agora/mapa_animadores_pesquisadores_roseli.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2012.

este assunto mais adiante.

#### 4.1 Noção De Cidadania Planetária

A expressão “cidadania global” vem sendo usada teoricamente de modo derivado à noção popularizada de globalização. Este estudo, contudo, adota a nomenclatura *cidadania planetária*, justamente para se desvincular do conceito de globalização. Esta nomenclatura é sustentada por Gadotti e carrega uma visão unificadora de uma sociedade mundial. O autor explica:

Cidadania Planetária é uma expressão adotada para expressar um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos que demonstra uma nova percepção da Terra como uma única comunidade (BOFF, 1995). Frequentemente associada ao “desenvolvimento sustentável”, ela é muito mais ampla do que essa relação com a economia. Trata-se de um ponto de referência ético indissociável da civilização planetária e da ecologia. A Terra é “Gaia” (LOVELOCK, 1987), um superorganismo vivo e em evolução, o que foi feito a ela repercutirá em todos os seus filhos. (GADOTTI, 1998, p. 2 – 3)

Gadotti distingue os processos de globalização em dois tipos. No primeiro tipo a globalização é excludente, dominante e brutal do ponto de vista dos direitos dos cidadãos. Neste modelo, o que impera é a dominação econômica, política e cultural totalitária e polarizada, onde existem países globalizadores e países globalizados; nela permanece a divisão econômica, só que agora em blocos. É desta globalização que este estudo quer se afastar.

No segundo modelo de Gadotti, “propiciado pelos avanços tecnológicos, que criam as condições materiais (não ético-políticas) da cidadania global, a globalização da Sociedade Civil” acontece promovendo “novos movimentos sociais, políticos e culturais intensificando a troca de experiências de suas particulares maneiras de ser, questionando as desigualdades no interior dos Estados-Nação”. Sob este segundo aspecto, a cidadania planetária possui seu fundamento na *reterritorialidade*, onde as expectativas étnicas, éticas, ecológicas, de gênero etc. formam uma nova consciência de institucionalidade como novos Estados-Nação, a exemplo da “Nação- Negra”, “Nação Indígena” etc. (GADOTTI, 1998, p. 2 – 3).

São estes aspectos da cidadania planetária que nos interessam neste estudo, a capacidade de identificação com uma causa que extrapole as fronteiras, as raças, os credos ou os gêneros, ou diametralmente em oposição a isso, se afirmem diante destas mesmas fronteiras, mas para além das fronteiras Estatais, dos países.

Algo que remete a Engels, quando ele escreve no prefácio à edição polonesa de 1892 do Manifesto Comunista que “a restauração de uma Polônia forte e independente, porém, é uma causa que não diz respeito só aos poloneses — diz respeito a todos. Uma colaboração internacional sincera das nações europeias só é possível se cada uma dessas nações for, em sua casa,

perfeitamente autônoma” (MARX; ENGELS, 2003, p.20).

Mais adiante, no prefácio à edição italiana de 1893, Engels afirma que, ao dar impulso à industrialização em todos os países, o capitalismo burguês criou também um proletariado numeroso, concentrado e forte, criando assim seus próprios coveiros, mas ressaltou que, “sem restituir a cada nação europeia a sua autonomia e unidade, não poderiam consumir-se nem a união internacional do proletariado nem a cooperação pacífica e inteligente destas nações para fins comuns” (MARX; ENGELS, 2003, p.22).

No corpo do Manifesto, Marx e Engels esboçam um vislumbre desta cidadania planetária, sob certo aspecto, não como algo imposto pelo espalhamento do capital pelo globo terrestre ou pela sua expansão e domínio que sobrepuja as fronteiras e barreiras culturais, mas pela unificação dos interesses universais dos trabalhadores, que identificariam sua exploração comum, a despeito das múltiplas diferenças que os separam – nacionais, linguísticas, culturais, religiosas etc. –, contra o inimigo comum, o capital internacional. Algo que parte do domínio do capital, que propicia a comunicação através do comércio e da aproximação das realidades de vida, mas que em algum momento, suprimida a exploração do homem pelo homem, suprimiria também a exploração entre as nações.

As diferenciações e os antagonismos entre os povos desaparecem dia a dia, devido ao desenvolvimento da burguesia, à liberdade de comércio, ao mercado mundial, à uniformidade na forma de produção e às condições de existência correspondente.  
A supremacia do proletariado os fará desaparecer ainda mais rápido. A ação comum nos países civilizados é uma das principais condições de emancipação do proletariado.  
A medida em que se suprime a exploração do homem pelo homem, suprime-se também a exploração de uma nação pela outra. A utilidade entre as nações desaparecerá à proporção que desaparecer o antagonismo entre as classes no interior dessas nações. (MARX, 2003, p. 43 e 44).

Apesar de os antagonismos entre as classes estarem longe de desaparecer na maioria das nações, o avanço das tecnologias de comunicação, como já previa Marx, aproximou ainda mais as diferenças, “intensificando a troca de experiências de suas particulares maneiras de ser, questionando as desigualdades no interior dos Estados-Nação”, voltando a Gadotti (1998, p.3), e alimentou a expectativa de novas territorialidades e sentimentos de pertencimento a uma cidadania planetária, que tem muita afinidade com a noção de cidadania ampliada que aparecerá mais adiante neste estudo.

De acordo com Gadotti, “o desafio que se coloca a essas novas territorialidades é o de fortalecimento da perspectiva democrática no seio da própria Sociedade Civil” (GADOTTI, 1998, p.3).

## 4.2 Hegemonia e contra hegemonia

Para elucidar em que sentido empregamos os termos hegemonia e contra hegemonia, o presente estudo recorre às definições de Denis de Moraes (2010). Moraes evoca o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci como o caminho para “desvendar os jogos de consenso e dissenso que atravessam e condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação, interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade”.

A comunicação jamais esteve tão fortemente entranhada na batalha das ideias pela direção moral, cultural e política da sociedade. Reconhecendo o caráter estratégico da produção simbólica nas disputas pelo poder, compartilho do entendimento de Jean Paul Sartre de que a mídia desempenha os papéis de “servidores da hegemonia e guardiães da tradição”. Ocupa a posição proeminente no âmbito das relações sociais, visto que fixa contornos ideológicos da ordem hegemônica, elevando o mercado à instância máxima da representação de interesses. Não raro, o discurso dominante fabricado pelos aparatos midiáticos tenta neutralizar o espaço de circulação de visões dissonantes e contestadoras. Edward Said foi preciso ao ressaltar que, enfraquecendo ou silenciando pontos de resistência, este discurso objetiva “modelar a impiedosa lógica corporativa da obtenção de lucros e o poder político em um estado de coisas normal – é assim que as coisas são –, convertendo, no processo, a resistência racional a estas noções em algo completa e praticamente irrealista, irracional, utópico, etc.” (MORAES, 2009, p. 17 – 18)

Para Moraes, *imaginário social* é a memória afetiva de uma cultura construída coletivamente. “Trata-se de uma dimensão da consciência humana em que se explicitam interesses, conflitos e controles da vida coletiva”. [...] “O imaginário social se traduz por ideologias, símbolos, alegorias, rituais e mitos, que plasmam visões de mundo e modelam estilos de vida” (MORAES, 2010, p.30).

É neste espaço do imaginário que são introduzidas as mudanças nos modos de sociabilidade, “fazendo supor que podem ser concebidos outros modelos e padrões de comportamento” de “maneira dinâmica” – o uso social das representações e das ideias (MORAES, 2010, p.31). Estas representações e imagens e seus usos coletivos dão aos indivíduos a sensação de pertencimento e estabelecem referências que definem, para os integrantes de uma comunidade, seus intercâmbios com as instituições e sua compreensão da realidade.

A linguagem é o código operacional desta comunicação entre os indivíduos e os grupos, o meio simbólico essencial desta constituição. Citando Marx, Moraes destaca que a linguagem “é a consciência real, prática, existente, 'a realidade imediata do pensamento', que surge da 'imperiosa necessidade de relacionar-se com outras pessoas’” (MORAES, 2010, p.31). Segundo Moraes (2010), é através da linguagem que são legitimados os significados incorporados pelo coletivo, e o modo de articulá-la determina as direções interpretativas e as rotas ideológico-culturais que os discursos tomarão. É nesse imaginário que a consciência encara a vida, a elabora ou a contesta. É



nele que são impressas as ideologias e nele que as estruturas de dominação convergem com as “verdades” do coletivo. É nesse imaginário social que as “verdades” se fixam e é nele que a hegemonia trabalha.

Outro ponto levantado por Moraes, necessário à compreensão da questão hegemonia e contra hegemonia, são as disputas de sentido e de poder. Moraes recorre à perspectiva de Gramsci, ao caracterizar hegemonia como “a liderança ideológica e cultural de uma classe sobre as outras”, mas ressalta que essa hegemonia é “obtida e consolidada em embates sociais” não apenas ligados às questões econômicas e políticas, mas “também englobam visões de mundo”; as disputas de posições e poder incluem o “plano ético-cultural, as orientações ideológicas que querem legitimar-se socialmente e universalizar-se” (MORAES, 2010, p.35).

Esse processo, portanto, não é algo rápido, é algo construído e constituído em um longo processo histórico, e como ressalta Moraes, ocupa diversos espaços da superestrutura ideológico-cultural. Moraes lembra que, na perspectiva de Gramsci, a “hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um bloco histórico. A esse grupo com capacidade de coesão de diferentes grupos sociais e criação de uma vontade coletiva, Gramsci chamava de “consciência operosa da necessidade histórica” (MORAES, 2010, p.35).

A hegemonia, portanto, não é algo simplesmente impingido de cima para baixo, é algo construído coletivamente, utilizando a própria coletividade e o imaginário social.

Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder. (GRUPI, 1978, *apud* MORAES, 2010, p. 55)

A hegemonia depende desta articulação com outros poderes e ainda precisa fazer concessões para manter o apoio e a aceitação da massa e dos seus colaboradores e aliados. Nesse jogo de forças, estratégias de argumentação e persuasão são fundamentais. A força hegemônica utiliza essas estratégias e Gramsci ressalta que, antes mesmo de um grupo de classes alcançar o poder, é necessária a obtenção gradual de um consenso relativo a uma reforma moral e cultural:

Toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação (GRAMSCI, 2004 *apud*, MORAES, 2010, p. 56).

Impossível não perceber aqui a relação da necessidade de criar um vínculo empático entre os atores, que seja o mesmo em torno de uma única questão, que os agregue em torno de uma vontade

coletiva. Assim foi nas ruas de Paris, entre os oprimidos pelo Czar na Rússia, foi no chão de fábrica para as conquistas operárias, assim é hoje nas redes digitais e fora delas.

Mostafa refere-se a questão da hegemonia atual de maneira muito interessante. Para ela, hoje, o mecanismo é a persuasão e não mais a força e a coerção.

Diferentemente de outras épocas, nas quais os mecanismos de imposição de poder eram a força e a coerção, os agentes interessados no poder na sociedade contemporânea utilizam-se da persuasão sobre os indivíduos, compondo um cenário social programado. Dessa forma, os indivíduos cumprem papéis pressupostos pelo capitalismo atual (mercado e Estado), ignorando desejos próprios, singularidades e individualidades. Porém, sempre acreditando estar agindo e produzindo ou se relacionando por livre iniciativa e livre arbítrio. (MOSTAFA et al., 2015, p. 361)

A sedução da alienação provoca no indivíduo contemporâneo a subsunção ao sistema hegemônico capitalista. A bruma de cidadania espraiada pela burguesia dá a este indivíduo a sensação de pertencimento, de possibilidade de ascensão e de “conquista”. No mundo capitalista liberal, “todos” podem ascender às classes mais altas, “todos” podem ser “vitoriosos”. Essa é a regra do jogo. Se o indivíduo não ascende é porque não possui capacidade para isso e não porque não tem oportunidades.

Esse embotamento da cidadania em uma cidadania de consumo torna a persuasão da hegemonia mais fácil. Além disso, como a hegemonia controla os meios de comunicação de massa, tudo o que é visto e ouvido nestes meios colabora com a hegemonia do pensamento coletivo, com a hegemonia no imaginário social.

Ora, se a persuasão e a formatação de desejos que aparentam ser individuais, e que na verdade representam interesses, desejos, agenciamentos de algo muito maior e muito acima do sujeito que se pensa livre; então, a informação, os dados, os fluxos destes, sua análise e aplicação, tornam-se centrais no aparelhamento dos agentes do poder contemporâneo. A informação, destarte, é parte vital dos processos de sujeição e servidão maquínica identificadas por Gilles Deleuze e Félix Guattari nesta fase do capitalismo contemporâneo; (MOSTAFA et al., 2015, p. 361)

No panorama atual, a internet se apresenta como uma ágora com potencial anárquico, que poderia ser livre dos poderes hegemônico, e receberia em si as discussões políticas, as discussões contra hegemônicas e as convocações, atuando como espaço de debate da esfera pública e ainda, como ferramenta de vigilância inversa<sup>9</sup> dos Estados-Nação e da polícia.

“Noventa e sete por cento da informação do planeta está digitalizada. E a maior parte dessa informação nós é que produzimos, por meio da internet e redes de comunicação sem fio. Ao nos comunicar, transformamos boa parte de nossas vidas em registro digital” (CASTELLS, 2015). Essa afirmação impressionante de Castells, e talvez exagerada (97% parece muito), nos mostra o quão

<sup>9</sup> Vigilância inversa para este texto é quando o indivíduo, normalmente vigiado pelo estado e instituições do capital através das TICs, inverte esta vigilância e passa a utilizar as TICs para vigiar os poderes. Melhor explicado mais adiante.

importante se tornou a internet quando pensamos a informação.

Contudo é fato que é enorme a quantidade de informações pessoais que sobem para a rede, como números de cartão de crédito (cada vez que é feita uma compra on-line), número de seguro social, cartão de saúde, conta bancária, currículos e históricos profissionais, registros de viagens, fotos, postagens e conversas, enfim, tudo o que do indivíduo e do individual tramita pela internet. Castells (2015) alerta: “Supõe-se sem dúvida que as identidades individuais estejam legalmente protegidas e que os dados de cada um sejam privados. Até que deixem de ser. E essas exceções, que na verdade são a regra, referem-se ao relacionamento com as duas instituições centrais em nossa sociedade: o Estado e o Capital”. A preocupação com a vigilância e o acesso das corporações estatais ou privadas sobre dados pessoais, estatais ou corporativos também será discutido neste estudo.

“Nesse mundo digitalizado e conectado, o Estado nos vigia e o Capital nos vende, ou seja, vende nossa vida transformada em dados” (CASTELLS, 2015). Castells afirma que isso acontece, na maioria das vezes, com a concordância do indivíduo e que os processos de vigilância eletrônica maciça e a venda de dados pessoais como modelo de negócios expandiram-se exponencialmente na última década.

Castells atenta para a associação entre as empresas privadas e o estado nos casos de vigilância como da NSA: “[...] foram as empresas tecnológicas que desenvolveram as tecnologias de ponta para o Pentágono. E foram empresas telefônicas e de internet que entregaram os dados de seus clientes. Só se zangaram quando souberam que a NSA as espionava sem sua permissão” (CASTELLS, 2015).

Ele ainda afirma que 91% dos ganhos do Google vem da coleta e venda de dados para publicidade focalizada, e que empresas como a Google, Facebook e a Apple encriptaram parte de suas comunicações internas como defesa da privacidade. Privacidade que não é levada em conta na hora de negociar os dados e perfis de seus clientes.

Muitos autores (Foucault, Deleuze, Castells) preocupam-se com esta questão da vigilância. Arthur Bezerra (2015) traz para a esfera da C.I. brasileira o assunto, destacando a importância deste tipo de discussão, destacando a questão da vigilância e espionagem governamental feita através da coleta de dados armazenados na internet, como no caso do governo norte-americano com o uso do programa de vigilância *Prism*, recentemente denunciado por Edward Snowden, ao jornalista Glen Greenwald, do periódico inglês *The Guardian*.

Retornando ao potencial de vigilância inversa, lembrando que neste texto, é aquela que se dá quando o cidadão, normalmente vigiado pelo estado e instituições do capital através das TICs, usa as ciberredes sociais ou outros ambientes da internet para vigiar o estado e as corporações. Esta

ação pode ser de pura pesquisa mais profunda, de elucidação pública de algo até então dissimulado ou negado, divulgação de prova contra o estado ou instituições, simples acompanhamento crítico de dados abertos, cruzamento de dados divulgados, exposição de contradições etc.

Esta contra vigilância pode se dar quando o cidadão acompanha os gastos do governo, ainda que estes estejam disponibilizados na rede, e gera informação que divide de maneira crítica; o cidadão que grava uma ação abusiva da polícia e espalha na net contradizendo uma versão oficial divulgada; quando um funcionário de uma empresa grava secretamente alguma irregularidade e posta; quando um ativista filma o despejo de poluentes em diversos rios e depois cria um vídeo que viraliza na net; quando um cidadão discorda de um *twitter* ou *facebook* de uma figura pública e “printa” a tela antes que a figura pública apague suas postagens etc.

Mais exemplos desta vigilância podem ser encontrados no Brasil, quando um cidadão acessa um site de transparência governamental para verificar o uso dos investimentos estatais, ou ainda quem financiou a campanha de seu candidato. Outro exemplo é este mesmo cidadão pesquisar no site da câmara as proposições de seu candidato, ou ainda quando acompanha seu perfil no *Facebook* ou no *Twitter*. Também não são raros os exemplos de postagens nas redes sociais de denúncias com fotos ou vídeos sobre abusos de policiais.

Existe assim a possibilidade prática de que a internet possa ser utilizada por cidadãos em busca da interferência, na mudança e/ou direcionamento das políticas, administração econômica e elaboração das leis. Mas o espaço precisa ser apoderado de alguma forma por este cidadão, ele precisa se dar conta da existência desta possibilidade.

Voltando à construção da hegemonia, é sabido que ela é progressiva e precisa ser dirigente, e que sua concretização só acontece quando se chega ao poder do Estado. Assim, ainda segundo Moraes, esse consenso, “numa perspectiva de transformação da ordem vigente, depende da capacidade processual das classes subalternas de se converterem em força política efetiva, forjando uma unidade de objetivos que resulte na coordenação de ações e na articulação de princípios ideológicos” (MORAES, 2009, p. 37).

Para Moraes (2009, p. 37 – 38), é necessário “desenvolver um trabalho político-cultural, que consiga superar as divergências que atrasem o processo, de modo que o grupo se mantenha coeso e focado no processo de mudança”. Isso significa engajar e desenvolver a automobilização como colocado anteriormente. Significa desenvolver a consciência crítica e a consciência cidadã.

Moraes também ressalta a divisão do estado, feita por Gramsci, em duas esferas no interior das superestruturas – a sociedade política e a sociedade civil.

Nesta conceituação de Gramsci, a sociedade política é representada pelos aparelhos de coerção estatais, controlados pelos grupos burocráticos unidos às forças armadas e à polícia, e

detém o monopólio legal da repressão e da violência. A sociedade civil é formada por instituições responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias, os portadores materiais da ideologia, sejam elas escolas, igrejas, partidos, sindicatos, instituições científicas, meios de comunicação, entre outros.

A hegemonia, revestida de coerção, é, portanto, a soma da sociedade civil com a sociedade política, trabalhando conjuntamente para a manutenção da ordem e do domínio estabelecidos. As duas esferas se distinguem pelas funções que exercem e nas relações de poder, contudo agem em conjunto para a manutenção desta hegemonia. Os aparelhos privados de hegemonia são relativamente autônomos face ao Estado, mas são agentes fundamentais da hegemonia, seja mantendo sua dominação, seja para contradizê-la.

É fácil observar a ação destas forças nos recentes casos de revoltas no Brasil e fora dele. No Brasil, a ação coercitiva e ostensiva da polícia no caso das manifestações contra os poderes hegemônicos (não necessariamente o governo) é visível e apoiada com frequência pelas mídias, que transformam rapidamente os manifestantes em vândalos. Foi o caso das manifestações de 2013, das manifestações de professores e da recente ocupação das escolas em São Paulo. Já nas manifestações pró impeachment ficou claro o apoio das grandes mídias, como a Globo, e a ausência do poder coercitivo da polícia.

Moraes ressalta a importância da articulação da classe dominante com os interesses de outras classes para permanecer no poder:

Raymond Williams (1979, p. 113) é esclarecedor quando, baseando-se em Gramsci, ressalta que a hegemonia não se restringe aos mecanismos de controle ideológico-culturais que exercem dominação, mas engloba “todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente”. A hegemonia constitui então, segundo Gramsci, “um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida”. (MORAES, 2009, p. 39)

A hegemonia então é necessariamente algo que perpassa o imaginário social, tornando-se a “única” realidade dos atores a quem submete e está entranhada nas práticas, significados e valores da sociedade. Contudo, Moraes (2009) recorda que é nessa sociedade que o embate acontece, é ela a arena da luta de classe, espaço de múltiplas relações de poder e palco de acentuadas contradições, inclusive entre os mercados e no interior do próprio Estado.

Para que a hegemonia se conserve, indubitavelmente precisam ser levados em consideração “os interesses e as tendências dos grupos sociais sobre os quais a hegemonia será exercida” (GRAMSCI *apud* MORAES 2009, p. 47), só assim se forma um equilíbrio na ordem econômico-

corporativa. Há que haver sacrifícios do grupo dirigente para que esta ordem se conserve, mas claro que com limites para que não afetem os alicerces da dominação (MORAES 2009, p. 47).

Fica clara a importância dos aparelhos privados de hegemonia, uma vez que são portadores da ideologia dominante e ferramentas de aporte da hegemonia para conquistar o apoio da sociedade civil. Mas frações deles também podem propagar a dissonância contra o domínio.

Tudo o que possui influência ou pode influenciar a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte desta estrutura de publicização – imprensa, escolas, as bibliotecas, os círculos, os clubes, a arquitetura e até o nome das ruas.

“Os meios de comunicação elaboram e divulgam equivalentes simbólicos de uma formação social já constituída e possuidora de significado relativamente autônomo” (MORAES, 2009, p. 45). A mídia utiliza signos pré-determinados para gerir a interpretação dos fatos de maneira dada – como verdade – protegendo-a de contradições. Contudo, em tempos de TICs, isto está cada vez mais difícil, uma vez que pela imediatez e alcance da internet, a ideia contraditória pode aportar neste espaço em oposição à hegemonia e retornar aos próprios aparatos midiáticos.

É o que acontece frequentemente em embates de notícias sobre manifestações, conflitos e revoltas; como por exemplo na aparição ao vivo no programa da Fátima Bernardes na Globo, de um grupo de estudantes de São Paulo, que surpreendem a repórter gritando contra a emissora “o povo não é bobo, abaixo a rede Globo”<sup>10</sup>, ou ainda, a notícia do menino baleado na comunidade do Alemão no dia 02 de abril de 2015. Amplamente discutido nas páginas dos jornais, nos blogs, sites e nas redes sociais digitais, o caso vai tomando direções diferentes conforme as denúncias chegam à internet, trazendo fotos e vídeos nas postagens<sup>11</sup>.

Nestes episódios de conflito, há um claro esforço dos aparelhos privados de hegemonia em seguir modelando comportamentos e consciências, além de influenciar a agenda pública e privada. O que deixa claro a ligação destes aparelhos privados com o Estado. Contudo, Moraes (2009, p. 40-41) faz uma distinção entre o conceito de aparelhos privados de hegemonia de Gramsci e o de aparelhos ideológicos de estado, de Althusser. Para Althusser, estes aparelhos estariam ligados umbilicalmente ao Estado; para Gramsci eles seriam mais autônomos. Assim, Gramsci abre uma

<sup>10</sup> Vídeo que foi ao ar: <https://www.youtube.com/watch?v=8Q65HzaM9Rg>

<sup>11</sup> Repercussões da notícia:

No próprio dia: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/menino-morre-baleado-durante-operacao-da-elite-da-pm-no-alemao.html>>. <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-04-02/menino-de-10-anos-morre-durante-operacao-da-pm-no-alemao.html>>. <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/mae-de-morto-no-alemao-acusa-nunca-vou-esquecer-o-rostro-do-pm.html>>. <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/crianca-morre-baleada-no-complexo-do-alemao-no-rio.html>>. Acesso em: 26 mai.2015.

No dia seguinte: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/04/rj-menino-de-dez-anos-morre-baleado-no-alemao-moradores-culpam-pms/>>. Acesso em: 26 mai.2015

Uma semana depois: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/pm-suspeito-de-atirar-em-eduardo-no-alemao-falta-segundo-depoimento.html>>. <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/pezaio-admite-erro-da-pm-em-acao-que-matou-eduardo-no-alemao.html>>. Acesso em: 26 mai.2015.

possibilidade, impossível para Althusser, de que “a ideologia (ou o sistema de ideologias) das classes oprimidas alcance a hegemonia mesmo antes da conquista do poder de Estado”.

A noção de Estado ampliado é importante para este estudo pelo seu contraponto – cidadania ampliada. Pois concebe-se a ideia de que as mesmas ferramentas, mecanismos e articulações utilizadas pelo Estado ampliado possam, de uma maneira inversa, utilizando a competência crítica em informação para a cidadania ampliada, serem usadas em um movimento contra hegemônico dos próprios cidadãos, recorrendo ao conceito da “longa marcha” através da sociedade civil, suscitada por Gramsci e sua metáfora das trincheiras.

No Estado ampliado, os aparelhos privados hegemônicos estão a serviço do Estado, alinhados a ele para a sedução dos cidadãos, de maneira a “educá-los” e homogeneizá-los ao máximo. Moraes (2009, p. 41) destaca que Gramsci considera a ideologia como algo determinado no processo de produção e não uma atribuição do Estado que objetiva assegurar a dominação. Assim, processo de produção e Estados se alinham, mas não de uma maneira determinada pelo domínio estatal e sim como aliados para um interesse comum.

Moraes (2009, p. 41) enfatiza que para Gramsci “a conquista do poder deve ser precedida por sucessivas batalhas pela hegemonia e pelo consenso dentro da sociedade civil, isto é, no interior do Estado em sentido amplo.” Moraes ainda faz uma distinção entre a vertente althusseriana, que “leva à ideia de choque frontal com o Estado” e a teoria gramsciana que “propõe uma 'longa marcha' através das instituições da sociedade civil, antecedida por uma preparação político ideológica, que deve expressar significados e contradições do processo histórico-social”. (MORAES, 2009, p. 41)

Mais uma vez neste estudo deparamo-nos com um pensamento que remete à questão da competência crítica em informação para a cidadania, quando Gramsci coloca a questão da preparação político ideológica que antecede as mudanças na hegemonia. Um cidadão cego pela ideologia dominante, cujas “verdades” se alinham em um determinismo, complacência ou fatalismo, se entrega à hegemonia dominante sem contestá-la. Mas se, de alguma forma, alguns destes aparelhos privados lhe oferecem uma visão diferente da hegemônica, lhe mostram um caminho de cidadania que vai além daquela apenas dos direitos, esse cidadão pode construir um senso crítico, embasado por informações, transformadas em conhecimento, que lhe proporcionam uma motivação para a mobilização. Contudo, a vontade desse cidadão interfere diretamente na busca, recepção e percepção desta informação.

Moraes nos aponta um bom caminho para aprofundarmos esse debate:

Refletir sobre hegemonia e contra-hegemonia, pontua Virgínia Fontes (2008: 145), pressupõe analisar os modelos de convencimento, de formação e de pedagogia, de comunicação e de difusão de visões de mundo, as formas peculiares de sociabilidade, as maneiras de ser coletivas e as clivagens, assim como as contradições presentes em cada

período histórico. A referência à difusão de valores e padrões de comportamento tem a ver com um dos reconhecimentos decisivos no pensamento crítico atual: é no domínio da comunicação que se esculpem os contornos ideológicos da ordem hegemônica e se procura reduzir ao mínimo o espaço de circulação de ideias alternativas contestadoras – por mais que estas continuem se manifestando e resistindo. A meta precípua é esvaziar análises críticas e expressões de dissenso, evitando atritos entre as interpretações dos fatos e seu entendimento por parte de indivíduos, grupos ou classes. (MORAES, 2009, p. 46)

Assim, esse estudo propõe a discussão da competência crítica em informação para a cidadania ampliada utilizando o espaço digital como a ágora na qual é construído o conhecimento, utilizando suas potencialidades e brechas para a construção desta cidadania ampliada. Levando em consideração, obviamente, a necessidade da inclusão e letramento digital e da competência crítica em informação para este fim, bem como a importância da mobilização e da automobilização para a apropriação desta cidadania, propondo um caminho que posteriormente leve em consideração as questões dos modelos de convencimento, formação, pedagogia, comunicação, difusão, visões de mundo, sociabilidade, as maneiras de ser coletivas e as clivagens que interferem e que são necessárias à competência crítica em informação para a cidadania.

#### **4.3 Mobilização, automobilização e apropriação da cidadania**

Há uma correlação entre automobilização e mobilização. Uma certa sequência de movimentos primeiramente internos ao indivíduo, que depois se manifestam externamente. É claro que em momentos de comoção a mobilização pode ser deflagrada de fora para dentro, contudo é preciso haver um movimento de dentro para fora para que a apropriação da cidadania efetivamente se dê.

No que se refere ao conceito de mobilização, Toro (1996, p.5) explica que “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”. A mobilização vai além da aglomeração e está diretamente ligada à escolha e à afinidade de ideais e motivações.

Pensando essa questão da aglomeração, Tarde nos traz uma diferenciação entre público e multidão que parece explicar a questão das mobilizações, no que concerne às afinidades de ideias e motivações. O autor (TARDE, 2005, p.5) distingue o público pela conformidade de ideias, costumes e motivações – não que estas características não sejam encontradas nas multidões, mas nesta segunda são mais dispersas, menos consistentes.

Até certo ponto, um público confunde-se com o que chamamos um mundo, “o mundo literário”, o “mundo político” etc., com a diferença de que esta última ideia implica entre as pessoas que fazem parte do mesmo mundo, um contato pessoal, trocas de visitas, recepções, o que pode não existir entre os membros de um mesmo público. Mas da multidão ao público a distância é imensa, como já se percebe, embora o público proceda em parte de uma espécie de multidão, da audiência dos oradores.



Entre os dois, há muitas outras diferenças instrutivas que ainda não indiquei. Pode-se pertencer ao mesmo tempo, e de fato sempre se pertence simultaneamente, a vários públicos como várias corporações ou seitas; mas só se pode pertencer a uma única multidão de cada vez. Daí a intolerância bem maior para com as multidões e, por conseguinte, para com as nações onde domina o espírito das multidões, porque nelas o indivíduo é tomado por inteiro, irresistivelmente arrastado por uma força sem contrapeso (...) é verdade que de um público superexcitado, como acontece com frequência, irrompem às vezes multidões fanáticas que percorrem as ruas gritando viva ou morte a qualquer coisa. Nesse sentido o público poderia ser definido como uma multidão. Mas essa recaída do público na multidão, embora perigosa ao mais alto grau, é afinal bastante rara (TARDE, 2005, p.14 – 15)

Pode-se concluir que interesse comum é imprescindível para qualquer mobilização, seja ela formada por um público ou por uma multidão, é a conformidade de ideias e/ou a confluência de motivação que as movem. O público possui mais afinidades e ideias afins, é mais suscetível às mídias que compartilham de maneira mais homogênea os ideais, pleitos e ideias. A multidão, embora impelida por uma mesma motivação ou ideia, normalmente específica, é mais heterogênea, instável, possui agregados momentâneos e possivelmente com menos envolvimento. As multidões sempre podem ser engrossadas por curiosos, semi-adeptos, convencidos momentaneamente ou empurrados pela emoção. Baseando-se nesta teoria de Tarde, talvez as mobilizações advindas de um público seriam provavelmente mais estruturada e contidas, porém as mais **volúmosas** e explosivas seriam as manifestações de multidões?

Para Cabral, a mobilização cognitiva, que busca a cidadania e a participação social, não acontece sem a automobilização, que ele define como a capacidade de promover em si mesmo a mobilização. O autor defende que esta capacidade e consciência que impulsionam a participação social e o exercício da cidadania, estão atreladas ao valor que o indivíduo atribui a sua própria opinião, à maneira de absorver a informação, ao acesso à mídia informativa e ao capital escolar<sup>12</sup>, estes dois últimos, na opinião do autor, mais influentes que o capital econômico. Sendo assim para ele, a motivação para se automobilizar depende muito mais de questões educacionais do que do poder aquisitivo do indivíduo. Cabe ressaltar que a educação, neste caso, está sujeita à exposição do indivíduo às mídias e aos contextos que lhe forneçam o devido conhecimento que lhe sirva de ponte para sua participação na cidadania.

Essa capacidade e consciência impulsionam a participação social e o exercício da cidadania:

A automobilização está também correlacionada, embora mais mitigadamente, com a mobilização cognitiva e a exposição à mídia informativa, que assim continuam a andar a par. Em contrapartida, a classe social e o rendimento possuem fracas correlações, mostrando a mobilização depender mais diretamente do “capital escolar” do que do “capital econômico” ou do chamado *habitus* de classe (CABRAL, 2003, p.36).

Segundo Cabral, a vontade de automobilizar depende muito mais de questões educacionais

<sup>12</sup> O conceito de capital escolar, segundo Valle (2008, p. 104-105), exemplo da distribuição diferenciada dos diversos capitais, contribui com a legitimação e reprodução da posição no espaço social.

do que da classe a que pertence o indivíduo. A educação, neste caso, está sujeita à exposição do indivíduo às mídias e aos contextos que lhe forneçam o devido conhecimento que lhe sirva de ponte para sua participação na cidadania.

Cabe aqui a observação de que o capital escolar e econômico, que juntos compõe o *habitus* de classe, não podem ser tão facilmente separados, sobretudo nos países em que a aquisição de capital escolar é tão comumente determinado pelo capital econômico.

Barbalet reconhece que a luta gerada em torno dos direitos da cidadania pode ser um importante elemento de mobilização, pois “tentativas de grupos socialmente subordinados para vencerem as suas desvantagens e reivindicarem aqueles direitos que não podem ser concretizados numa sociedade desigual” (BARBALET *apud* MORETZSOHN, 2011, p.146) estimulam a mobilização e a automobilização.

Para Moretzsohn, a fim de que os indivíduos usufruam do conhecimento, tornando-se ativos politicamente e capazes de exercer plenamente sua cidadania, é preciso que estejam capacitados não só materialmente, mas também do ponto de vista moral e educacional. Para isso é imprescindível o acesso à informação e a educação.

É possível concluir, então, que a mobilização necessita de: convergência de motivação ou ideais, acesso e assimilação do conhecimento, automobilização, consciência da cidadania, informação; e que a natureza participativa da rede não basta para que de fato se configure a participação e a mobilização; além disso, a mobilização e a própria opinião estão sujeitas a influências socioeconômicas. Para que de fato a ágora midiática virtual se estabeleça como espaço de mobilização e cidadania é necessária a construção deste espaço e do conhecimento, além da união e o diálogo entre todas estas características.

Ou seja, o acesso à informação e à educação são fatores diferenciais para a iniciativa ou participação em processos de mobilização, e a condição social afeta diretamente tanto o acesso à internet quanto à educação. É possível concluir então que a natureza participativa da rede por si só não basta para que de fato se configure a participação e a mobilização. É necessária a união e o diálogo entre todas estas características, para que de fato a ágora digital se estabeleça como espaço de mobilização e cidadania.

Já na antiguidade, com o crescimento do Império Romano, o cidadão passou a ser mais alguém protegido pela lei do que alguém que participa de sua elaboração, migrando para uma participação mais passiva da cidadania. A divisão social de classes, entre dominadores e dominados, livres ou subordinados, define as relações interclasses, condicionadas pela divisão de propriedade e pela posição que cada sujeito ocupa em meio às relações de produção.

No prisma de Moretzsohn, a cidadania, atualmente, vem sendo esvaziada de seu sentido

político, deslocando-se para a esfera do consumo e contribuindo para a naturalização das políticas de exceção. Além disso, é setorizada pelas políticas de assistencialismo e voluntariado, deixando de lado “a perspectiva universalista garantidora de direitos” (MORETZSOHN, 2011, p. 1). O atual modelo, assim, abandona tanto a noção de cidadania criada e exercida na Grécia Antiga, onde o cidadão obedecia a leis de cuja elaboração participava (MORETZSOHN, 2011, p. 142), quanto a noção moderna, calcada na universalidade de certos direitos e deveres.

Contudo se faz necessária a competência crítica em informação para a cidadania, como veremos mais adiante, para que aconteça a automobilização e posteriormente a mobilização para efetivas mudanças e conquistas cidadãs.

#### 4.4 Movimentos Sociais – em busca da cidadania

Movimentos sociais são uma força social e cívica, organizados em redes de associação, com ações sociais coletivas, de caráter sociopolítico e cultural, em torno de uma contestação política, ainda que momentânea e superficial para muitos destes atores, que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas. Gohn sintetiza suas características da seguinte forma:

Definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade (GOHN, 2011, p. 336).

“Barbalet sublinha como 'fundamental aceitar que, por muito intensa que seja a luta pelos direitos de cidadania, é o Estado que afinal os concede’” (MORETZSOHN, 2011, p. 150). O grande desafio da ágora digital é trazer para si discursos que realmente influenciem as escolhas políticas regionais e globais, como ressalta Moretzsohn, e não apenas colaborar com o debate das “questões centrais”, que na realidade já são apresentadas, porém sem consequências efetivas, pelos meios hegemônicos.

Nilsen<sup>13</sup> (2015, p. 5-7) propõe uma leitura dos movimentos sociais como constituídos e constitutivos da *práxis*, e assim situados no coração da construção e desconstrução das estruturas e processos que sustentam a ordem social e as mudanças sociais. Ele faz uma distinção entre os movimentos sociais a partir “de cima” e os movimentos sociais a partir de “baixo”.

Os primeiros estão ligados às agências coletiva dos grupos dominantes – “as formas de organização econômica, as constelações de governança política e burocrática, e as sabedorias recebidas da vida cotidiana através das quais o poder é exercido, não simplesmente dado” (NILSEN, 2015, p. 6). Esses movimentos sociais precisam ser construídos na coletividade, mas são

<sup>13</sup> Nilsen foi lido em seu original em inglês e as traduções das citações são de responsabilidade da autora deste texto.

uma forma da ação coletiva que busca manter ou alargar a posição hegemônica dos grupos dominantes.

Segundo Nilsen (2015), os movimentos sociais de cima são definidos pela tentativa dos grupos dominantes de moldar o mundo social, com um papel direto na organização da economia, atuando através das instituições do Estado e regendo o senso comum. Estes movimentos sociais mobilizam recursos econômicos, políticos e culturais em projetos que buscam manter ou ampliar a posição hegemônica dos grupos dominantes em dois eixos fundamentais.

Os movimentos sociais de cima mobilizam-se horizontalmente em alianças entre frações da elite, da classe dominante, com uma unidade construída em torno de projetos hegemônicos específicos, e verticalmente, para construir o que Gramsci denomina de “compromisso de equilíbrio” em relação aos grupos subalternos. Esses movimentos se caracterizam pela busca de consentimento de mãos dadas com a coerção, fazendo concessões que visam desmobilizar e diminuir a tensão opositória por um lado e reprimindo violentamente pelo aparato coercivo do Estado por outro.

O segundo grupo, os movimentos sociais a partir de baixo, crescem a partir da experiência de mundo vivida pelos grupos subalternos de maneira concreta. Seja nas relações de dominação hegemônica, problemáticas em relação às necessidades e capacidades destes grupos, seja em suas tentativas de agrupamento, organização e mobilização a fim de mudarem essa realidade. Em outras palavras, os movimentos sociais a partir de baixo são entidades dinâmicas que contêm um potencial para o desenvolvimento amplo de formas mais abrangentes de ativismo.

Gohn defende que os movimentos sociais são espaços de educação não formal e que a participação social neste movimentos e ações coletivas gera aprendizagens e saberes: “Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, [...], e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos” (GOHN, 2011, p. 333).

Gohn também ressalta que para analisar os movimentos sociais, deve-se buscar as redes de articulações que o movimento estabelece e levar em consideração a conjuntura política, sociocultural e econômica do país no momento em que as articulações acontecem. Pois os movimentos sociais não são processos isolados, mas sim, uma construção de caráter político-social.

As ações concretas de um movimento social podem adotar diversas estratégias, que vão da simples denúncia à pressão direta (passeatas, greves, marchas, mobilizações, negociações etc.), passando pela pressão indireta. Os movimentos sociais sempre atuaram em redes sociais, pois não há como organizar um movimento social sem que para isso se forme uma rede de relacionamento.

Na atualidade, os movimentos, além das redes sociais físicas, utilizam as redes sociais digitais e as TICs em geral, para se articularem e se projetarem, seja de maneira local, regional, nacional, internacional ou transnacional.

Gohn ressalta que “a criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade”. Ela faz menção ao pensamento de Touraine:

Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazer propositivos” (GOHN, 2011, p. 336).

É no pulsar deste coração que a sociedade diagnostica a realidade social e constrói propostas e iniciativas coletivas que resistem à exclusão e lutam pela inclusão social, criando identidades para grupos antes dispersos, desorganizados ou sem voz. Os excluídos passam a se sentir incluídos nestes grupos. Esses movimentos contribuem para organizar e conscientizar a sociedade, eles são a mola propulsora das mudanças sociais. São eles também que, hoje, “apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática”, como argumenta Gohn (2011, p. 336), lutando pela sustentabilidade, inclusão e reconhecimento da diversidade e multiculturalidade.

Há neles uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania. Finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais (GOHN, 2011, p. 336-337).

Esses novos modos de articulação, que ressignificam os ideais revolucionários iluministas, por vezes também extrapolam fronteiras, atraindo simpatia e adesão de cidadãos de outras realidades e regiões, organizando manifestações em ambientes diferentes do local que gerou a demanda (como no caso de índios que se deslocam para o Planalto, ou o MST fazendo passeatas nas cidades), articulando em rede suas demandas e denúncias, como no caso dos Zapatistas, ou conseguindo adesão de várias partes do globo, como no caso de Seattle 1999.

Na primeira década desse século, ampliaram-se os movimentos que ultrapassam as fronteiras da nação; são transnacionais, como o movimento alter ou antiglobalização, presente no Fórum Social Mundial, que atuam através de redes conectadas por meios tecnológicos da sociedade da informação. Novíssimos atores entraram em cena, tanto do ponto de vista de propostas que pautam para os temas e problemas sociais da contemporaneidade, como na forma como se organizam, utilizando-se dos meios de comunicação e informação modernos. Preocupam-se com a formação de seus militantes, pela experiência direta, e não tanto com a formação em escolas, com leituras e estudos de textos. [...] Existe uma densa e intensa rede de comunicações intramembros, militantes com militantes. São produzidos textos, boletins, artigos etc. No Brasil, uma significativa parte desses militantes – denominados ativistas – tem chegado aos cursos de pós-graduação e, mais recentemente, ocupam posições como professores e pesquisadores nas universidades, especialmente as novas, criadas nessa década na área de ciências humanas. Teses e dissertações vêm sendo produzidas por esses militantes/ativistas/pesquisadores.

Muitas delas são parte das histórias que eles próprios vivenciaram. (GOHN, 2011, p. 338).

Percebe-se nesse trecho de Gohn que está sendo construída uma íntima relação entre esta educação não formal e a educação formal dentro da academia, com militantes e pesquisadores dos movimentos sociais produzindo conteúdos a respeito das mobilizações sociais. O movimento contrário, que particularmente interessa a este estudo, seria a competência crítica em informação para a cidadania, ou seja, a produção de conteúdo para esta educação informal, mas que possibilitem a apropriação do conhecimento e do saber acadêmico pelos cidadãos em geral. Contudo, mais uma vez se faz necessário levar em consideração que, se Gohn estiver certa, a prática é considerada por estes grupos mais importante que a educação formal. É necessário então desenvolver o gosto por esse tipo de informação.

## 5 A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E O CULTO AO DEUS CAPITAL E SEU ESPETÁCULO DEBORDIANO

Guy Debord, em 1967, de uma maneira surpreendente, vai descrever o espetáculo e o aprisionamento da sociedade por ele. A relação entre capital, espetáculo e massa hoje se mistura de tal forma que quase não se reconhece mais os limites entre as partes. A informação, sob os todos os aspectos tratados nesse estudo – entidade, atividade e “notícia” –, está, mesmo que não completamente, subsumida ao espetáculo e este procura incessantemente submeter a mídia e a sociedade. A informação apartada do espetáculo possui mais dificuldade de propagação do que aquela abraçada por ele. O espetáculo, por sua vez, como descortinou Debord, guia os indivíduos à informação que é interessante à manutenção da hegemonia.

As mídias e redes se espalharam sobre a face da Terra, e com elas o espetáculo alcança os mais remotos rincões, ao mesmo tempo que permite ao capital movimentar-se sem parar ou dormir pelo globo, viajando seus bites em alta velocidade pelos cabos e fibras. Porém os próprios meios de comunicação abrem um espaço para questionamento e confronto com a hegemonia do espetáculo.

### 5.1 A sociedade do espetáculo como pano de fundo das novas relações sociais e informacionais

Guy Debord, na primeira publicação de *Sociedade do Espetáculo*, detecta o quanto a economia subsumiu a vida humana às suas próprias leis. Ele corrobora a ideia de Marx de que o capital funciona como se fosse uma entidade com vida própria, que orchestra a sociedade ao seu bel prazer. Os indivíduos reproduzem as relações sociais construídas sob o domínio do capital de maneira automática e sem perceber na maioria das vezes esta influência, julgando-se autônomos e não se dando conta da dominação mais ampla. O indivíduo só se percebe guiado ou oprimido pelo sistema em determinadas situações, nas quais são criados e negociados os conflitos. Nitidamente influenciado por Marx, Debord retoma a ideia do fetichismo da mercadoria, atualizando-o como “espetáculo”.

Cada mercadoria determinada luta para si própria, não pode reconhecer as outras, pretende impor-se em toda a parte como se fosse a única. O espetáculo é, então, o canto épico deste afrontamento, que a queda de nenhuma Ílion poderia concluir. O espetáculo não canta os homens e suas armas, mas as mercadorias e as suas paixões. É nesta luta cega que cada mercadoria, ao seguir sua paixão, realiza, de fato, na inconsciência algo de mais elevado: o devir-mundo da mercadoria, que é também o devir-mercadoria do mundo. Assim, por uma *astúcia da razão mercantil* o particular da mercadoria gasta-se ao combater, enquanto a forma-mercadoria tende para a sua realização absoluta. (DEBORD, 2003, p. 48)

Debord utiliza a teoria de Marx, que já havia atribuído à mercadoria características de entidade, algo que a estabelece como única, pretendendo se impor e gerar paixão. Com a espetacularização quase generalizada que o mundo vive na contemporaneidade, o capital assume

essas características de besta que nunca dorme, atravessando quase sem a intervenção humana a face da Terra, com seus *bites* nas hipervias cibernéticas, alimentando-se incessantemente nas bolsas de valores e especulação. Enquanto isso o homem dorme e acorda, trabalhando em prol do capital, conscientemente ou inconscientemente escravizado por suas chibatas.

O homem, hipnotizado pelo canto épico do espetáculo, age como os navegantes da *Iliada*, quando caem cegos, alienados e apaixonados pelas sereias. O fetiche da mercadoria alcança sua alma e se espalha sobre a humanidade, abraçando e enredando boa parte dela, criando o devirmundo da mercadoria e transformando quase tudo e todo mundo em mercadoria, em uma visualização da lógica da entidade capital e sua astúcia da razão mercantil, como Debord ironicamente alude a Hegel, para quem a “astúcia da razão” refere-se a fenômenos aparentemente irracionais, mas que mostram possuir racionalidade a uma segunda vista mais atenta.

Jappe (1999, p.19) assinala que Guy Debord aponta para a ideia de que o funcionamento dos meios de comunicação expressa perfeitamente a estrutura da sociedade, colaborando para a alienação, quando a contemplação passiva das imagens isola os indivíduos e substitui a vivência real dos fatos. Para além do ter, em vez de ser, o espetáculo evolui, em degradação, para o “parecer ter”.

Além da vontade de possuir, da ganância da acumulação, o espetáculo se transmuta em algo realmente fantástico, em um circo, uma fábula contada por seus próprios fantoches, que não precisam mais ser algo, mas apenas representar a imagem do que pretendiam ser, indivíduos que, pelo espetáculo, abriram mão até mesmo de possuir, e lhes basta o desfile em um carnaval perpétuo no qual eles fingem possuir o que desejam. Neste palco, os fios que sustentam os braços, pernas e cabeças dos homens marionetes são os desejos, o fetiche, e quem os comanda com suas grandes mãos é o capital. Assim prossegue o espetáculo, difundido áudiovisualmente pelos meios de comunicação.

O espetáculo envolve toda a sociedade e suas atividades, e “a imagem acaba por se tornar real, sendo causa de um comportamento real, e a realidade acaba por se tornar imagem” (JAPPE, 1999, p.21). É a mercadoria e o consumo levado a seus extremos, não apenas na questão da posse efetiva dos objetos, mas também na própria projeção da imagem, na promoção de uma figura social que finge parecer possuir o que não possui. O ator que se projeta como uma imagem que não é real mas é assumida e aceita como real.

O espetáculo não reflete toda sociedade, mas uma parte dela, que acaba por dominar e influenciar toda a sociedade. Assim, segundo Jappe, o espetáculo está a serviço de um poder dominante que pretende criar um monólogo sem chances de diálogo e, aliado a isso, promove uma individualidade que isola os indivíduos.



Percebe-se hoje que este monólogo está cada vez mais difícil. Ainda no tempo em que a informação de massa fluía de um para todos, sempre houve alguma reação e repercussão por parte desse “todo”. Os formadores de opinião, por exemplo, não eram à toa o alvo dessas difusões de informação, pois eram eles que filtravam de certa forma a informação, passando aos demais se esta era ou não aceitável. A diferença nos dias de hoje, é que com a velocidade da propagação da informação digital, no modo todos para todos, há uma interferência mais imediata e direta das respostas às informações propagadas.

O pouco interesse dos indivíduos em pesquisar informações além do que é noticiado nas mídias formais favorece o espetáculo, que ainda possui influência na maior parte do cotidiano, e assim, grande parte das pessoas ainda reage cega pelo fetiche, dançando ao prazer das cordas que a sustentam: participam do espetáculo, sem de fato interagirem com os atores ao seu redor a não ser pelo roteiro do espetáculo. Assim, fora do palco, guardados em suas caixas, eles se tornam isolados uns dos outros. A maioria acaba reproduzindo as informações hegemônicas e a espetacularização.

O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo vê-se completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho a que serve, o indivíduo vê-se, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados. A elevação do padrão de vida das classes inferiores, materialmente considerável e socialmente lastimável, reflete-se na difusão hipócrita do espírito. Sua verdadeira aspiração é a negação da reificação. Mas ele necessariamente se esvai quando se vê concretizado em um bem cultural e distribuído para fins de consumo. A enxurrada de informações precisas e diversões assépticas desperta e idiotiza as pessoas ao mesmo tempo. (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p.4)

Adorno e Horkheimer contrastam neste texto a possibilidade da realidade do esclarecimento com o esclarecimento “permitido” pela carga social que o cerca. E neste trecho especificamente, colocam a pressão do capital sobre o conhecimento e o cidadão, inclusive no que diz respeito ao consumo, que oculta a objetificação do homem de si mesmo. A citação também expõe a fragilidade do indivíduo ante este poder que “desperta e idiotiza as pessoas ao mesmo tempo”. Esta última frase é significativamente forte e conduz a uma crítica sobre a capacidade de romper estas barreiras sociais, construídas pelo capital, à informação e à busca por novos horizontes.

Debord (2003, p. 15), por sua vez, afirma que, o espetáculo é “o resultado e o projeto do modo de produção existente”, o “coração da irrealidade da sociedade real”, além do uso da informação pelo espetáculo: “Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o *modelo* presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu

corolário – o consumo.” (DEBORD, 2003, p.15)

Em uma sociedade regida pelos modos de produção capitalista e de consumo, na qual o desejo artificialmente criado de fora é a mola propulsora, os meios de comunicação são a arma mor do espetáculo. E os meios difundem esse modo de vida espetacularizado atendendo ao modelo dominante, tornando-o modelo onipresente (voltamos aqui à “entidade com vida própria” e que paira sobre a face da Terra), e pulsando como o próprio coração deste “deus” irreal na realidade.

Ramonet (2003), tratando da informação, destaca que cada dia existem menos fronteiras entre os mundos da informação, da cultura de massa e o da comunicação institucional (publicidade e propaganda no sentido político da palavra). Na atualidade, com as TICs, a informação como coisa, a imagem, o texto e o som se fundem e da mesma maneira as máquinas de comunicar. Neste mundo os poderes se amalgamam – o poder econômico e financeiro se unem ao poder midiático, assim a mídia se torna, nas palavras de Ramonet (2003), “aparato ideológico da globalização”, um sistema que prepara nosso cérebro para aceitar a globalização e apresenta e reforça um modelo de vida.

Essa informação é essencialmente como uma mercadoria. “Não é um discurso que tenha vocação ética de educar o cidadão ou informar, no bom sentido da palavra, o cidadão, pois tem essencialmente antes de mais nada uma perspectiva comercial. Compra-se e vende-se informação com o objetivo de obter lucros” (RAMONET, 2003, p.247). Um discurso infantilizante, pleno de retórica, simplicidade de construção e elementos de espetacularização.

O discurso comercial é puramente ideológico na medida em que trata de vender um modelo de vida. E na medida que a sociedade do espetáculo transforma o cidadão ao mesmo tempo em consumidor e mercadoria, quase todo o discurso voltado a ele é comercial, inclusive o discurso sobre cidadania. Como escreveu Ramonet, “O intolerável é que nossa liberdade de cidadãos se veja constantemente limitada por esta agressão publicitária que sofremos quando estamos em contato com qualquer meio de comunicação ou simplesmente quando circulamos pela cidade, onde resta cada vez menos espaço público”. (RAMONET, 2003, p.252)

Enquanto isso, tanto o trabalho quanto o tempo livre são apropriados pelo espetáculo de modo a perpetuar e justificar o modo de produção vigente.

O espetáculo não é nada mais que esse reinado autocrático da economia mercantil (Com., 14). A economia autonomizada é em si uma alienação; a produção econômica está baseada na alienação; a alienação tornou-se seu principal produto; e o domínio da economia sobre a sociedade inteira acarreta a difusão máxima da alienação que, justamente, constitui o espetáculo. “A economia transforma o mundo, mas o transforma apenas em mundo da economia”. (JAPPE, 1999, p.25).

É a difusão máxima da alienação, ou seja, a entrega do domínio da própria vida à entidade dominante, no caso o capital, que passa a gerir o indivíduo como mercadoria e o objetifica. A

economia tornada independente que submete a si a vida humana.

Guy Debord ainda afirma que “Nela não pode haver liberdade fora da atividade. No quadro do espetáculo, toda a atividade é negada” (DEBORD, 2003, p.28). Mesmo a atividade, no sentido colocado por Marx de trabalho produtivo/criativo, supostamente libertada da automatização do espetáculo, é por ele indiretamente apreendida, como as produções intelectuais, que assim que “caem na rede” passam a ser propriedade do espetáculo, e por vezes antes mesmo disso, por conta da manipulação das produções intelectuais, quando, por exemplo, o capital fomenta certas pesquisas e não outras de acordo com seus interesses.

Mesmo aqueles grupos alheios ao espetáculo, supondo aqui uma aldeia indígena totalmente isolada, ao menor contato com o espetáculo, mesmo que seja uma imagem feita por satélite, torna-se imediatamente espetáculo, ao ser propagada pelas mídias e redes como uma “descoberta”. Mesmo aqueles que são excluídos digitais tornam-se parte do espetáculo ao figurar no show para os outros expectadores fascinados, porém não atentos, como a morte da criança na África, consumida pela fome e/ou guerra, que causa comoção mundial e acaba por gerar ganhos capitais sobre a desgraça e a miséria, e pouco gera de verdadeira ação contra a fome/guerra.

Para Debord, a banalização continua a dominar o mundo, mas como uma “ditadura totalitária do fragmento”. Algo que controla a sociedade fragmentando-a e mantendo distantes e isolados os indivíduos, que assim não questionam suas ideias hegemônicas. Para Jappe, Debord estabelece a distinção entre alienação e objetivação. Jappe (1999) afirma em seu texto que “Debord não designa, de modo algum, a objetivação como algo necessariamente ruim; não recusa, e até mesmo reivindica como um fato propriamente humano, a perda do sujeito nas objetivações cambiantes provocadas pelo tempo e das quais o sujeito sai enriquecido” e alega que esta é o posto da alienação em que o sujeito está diante das “abstrações hipostasiadas como algo absolutamente outro”(JAPPE, 1999, p. 45).

O tempo é a alienação *necessária*, como mostrava Hegel, o meio pelo qual o sujeito se realiza perdendo-se, tornando-se outro para se tornar a verdade de si mesmo. Mas o seu contrário é justamente a alienação dominante, que é suportada pelo produtor de um *presente estranho*. Nessa *alienação espacial*, a sociedade que separa na raiz o sujeito e a atividade que ela lhe furta, separa-o antes de tudo de seu próprio tempo. A alienação social superável é justamente aquela que interditou e petrificou as possibilidades e os riscos de alienação *viva no tempo*”. (DEBORD, 2003, p. 128)

O que Jappe aponta é que Debord, assim como Marx e outros, não designava a objetivação, como a transformação da natureza e do próprio homem pelo trabalho, como algo negativo. Essa objetivação, que transforma a natureza, o homem e a história através do tempo, mas que o enriquece, é uma característica humana. A objetivação que, sedimentada como instância particular desta natureza, o transforma em outro, mas verdade de si mesmo e faz parte da “alienação

necessária”.

Contudo o problema está no que Debord nomeia de alienação dominante, que molda o homem como lhe apraz, ou seja, as “relações sociais se convertem em poderes que entram na vida das sociedades como forças que se situam acima dos indivíduos e que os obrigam a viver de uma determinada maneira” (LESSA; TONET, 2011, p. 90). Um poder alienado que subjuga o homem e o domina. Essa “fixação da atividade social, essa consolidação do nosso próprio poder como força objetiva acima de nós, que escapa ao nosso controle, contraria as nossas expectativas e aniquila os nossos cálculos” (MARX; ENGELS *apud* LESSA; TONET, 2011, p. 90).

Debord, ainda nesta passagem, atenta para a alienação que separa o homem da atividade e de seu tempo, e ainda petrifica e impossibilita a alienação viva no tempo, com um poder que o dirige de cima, conduzindo até mesmo suas vontades e esforços. Debord descreve o homem da sociedade do espetáculo como alguém que está dominado e alienado pelo fetiche, que não passa de reflexo do que esta sociedade impõe como “realidade” ficcional. Um homem tão envolvido e enredado pelo espetáculo que aliena sua existência ao poder do deus capital como se a subordinação a esse deus fosse natural e imutável.

Leonardo Boff (2005) apura a questão do trabalho, com um prisma mais humanitário, conduzindo uma reflexão sobre o cuidado como essencial a este novo *ethos*. “Cuidado é pathos, introspecção, emoção, um sentimento que permanece indelével”.

Boff traz nesse artigo a ideia levantada por ele no estudo mais aprofundado contido em seu livro “Saber Cuidar: ética do humano-compaixão pela Terra” de 1999. Do que ele define como “uma nova definição do ser humano e de sua missão no conjunto dos seres.”

Boff define dois modos de ser-no-mundo: trabalho e cuidado. “Ser-no-mundo é algo mais abrangente. Significa uma forma de estar presente, de navegar pela realidade e de relacionar-se com todas as coisas do mundo. Nessa navegação e nesse jogo de relações, o ser humano vai construindo o próprio ser, a autoconsciência e a própria identidade.”

Quanto ao modo-de-ser do trabalho, com um olhar claramente Marxista, Boff esclarece que o homem se fez dominador e antropocêntrico, hominizando toda a Terra e que

à medida que foi avançando neste afã objetivista e coisificador, o ser humano criou os aparatos que lhe dispensam o desgaste das energias e aumentam as potencialidades de seus sentidos. Hoje mais e mais o trabalho é feito por máquinas, computadores, autômatos e robôs que substituem, em grande parte, a força de trabalho humano. Surge o que se convencionou chamar de cibionte: o superorganismo híbrido, feito de seres humanos, máquinas e redes de informação, portanto, a articulação do biológico, do mecânico e do eletrônico que formam nossas sociedades atuais com seres humanos simbióticos (relacionados com essas realidades). (BOFF, 2005, p. 31)

Quanto ao modo-se-ser do cuidado, Boff ressalta que: “O cuidado não se opõe ao trabalho,

mas lhe confere uma modalidade diferente. Pelo cuidado não vemos a natureza e tudo que nela existe como objetos. A relação não é sujeito-objeto, mas sujeito-sujeito” (BOFF, 2005, p. 31), em uma visão mais harmônica com a natureza na qual o humano escuta e interpreta os sinais da natureza e coexiste em comunhão e interação com o todo, em uma relação que “é de cuidado”.

Para Boff na relação de cuidado é “a razão cordial, o *esprit de finesse* (o espírito de delicadeza), o sentimento profundo, que agem, mais que o *logos* (razão), é o *pathos* (sentimento), que ocupa aqui a centralidade” (BOFF, 2005, p. 31). O sentimento adquire um status junto à razão, otimizando as racionalidades e os valores.

O valor aqui não é o utilitarista, “mas o valor das coisas em si mesmas, oculto e revelado em sua natureza que irradia e se conecta com tudo e com todos. A partir do valor inerente às coisas, emerge a dimensão de alteridade, reciprocidade e complementariedade” (BOFF, 2005, p. 31). Boff se afasta do valor capital ou do valor simbólico da marca e aproxima-se de um valor que leva em conta o todo e a harmonia do homem com a Terra.

Boff afirma que vivemos uma ditadura do modo-de-ser do trabalho. “O grande desafio para o ser humano é combinar trabalho com cuidado. Eles não se opõem. Mas se compõem” (BOFF, 2005, p. 32). Trabalho e cuidado limitam-se e completam-se mutuamente, constituindo a integralidade da experiência humana, ligada à objetividade por um lado e à subjetividade por outro. Segundo Boff o equívoco está em opor uma dimensão à outra, e não “vê-las como modos-de-ser do único e mesmo ser humano” (BOFF, 2005, p. 32).

Novamente Boff recorre a Marx, afirmando que os últimos séculos, principalmente, a partir da industrialização do século XVIII, “caracterizam-se pela ditadura do modo-de-ser trabalho como intervenção e produção”. O trabalho teria perdido sua relação com a natureza (modelação), relacionando-se ao capital (confronto capital-trabalho, analisado por Marx e Engels). “O trabalho agora é trabalho assalariado, e não atividade de plasmação da natureza”. Segundo ele as pessoas passaram a viver escravizadas pelas “estruturas do trabalho produtivo, racionalizado, objetivado e despersonalizado, e submetidas à lógica da máquina” (BOFF, 2005, p.32).

Esse modo-de-ser mata a ternura, liquida o cuidado e distorce a essência humana. Por isso, a dominação do modo-de-ser trabalho masculinizou todas as relações, abriu espaço para o antropocentrismo (dominação do ser humano, homem e mulher), o androcentrismo (dominação do homem), o patriarcalismo e o machismo. Estamos às voltas como expressões patológicas do masculino desconectado do feminino, o animus sobreposto à alma. O cuidado foi difamado como feminilização das práticas humanas, como empecilho à objetividade da compreensão e como obstáculo à eficácia (BOFF, 2005, p. 32).

Boff coloca a valorização da subjetividade, relevante para compreender as dominações que também ocorrem em relação às informações, que ficam dominadas pelo capital, afastadas do prazer e atreladas ao modo-de-ser trabalho. Com isso a ética que atravessa os meios de informação, e a

própria informação, ficam subjugadas a um instrumentalismo e ao poder hegemônico do capital.

Boff atenta para as relações produtivistas que envolveram o homem e os meios produtivos e criativos, por consequência a informação. A sujeição de classes, que afeta, como já vimos em outros autores, a relação com o acesso e a disponibilidade da informação e por consequência afeta o conhecimento e a construção da cidadania. Essa dominação segundo Boff coloca o homem e a própria Terra em perigo.

A ditadura do modo-de-ser trabalho está atualmente conduzindo a humanidade a um impasse crucial: ou pomos limites à voracidade produtivista, associando trabalho e cuidado, ou vamos ao encontro do pior. Pela exasperação do trabalho produtivo se exauriram recursos não renováveis e se quebraram os equilíbrios físico-químicos da Terra. A sociabilidade entre os humanos se rompeu pela dominação de povos sobre outros e pela luta renhida das classes. No ser humano não se vê outra coisa que sua força de trabalho a ser vendida e explorada ou sua capacidade de produção e de consumo. Mais e mais pessoas, na verdade dois terços da humanidade, são condenadas a uma vida insustentável. Perdeu-se a visão do ser humano como ser-de-relações ilimitadas, ser de criatividade, de ternura, de cuidado, de espiritualidade, portador de um projeto sagrado e infinito. O ser-no-mundo exclusivamente como trabalho pode destruir o mundo.(BOFF, 2005, p. 32)

Essa relação cabe aqui para atentarmos para as questões éticas e dos poderes que envolvem as questões da informação e as relações do ser humano com as informações, bem como as relações em redes, sejam digitais ou não. Principalmente em tempos em que estas relações são mediadas pelas máquinas e correm nas redes digitais, que se apropriam também do trabalho e do gosto, como veremos mais adiante.

Boff defende que construamos o mundo a partir de laços afetivos e que o dado originário não é o *logos* (a razão, as estruturas de significação), mas o *pathos* (o sentimento, a capacidade de simpatia, de empatia, dedicação, cuidado e de união com o diferente).

Nossa civilização precisa é superar a ditadura do modo-de-ser-trabalho. Ela nos mantém refêns do mundo das máquinas produtivas, escravos de uma lógica que hoje se mostra agressiva e destrutiva, da Terra e de seus recursos, das relações entre os povos, das interações entre capital e trabalho, da espiritualidade e de nosso sentido de pertença a um destino comum. Libertados dos trabalhos estafantes e desumanizadores, agora feitos pelas máquinas automáticas, recuperaríamos o trabalho em seu sentido antropológico originário, como plasmação da natureza e como atividade criativa, trabalho capaz de realizar o ser humano e de construir sentidos cada vez mais integradores com a dinâmica da natureza e do universo. (BOFF, 2005, p. 34).

Esse olhar mais ligado ao sentimento, ao *pathos*, indica um percurso no qual o trabalho e a busca por informação e conhecimento podem resgatar-se como atividades prazerosas, intimamente ligadas ao indivíduo e não mais uma obrigação massacrante de um feitor capital. Uma trilha que possa despertar o interesse e conduzir o indivíduo à ações que levem a uma cidadania ampliada.

## 5.2 Espetáculos digitais

Em tempos de hipervelocidade da informação, de encurtamento maior ainda do tempo e do espaço do que na época em que viveu Debord, em tempos em que a internet capturou os espaços e o tempo, essa alienação e a espetacularização da vida, embora não absoluta, é mais presente do que nunca, em função do domínio do desejo e da reprodutibilidade da imagem no espaço digital. Não tratando aqui da reprodutibilidade técnica, mas da captura da vida em reprodutibilidade, da superexposição da própria vida nas redes, da reprodução de ideias, da replicação de memes, notícias, frases e fotos – a vida distanciada de sua aura.

A vida passa em alta velocidade pela tela do computador, *note*, *tablet* e *smart phones*, onde a informação, as ideias, ideologias, mensagens, notícias e imagens desfilam rapidamente, muitas vezes sem serem questionadas e por outras criando diálogos, discussões e contestações.

Segundo Kellner, os novos espaços virtuais e sites multiplicaram os espetáculos. “A economia baseada na internet permite que o espetáculo seja um meio de divulgação, reprodução, circulação e venda de mercadorias” (KELLNER, 2004, p.5). Assim a popularização e massificação do espetáculo tornaram-se mais intensas e tecnologicamente mais sofisticadas para atender às expectativas de consumo do público, gerando no ciberespaço espetáculos de tecnocultura: “A sociedade capitalista separa os trabalhadores dos produtos de seu trabalho, a arte da vida, o consumo das necessidades humanas e das atividades autodirigidas, como se os indivíduos observassem, inertes, os espetáculos da vida social de dentro de suas próprias casas.” (Kellner, 2004, p.6)

Os indivíduos alienados, isolados em sua rotina e em suas casas, assistem ao espetáculo e participam dele, mesmo sentados em suas poltronas, como já faziam na época de Guy Debord, ou na frente das telas do computador, mais interativamente na contemporaneidade. Assim, participam do espetáculo e são teleguiados por ele. Contudo, guiam e alimentam também o espetáculo, em um círculo infindo de retroalimentação, no qual o homem não se distingue mais do espetáculo, onde o real e o digital se misturam e se tornam uma coisa só.

Nessa sociedade, majoritariamente guiada e dirigida pelo espetáculo, a internet torna-se um palco onde desfilam as vidas fictícias de cidadãos deslumbrados e ávidos por exibição – o átrio da superexposição. Mas esse terreno também é propício para o desfile, a circulação e popularização da informação. Seja através de pesquisas, publicações, divulgação, documentação ou qualquer outro uso possível (e no mundo digital a ideia de possível torna-se bem vasta), é através da tela do computador que o indivíduo se aproxima da informação digitalizada.

A informação apresenta-se-nos em estruturas, forma, modelos, figuras e configurações; em

ideias, ideais e ídolos; em índices, imagens e ícones; no comércio e na mercadoria; em continuidade e descontinuidade; em sinais, signos, significantes e símbolos; em gestos, posições e conteúdos; em frequências, entonações, ritmos e inflexões; em presenças e ausências; em palavras, em ações e em silêncios; em visões e em silogismos. É a organização da própria variedade. (WILDEN, 2001, p. 11)

Nesta citação de Wilden podemos perceber inúmeras características da informação, acirradas na sociedade do espetáculo, a favor e contra ela. Essa informação que circula, interfere e molda o mundo à sua volta, seja direta ou indiretamente, como informação clara ou ruído, alimentando e sustentando o espetáculo ou abrindo brechas em sua hegemonia. Se por um lado o espetáculo se apropria da informação, por outro é ela também potência anti espetáculo, que o questiona e desestabiliza. Pois embora grande parte da informação seja hegemônica, há também espaço para a circulação de informação contra hegemônica.

A informação sempre está dada em um contexto. E em um contexto, “variedade é a definição mais abstrata e universal da 'informação' em todas as suas formas” (WILDEN, 2001, p.14). O autor afirma que a informação não se distingue do ruído, mas para um determinado sistema “a informação representará uma variedade codificada ou estruturada, e o ruído uma variedade não codificada” (WILDEN, 2001, p.15).

Dantas (2013) recupera as definições de informação de Vieira Pinto, muito próximas das de Wilden (2003), de informação como uma “forma do movimento da matéria”, e sublinha: “só no nível humano, a matéria está organizada para incorporar a informação a um ‘projeto de ação’” (DANTAS, 2013, p.7 – 9). Aqui novamente a informação é atrelada à sociedade, às ações dessa sociedade, à sua construção, aquisições e ao trabalho.

Voltando ao ciberespaço como local da atividade informacional na contemporaneidade, as ciberredes sociais, locais de intensa troca de informações e arena de ideologias dos mais diversos tipos, constantemente são espaços de trânsito das informações. Das grandes corporações midiáticas às pequenas empresas, nas ciberredes sociais o intuito é criar postagens para serem replicadas por outros usuários, valorizando sua marca. Mesmo os usuários mais comuns seguem essa máxima, se apropriando e gerando informação, criando e disseminando sua identidade, “sua marca”. De certa maneira, isso contribui para a propagação e transversalidade da informação, mesmo que seja na mais massificante das formas.

As autoridades, nas redes sociais, podem pertencer às mais diversas classes ou perfis de atividades. Neste espaço as informações como dados, notícias, fatos, modas, comerciais, didáticas, enfim todos os tipos de informações tratados neste texto, podem advir do meio acadêmico ou do senso comum. Neste espaço, dividem atenção pessoas famosas, formadores de opinião, políticos, cadeias midiáticas, marcas, especialistas, acadêmicos, usuários comuns, grandes corporações,



pequenas empresas e todos os atores do espetáculo. Este tipo de informação pode ser fidedigna, opinativa, científica ou totalmente distorcida.

Historicamente o modo de percepção sensorial da humanidade é alterado constantemente. O contexto histórico, as experiências sociais e a evolução tecnológica afetam a percepção e a sensibilidade sensorial do homem. “Aproximar' as coisas espacial e humanamente é atualmente um desejo das massas tão apaixonado como a sua tendência para a superação do caráter único de qualquer realidade, através do registro da sua reprodução” (BENJAMIN, 1955, p. 5). Prova disso é a apropriação da fotografia como registro cotidiano e à mão, e sua popularidade na internet e nas redes sociais transformando-se em diários visuais, exposição e espetacularização conscientes.

Novamente os atores das ciberredes sociais desfilam suas fotos nas mais variadas *timelines*, e quanto mais longe forem, mais populares se sentem, mais espetaculares são. Sejam *selfies*, fotos de família, lugares, *pets*, atividades, realizações e até pratos de comidas, as fotos espetacularizam a vida e colocam em um palco quase infinito os atores que assim se mostram vencedores, felizes, realizados. Essa hiperexposição, o desfile da vida-mercadoria, da marca, do parecer ter, acaba gerando lucro para as corporações, sem que o indivíduo perceba, além da publicidade gratuita e espontânea, que muitas vezes é feita e fomentada nos meios de comunicação digitais e nas redes sociais. A imagem tornando-se real, promovendo o comportamento real, e transformando realidade em imagem, como colocou Jappe (1999).

Igualmente na sociedade do espetáculo, a vida é ditada pela imposição do consumo, onde cada objeto de desejo é a representação da possibilidade de ascender socialmente. Engolida pelo espetáculo, a informação, mesmo a científica, está sujeita ao seu poder, e passa a ser tratada como mercadoria. A publicidade, no sentido mais amplo da palavra, toma conta da informação e sem ela é muito mais difícil na atualidade propagar uma mensagem. Muitas vezes é necessário apelar para a publicidade no espaço digital, a fim de alcançar objetivos.

Com tudo isso, a internet guarda em si a potência informacional, é nesta ágora digital que circulam as fofocas, as piadas, as denúncias, os pleitos, a propaganda, o comércio, a literatura, enfim, é nela que passeia o cotidiano contemporâneo. Na ágora por onde andam os acontecimentos também desfilam os atores e circula o capital. É nesta ágora que o espetáculo prolifera. Um paradoxo de nossos tempos e das redes sociais; algo entre o livre e o hegemônico; algo ainda potencialmente livre, mas também sujeito à publicidade, ao controle estatal e ao capital, uma ágora também sujeita ao espetáculo.

A propagação da informação ao longo dos séculos, ficou cada vez mais eficiente e veloz, atingindo na contemporaneidade praticamente uma instantaneidade, encurtando as distâncias e o tempo de circulação da informação e gerando o fetiche da velocidade zero. Diante desta realidade

tecnológica e do domínio capitalista na maior parte do mundo, aliados às tentativas de globalização e à propagação cultural e de informação no mundo (através por exemplo da música, dos filmes e do jornalismo), de fato se expande a passos largos o que Debord nomeou de sociedade do espetáculo. E como Debord escreve, o espetáculo “é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente”, é “a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário – o consumo” que decorre dessa escolha (DEBORD, 2003, p. 15), acirrados agora, na onda da exposição e do exibicionismo.

Na contemporaneidade a maior parte do mundo está convivendo com o espetáculo. Ainda que alguns grupos sejam avessos a esse domínio, não escapam de ser alvos dele. Alguns países ainda lutam contra o capitalismo e outros pretendem ser contra a cultura e economia ocidental. Contudo, vemos grupos antiglobalização, como os xiitas, utilizando as mídias para propagar as suas ideias, promovendo imagens anti-imperialistas através da net, inclusive promovendo suas causas de maneira “publicitária” e sendo desafiados através desta mesma net.

É importante abrir um parêntese aqui para ressaltar que nem todo discurso contra hegemônico é um ganho para a sociedade. O discurso contra hegemônico pode ser retrógrado como no caso do fundamentalismo religioso, não só jihadista, mas de todo tipo em todo mundo. Discursos que vão de encontro a leis mais igualitárias ou que defendem uma minoria, como no caso do casamento gay, ou nos casos mais extremos que incitam violência e terror contra grupos considerados seus inimigos, como no caso do jihad fundamentalista. Deixando claro que a palavra jihad é um termo árabe que significa “luta”, “esforço” ou empenho e é muitas vezes é considerado um dos pilares da fé islâmica, que são deveres religiosos destinados a desenvolver o espírito da submissão a Deus.

Entretanto, estes casos possibilitam pistas de como as ferramentas do espetáculo podem se apropriar e serem apropriadas, seguindo sua lógica quando a seu favor e quando contra o capitalismo, pai do espetáculo. Essas mesmas características abrem espaço a uma prática positiva que nada contra a corrente deste espetáculo, que não se submete a ele e que o desafia. Esta ágora é também um território com potencial democrático, onde há contestação imediata, que é propício aos confrontos e terreno fértil às informações contra-hegemônicas ou simplesmente àquelas que não interessam ao espetáculo.

O mesmo espaço que alimenta o espetáculo – que paira devorando o que não lhe é caro, ou seja, tudo aquilo que não alimenta o seu “modo de vida”, que não colabora com sua acumulação, com o consumo que nas ciberredes sociais cria o paraíso do parecer ter, da superexposição, do fetiche e do desejo – ao mesmo tempo que estimula o individualismo e isola os indivíduos (escondendo-os atrás de máscaras e da falta de interesse no real conhecer) é também a ágora que

abre espaço ao oposto de tudo isso, à aproximação entre as pessoas, à discussão, à democratização, ao apelo da cidadania e de sua ação, às contestações, aos confrontos; enfim, a tudo que não é caro ao espetáculo e que o confronta e desestabiliza.

É nesta ágora digital, espaço aparentemente dominado pelo espetáculo, que parte da vida cotidiana se reproduz, mas ela é também o espaço de circulação da informação relevante e contra-hegemônica. A apropriação deste espaço de aproximação pelo indivíduo, como canal para a informação científica, cidadã, educativa, política, popular, cultural etc., pode propiciar o despertar deste sono alienante e liberá-lo da subsunção total ao espetáculo.



## 6 REDES SOCIAIS E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

O termo competência em informação vem do inglês, *information literacy*, que traduzido ao pé da letra, significaria alfabetização (ou instrução) informacional, ou ainda segundo diretrizes da IFLA (LAU, 2008, p. 6) “A definição básica deste termo inglês é 'a condição de letrado, culto', segundo o *Chambers English Dictionary* (2003)”, algo mais próximo de educação para informação. Contudo há controvérsias sobre o termo alfabetização, uma vez que haveria uma diferença entre alfabetizado e letrado.

Segundo Gasque (2010, p. 85) “alfabetização corresponderia ao processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita”.

Logo no primeiro parágrafo de seu artigo, Gasque define letramento informacional como “um processo que integra as ações de localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas” (GASQUE, 2010, p. 83). Mais adiante Gasque cita a definição da *Association of College and Research Library* (2000), na qual *Information Literacy* “refere-se a um conjunto de habilidades individuais que possibilitam ao sujeito reconhecer a informação necessária, bem como localizar, avaliar e utilizar eficazmente essa informação” (GASQUE, 2010, p. 84) Esse enfoque na competência como um processo, um aprendizado ao longo da vida, é o que busca esse trabalho.

Vários termos são usados na tradução da expressão original “*Information Literacy*”. As mais comuns são: competência informacional, habilidade informacional, alfabetização informacional, literacia informacional e letramento informacional. Porém, segundo Gasque (2010), não devem ser visto como sinônimos, “na medida em que representam ações, eventos e ideias distintos” (GASQUE, 2010, p. 84), tendo os dois primeiros mais afinidades entre si e os três últimos sendo mais próximos em sua intenção.

Na Ciência da Informação os termos mais utilizados são letramento e competência, sendo o segundo preferido. Não há consenso sobre o melhor termo; entretanto, este estudo não pretende definir o melhor termo, apenas utilizar o termo escolhido pelo campo da C.I., sendo “o termo proposto na primeira mesa-redonda sobre Competência em Informação (no XIII SNBU, Natal/RN, 2004), reconhecido e utilizado, desde então, por muitos pesquisadores da área” (HATSCHBACH; OLINTO, 2008, p. 24).

Segundo Gasque o letramento “envolve o conceito de alfabetização, transcendendo a decodificação para situações em que há o uso efetivo da língua nas práticas de interação em um contexto específico. Por exemplo, o indivíduo lê um romance, executa uma receita, compreende a

bula do medicamento” (GASQUE, 2010, p. 85).

Gasque refere-se à alfabetização e ao letramento como algo que acontece em um longo continuum, assim, “há referências a tipos e níveis de letramento, considerando, em qualquer situação, a experiência do indivíduo” (GASQUE, 2010, p. 85).

É importante para a compreensão do objetivo deste estudo aprofundar um pouco mais a distinção entre inclusão digital, letramento digital, competência em informação e competência crítica em informação e sua ligação íntima com a educação. Sobre letramento digital Aldo Barreto (2007) coloca que, se há apropriações diferenciadas para famílias de texto, também exigem uma competência extra para lidar com seus instrumentos de suporte.

A esta aptidão chamamos de letramento digital, ou fluência digital [10]. A assimilação da informação digital exige, do receptor, uma decodificação dupla ou em dois estágios; em um primeiro estágio há que se acessar e decodificar o conteúdo em meio digital e em uma segunda etapa, válida para qualquer informação, a apropriação cognitiva do conteúdo. Ser digitalmente fluente envolve não apenas saber como usar as ferramentas tecnológicas, mas também saber como construir coisas significativas com estas ferramentas, pois seguir as pegadas em um documento digital é como percorrer um labirinto [11] de opções pessoais onde o trajeto para o conhecimento é consentido a cada passo do andar. O caminhante não faz o caminho o caminhar é permitido pelo conhecer. (BARRETO, 2007, p. 8)

As questões da competência atravessam, além da disponibilidade, uso das ferramentas e a própria vontade do indivíduo, questões educacionais ao percorrer o caminho do conhecimento. Como coloca Gasque (2012, p. 52): “Por isso, ao se pensar em implantação do letramento informacional deve se considerar inicialmente a concepção de ensino-aprendizagem subjacente ao processo do letramento”. Cabe então a definição de Farias e Belluzo para diferenciar a aprendizagem mecânica e a aprendizagem por competência,

A aprendizagem por competência diverge da aprendizagem mecânica porque implica mobilizar o maior grau de relevância e funcionalidade possível, articulando tanto a própria competência quanto os componentes procedimentais, atitudinais e conceituais. Nessa perspectiva, a aprendizagem proposta por esta abordagem é caracterizada por ser um procedimento construtivo, ativo, contextual, social e reflexivo, articulando-se perfeitamente à abordagem da aprendizagem significativa. Estas produzem sentido, com base no que é conhecido. (FARIAS; BELLUZO, 2015, p. 41).

Nesta abordagem o protagonista é o que constrói conhecimento, não aquele que o disponibiliza. E como coloca Farias, “O conceito de competência indica que as aprendizagens devem se realizar sempre de modo ativo e significativo, atribuindo sentido ao que se aprende. A aprendizagem de uma competência implica sempre uma aprendizagem para agir” (FARIAS; BELLUZO, 2015, p. 47). Como coloca Gasque (2010), “o letramento informacional tem como finalidade a adaptação e a socialização dos indivíduos na sociedade da aprendizagem”.

A competência – capacidade de construir uma argumentação, redigir um convite formal, interpretar um gráfico, encontrar um livro em um catálogo etc., “é a competência em compreender,

assimilar, reelaborar e chegar a um conhecimento que permita uma ação consciente” (SILVA et al. 2005, p. 33) – se constrói na prática social e não na aprendizagem do código em si.

As Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente da IFLA de Jesús Lau, definem competência em informação da seguinte maneira:

Um cidadão competente, seja um estudante, um profissional ou um trabalhador, é capaz de reconhecer suas necessidades de informação, sabe como localizar a informação necessária, identificar o acesso, recuperá-la, avaliá-la, organizá-la e utilizá-la. Para ser uma pessoa competente em informação, deve saber como se beneficiar do mundo de conhecimentos e incorporar a experiência de outros em seu próprio acervo de conhecimentos. (LAU, 2008, p. 8)

A competência em informação é um conjunto de destrezas que pode ser aprendido. Isso inclui atitude certa para a aprendizagem em si mesmo; uso de ferramentas como os tutoriais em linha; o uso de técnicas, como o trabalho com grupos; e o uso de métodos, como confiar nos orientadores, treinadores e mediadores. (LAU, 2008, p. 13)

O termo “competência” implica um grupo de habilidades para identificar uma necessidade de informação, assim como também de recuperar, avaliar, usar e reconstruir o conhecimento contido nas fontes de informação recuperadas. Sinônimos: atitudes informacionais, capacidades informacionais, habilidades informacionais. (LAU, 2008, p. 49)

Assim, nesse estudo, a competência será tratada como o ensinamento para o uso crítico e criativo das TICs, como a porta ou caminho para o acesso à informação, e à informação em si.

Competência em informação é uma habilidade de sobrevivência na Era da Informação. Em vez de se afogar na abundância de informação que inunda suas vidas, pessoas competentes em informação, sabem como encontrar, avaliar e utilizar as informações de forma eficaz para resolver um determinado problema ou tomar uma decisão – não importa se a informação selecionada venha de um computador, um livro, uma agência governamental, um filme ou qualquer outra fonte possível. (ALA, 1989 *apud* BEZERRA, 2015, p.6, tradução do autor)

Esse trecho esclarece de maneira bem condensada o significado e a importância da competência em informação. Principalmente em tempos em que há uma enxurrada de informações disponíveis, raramente acessadas e quando o acesso acaba na grande maioria das vezes sendo mediada pelos meios de comunicação, produção e aparatos do poder hegemônicos.

Vitorino e Piantola corroboram essa ideia acrescentando uma distinção importante a respeito da competência informacional como aquela capaz de ir além do uso e do acesso à informação, mas que possui reflexão crítica sobre a informação. Para estas autoras,

o indivíduo competente informacional reuniria, assim, tanto as competências inicialmente previstas pelos bibliotecários quanto uma perspectiva crítica em relação à informação e ao conhecimento e ao seu próprio tempo, na medida em que permitiria uma percepção mais abrangente de como nossas vidas são moldadas pela informação que recebemos cotidianamente (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 135 – 136).

O papel social da competência informacional, neste sentido, é ampliado. Para além da

habilidade para acessar a informação, este indivíduo construiria sua competência a fim de “empregar adequadamente a informação”, passando a “funcionar como uma ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de efetivamente determinar o curso de suas vidas” (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 136). Fica assim obviamente atrelada a competência informacional crítica à capacidade de construção de uma cidadania ampliada e de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Em relação à Competência em Informação, Farias e Belluzo sublinham que:

acredita-se ser necessário compreender e utilizar essas abordagens pedagógicas voltadas à formação do saber, considerando-se ser essa uma atividade cognitiva que dependerá do estímulo à curiosidade intelectual, ressaltando-se que qualquer saber, entretanto, parte de saberes anteriores, estruturados ou não, sendo o saber anterior o que mais influencia no ensino-aprendizagem de forma significante. (FARIAS; BELLUZO, 2015, p. 48 – 49)

Gasque afirma que o letramento

ocorre quando o sujeito desenvolve as capacidades de: • determinar a extensão das informações necessárias; • acessar a informação de forma efetiva e eficientemente; • avaliar criticamente a informação e a suas fontes; • incorporar a nova informação ao conhecimento prévio; • usar a informação de forma efetiva para atingir objetivos específicos; • compreender os aspectos econômico, legal e social do uso da informação, bem como acessá-la e usá-la ética e legalmente. (GASQUE, 2010, p. 86)

Mais uma vez, estes autores corroboram a ideia de que a competência em informação precisa ser crítica quando se pretende uma construção do conhecimento que dê autonomia criativa e construtiva aos indivíduos, para que então estes possam interferir na sociedade para a ampliação de sua cidadania e para as mudanças necessárias a uma sociedade mais justa e participativa. Mas não somente pensando na cidadania, mas também para uma sociedade mais consciente e produtiva, que crie e que expanda seus conhecimentos para além da pura replicação hegemônica.

Assim, seja qual for o termo usado, o consenso é que a competência em informação é um processo e depende de uma educação para a inclusão, e do despertar de uma curiosidade intelectual e esses aspectos interessam a este estudo.

É a educação o elemento-chave para a construção de uma sociedade da informação e condição essencial para que pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo, a criar e, assim, a garantir seu espaço de liberdade e autonomia. A dinâmica da sociedade da informação requer educação continuada ao longo da vida, que permita ao indivíduo não apenas acompanhar as mudanças tecnológicas, mas sobretudo inovar (TAKAHASHI, 2000, p.7).

Fica claro que a educação, formal ou não, e o letramento digital e a competência em informação são as bases para que os indivíduos contemporâneos possam se apropriar do conhecimento disponível na rede ou fora dela e que essa competência, ainda mais se se pretende



crítica, requer de uma atividade continuada. Com essa apropriação é possível lidar com o novo, inovar, criar e garantir o espaço de autonomia e liberdade, parte do exercício da cidadania. Não se pode inovar quando o básico não foi dominado e tornado funcional.

Existe uma relação íntima entre a competência e a disponibilidade da informação. Essa relação perpassa a disponibilidade técnica, a inclusão digital, a democratização do uso destes espaços digitais, o letramento digital – que para além do uso constrói um uso crítico e otimizado –, a competência crítica em informação e a competência crítica em informação para a cidadania.

De nada adianta uma rede digital potencialmente livre, se não há acesso livre a ela, tão pouco serve o acesso livre, se seus usuários não conseguem aproveitar seu potencial. Não menos desperdício é ter acesso com capacitação técnica mas sem nenhuma consciência crítica do potencial democrático desta rede e do vasto conteúdo de dados e informações nela contidos, ou ainda, ter acesso aos dados e informações mas não ser capaz de interpretá-los, avaliá-los, qualificá-los e utilizá-los conscientemente, criativamente e de forma benéfica.

O letramento constitui-se no processo de aprendizagem necessário ao desenvolvimento de competências e habilidades específicas para buscar e usar a informação. Há fortes evidências de que tal processo é crucial na sociedade atual, submetida a rápidas e profundas transformações devido à grande produção de conhecimentos científicos e tecnológicos. Reconhece-se, de acordo com Herbert Simon (2000), prêmio Nobel de Economia em 1978, que o significado do saber mudou, sendo hoje muito mais importante buscar e usar informações do que memorizá-las. **No contexto contemporâneo, o indivíduo precisa ser “informacionalmente” letrado para atuar como cidadão crítico e reflexivo, dotado de autonomia e responsabilidade e, desse modo, colaborar na superação dos graves problemas de toda ordem que atingem hoje a humanidade.** (GASQUE, 2010, p. 90, grifo meu)

Em tempos de internet e de absurda disponibilidade de informações acumuladas e disponibilizadas, a competência em informação torna-se crucial. E como escreve Gasque, a competência em informação perpassa a formação de um cidadão capaz de colaborar com a sociedade de maneira crítica e efetiva. Além disso a própria seleção da memória e conservação dos acervos informacionais devem também ser objeto de estudo cuidadoso da C.I.

O potencial democrático, informacional e de participação cidadã das TICs só é de fato efetivo quando o cidadão sabe-se cidadão, compreende sua função e competência como cidadão, possui senso crítico e é capaz de construir seu conhecimento, e quando a informação é compartilhada com outros cidadãos, funcionando como ferramenta para construção e manutenção do conhecimento comum que possibilite e potencialize as mudanças sociais necessárias a uma sociedade livre e verdadeiramente democrática.

## 6.1 Competência, redes e cidadania

Desde que o mundo é mundo as relações humanas são construídas em redes que se utilizam da informação. São essas redes e a circulação e acúmulo da informação que permitem a construção de normas que garantem a vida em comunidade: “Esse compartilhamento de intenções, ou de vontades, significa uma comunhão de valores dos grupos sociais, orientadores da conduta 'no que diz respeito ao entendimento do bem e do mal para um determinado grupo'.” (SODRÉ *apud* BRETAS, 2008, p. 56).

O ser-em-comunidade, na vida prática das sociedades, só é possível a partir do desejo comum do obrigatório e é de fato esse desejo que pressupomos no outro quando devemos descodificar a significação de seu discurso e de seu comportamento. (PARRET *apud* BRETAS, 2008).

Marteletto e Tomaél corroboram, em seu estudo, a afirmação de Bretas, e confirmam esse compartilhamento de interesses, intenções e vontades, esse desejo comum como parte essencial de uma rede, como a amálgama que mantém a rede social e afirmam que são as relações de convívio, interação e pertencimento que fundam as redes sociais. São nesses elementos que as redes sociais identificam a sua força e razão de ser.

A rede, uma vez formada, vai apresentar uma conduta e linguagem comuns. Segundo Bourdieu (2010, p. 67), identifica-se em uma rede seu capital social, “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-reconhecimento”, e esse capital social permite a ligação permanente e útil destes indivíduos. Assim, “o nível linguístico permite apreender dos recursos individuais e coletivos extraídos dos acervos cognitivos e informacionais dos atores em situações de interação” as informações, e evidenciam “os elementos mais próximos de uma ação de clareamento e intervenção na realidade pelos atores em interação” (MARTELETO; TOMAÉL, 2005, p.86).

A rede social possui sua formação em díades e tríades, e Cruz, ao explicar estas relações, cita Wasserman e Faust:

Wasserman e Faust (1994, p.17) apontam e descrevem: ator; laço relacional; díade; tríade; subgrupo; grupo; e relação. Assim, situando sinteticamente tais conceitos, diz-se que, na rede: ator é um distinto indivíduo, corporação ou unidade social coletiva; laço relacional é o que estabelece a ligação entre um par de atores, sendo os mais comuns tipos de laços os de avaliação de uma pessoa por outra – como laço de amizade ou respeito, transferência de materiais ou recursos, associação ou afiliação – como o laço entre atores de um evento ou clube social, comportamento de interação – como laços de conversação ou envio de mensagens, conexão física, relações formais – como autoridade, e relações biológicas; díade consiste em um par de atores e no possível laço entre eles, assim, ela analisa se os laços são recíprocos ou se ocorrem laços de múltiplas relações entre os atores; tríade é o grupo de três atores e os possíveis laços entre eles; subgrupo é um subconjunto de atores dentro da rede e todos os laços entre eles; grupo é um conjunto finito de atores que conceitual e teoricamente, ou por razões empíricas, são definidos como finitos em

determinada avaliação da rede; e relação é a coleção de laços de um específico tipo entre membros de um grupo. (CRUZ, 2010, p. 258)

Os estudos atuais que pretendem analisar os relacionamentos sociais, a representatividade, a política, ou qualquer relação humana, não devem deixar de considerar esta extensão de nosso espaço de vida no virtual – e as relações de grupos, tríades, díades e seus laços –, um meio que hoje é tão importante quanto a ágora grega, a praça central da cidade onde se davam os saberes, as bisbilhotices, o comércio e as notícias. É um novo espaço de vida e de discussão. Os meios virtuais e as redes sociais virtuais tornaram-se próteses do humano dos dias de hoje, ou desse tempo em que vivemos. É preciso problematizar a informação no espaço digital, seja por sua conservação, organização, tramitação, disponibilidade, acesso ou uso.

A revista *Inclusão Digital*, produzida pelo IBICT (Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica), traz à tona o assunto da inclusão digital e da inclusão social, hoje intimamente relacionados com a inclusão informacional. Esta inclusão informacional é prejudicada pelas exclusões, mais frequente entre as classes sociais mais baixas. A inclusão destes indivíduos se torna cada vez mais necessária para o aprimoramento informacional ou para a melhor inclusão no mercado de trabalho. A revista conta com artigos de autores influentes como Furlan, Boff, Lena Pinheiro e muitos outros, entre os anos de 2005 e 2013 analisados durante este estudo.

Em diversos textos, a inclusão digital é uma preocupação muito mais instrumental do que de competência<sup>14</sup>, como em de Furlan (2005), Baptista (2006), Rampazzo Filho (2007), Castro (2010), Morais Célio (2012), Pereira (2012), Suiaden (2012), Cargnin (2012) e outros. Como exemplo dessa instrumentalidade, temos os artigos que destacam as metas do Milênio, lançadas durante a Cúpula do Milênio, com ação prospectiva até 2015. Esta ação teve como objetivo fundamental constituir as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento sustentável global. “Entre elas, figura a inclusão social, utilizando-se como um de seus instrumentos a inclusão digital como meio para promover a sociedade da informação e do conhecimento” (FURLAN, 2005, p. 8).

A instrumentalidade a que nos referimos aqui é aquela preocupação com a inclusão digital no sentido de providenciar os aparatos tecnológicos que possibilitem o acesso à internet. Furlan (2005) destaca a importância dos programas de disseminação e disponibilização das novas tecnologias, voltados para a população menos favorecida, que as contempla com doações de equipamentos às bibliotecas e escolas, a fim de fomentar o empreendedorismo, o auto sustento e a

---

<sup>14</sup> Na análise das edições da revista *Inclusão Digital*, foram catalogados os artigos, programas de governo, editoriais, comunicação, relato de experiência, opinion paper, entrevista, editorial, conteúdos digitais e recensão, dos v. 1, n 1, 2005 ao v. 6, n 2, 2013, perfazendo um total de 174 textos. Foram selecionados 50 textos, com assuntos afins com essa pesquisa, dos quais 33 artigos. Os resumos destes textos foram lidos e 25 artigos foram lidos na íntegra. Essa impressão é fruto dessa metodologia de trabalho. Uma pesquisa mais profunda, com leitura de todos os textos na íntegra, pode elucidar melhor essa impressão.

inserção da comunidade na cadeia produtiva.

A questão é que a maioria das ações, ainda hoje, no final do período de prospecção, ainda são parcas e estão voltadas para uma inclusão digital que não leva em consideração o desenvolvimento do conhecimento, como se o simples fato de disponibilizar as tecnologias, ou de facilitar a aquisição das mesmas, resolvesse a questão.

O contraponto desta instrumentalidade é a preocupação com uma competência digital, ou seja uma capacitação que vai além da disponibilidade dos aparatos e se preocupa com os usos e possibilidades de uso. Essa questão será melhor elucidada mais adiante neste subcapítulo.

Silva et al., em seu esforço para conceituar a inclusão digital, utilizam os conceitos de informação utilitária e contextual adotadas por Barreto (1994),

[...] que classifica a informação traçando um paralelo com a pirâmide de Maslow. Informação utilitária é aquela utilizada para suprir necessidades básicas de indivíduos ou grupos. Caracteriza-se por responder questões relacionadas à alimentação, habitação, vestuário, saúde, educação etc. A informação contextual é aquela requisitada por indivíduos ou grupos que buscam esse tipo de informação como garantia de permanência para os diversos contextos dos quais participam – profissional, comunidade etc. (SILVA et al., 2005, p. 29)

Segundo Silva et al., a pesquisa sobre inclusão digital “responde ao significado que o tema passou a representar para a sociedade, à consolidação da democracia e à inclusão social de indivíduos e grupos tradicionalmente excluídos do desenvolvimento socioeconômico”. Para Silva et al (2005), a conceituação converge para um conceito de inclusão digital como novo *ethos* ético e sociopolítico, inserido no “espírito de nosso tempo”.

Silva et al. iniciam suas considerações sobre ética e cidadania, lembrando observações de Hack (2002) e de Gouvêa (2002), afirmando que, para o primeiro, a ética “provoca a reflexão de ideias e propõe valores; a cidadania conduz à prática social responsável e o envolvimento solidário”; já para o segundo, “o termo ‘ética’, desde a Grécia, sempre foi utilizado por aqueles que se dispunham a investigar as questões referentes ao comportamento humano e à vida em sociedade” (SILVA et al., 2005, p. 30). Assim, a cidadania, desde seu início, estabelece uma relação entre iguais e destes com o poder, e “só ganha existência como medida de igualdade e de convivência coletiva dentro de uma comunidade política, composta de sujeitos portadores de direitos” (SILVA et al., 2005, p. 30). A cidadania se constitui desta forma como um pré-requisito indispensável à inclusão e participação na vida pública.

Desta feita, é imprescindível à questão da inclusão digital estas considerações sobre ética, cidadania e construção do conhecimento. Existe assim a necessidade de colocar as tecnologias a serviço da ética, na busca de soluções que possam “unir tecnologias e seres humanos em prol de uma vida mais digna para todos” (SILVA, JAMBEIRO et al. 2005, p. 30).

Para contribuir na solução do dilema democrático, Frade (2002, p.13) adverte que um novo modelo de cidadania deve ir além da esfera da informação, **incorporando a capacidade de interpretação da realidade e construção de sentido por parte dos indivíduos. O que importa na formação dos cidadãos, sob essa perspectiva, é que sejam capazes de ser construtores de significados.** Nessa mesma linha de pensamento, Rocha (2000) também discorre sobre a **questão da cidadania na sociedade da informação como um processo de conscientização do indivíduo, por meio da educação e acesso à informação e ao conhecimento** (SILVA et al., 2005, p. 30-31; grifo dos autores).

A capacidade crítica, de interpretação e de aprendizado dos indivíduos é fundamental para que a inclusão de fato aconteça. Silva et al. ressaltam que “Araújo (1999) considera que a construção da cidadania, ou de práticas de cidadania, passa, necessariamente, pela questão do **acesso e uso** de informação” (SILVA et al., 2005, p. 31; grifo meu). A pura disponibilização dos meios não é suficiente para a apropriação, conscientização e exercício da cidadania. Repetindo para reafirmar: O que importa é que os cidadãos “**sejam capazes de ser construtores de significados**”.

O *Livro Verde* destaca como o objetivo do *Programa Sociedade da Informação* integrar, fomentar e coordenar ações para utilização das TICs de forma a “contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros”. Se faz necessário esclarecer que na leitura do *Livro Verde* fica claro que a cidadania referida no livro não é o que viemos chamando de cidadania ampliada: a cidadania proposta por ele, na maior parte das vezes, está fortemente vinculada ao capital. Contudo, como se trata de um programa do governo, nos interessa que lá esteja o interesse pela promoção da cidadania e sua visão das competências.

Uma das linhas de ação que interessa a esse estudo, na qual percebe-se a importância do uso das TICs para a promoção da cidadania e a universalização da internet como um fator e veículo diferencial para esta construção, é a

Universalização de serviços para a cidadania – promoção da universalização do acesso à Internet, buscando soluções alternativas com base em novos dispositivos e novos meios de comunicação, promoção de modelos de acesso coletivo ou compartilhado à Internet, bem como fomento a projetos que promovam a cidadania e a coesão social (TAKAHASHI, 2000, p.10).

Sobre o conceito de universalização, o *Livro Verde* destaca que

[...] o conceito de universalização deve abranger também o de democratização, pois não se trata tão somente de tornar disponíveis os meios de acesso e de capacitar os indivíduos para tornarem-se usuários dos serviços da Internet. Trata-se, sobretudo, de permitir que as pessoas atuem como provedores ativos dos conteúdos que circulam na rede. Nesse sentido, é imprescindível promover a alfabetização digital, que proporcione a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania (TAKAHASHI, 2000, p.31).

De fato, é necessário este movimento para a universalização da internet, que não apenas viabilize ou disponibilize, mas abra espaço para o compartilhamento de conhecimento e

informação, através da capacitação, da competência digital e da competência crítica em informação.

O Livro Verde aponta que na maioria dos programas e propostas dos governos mundiais, ainda em 2000, a universalização dos serviços de internet vem acompanhada de ações focadas em ao menos três frentes: “educação pública, informação para a cidadania e incentivo à montagem de centros de serviço de acesso público à Internet” (TAKAHASHI, 2000, p.33).

Sem a devida informação sobre seus direitos e deveres civis, sociais e políticos, não há possibilidade de participação ou conquista cidadã, e mesmo essas ações não passam de instrumentalização. Segundo Silva, “já em 1997, Miranda, citado por Silveira (2000, p.85), afirmava que os países em desenvolvimento precisavam 'acelerar a disseminação da informação em todos os níveis de sua estrutura social”, e acrescentam: “se a inclusão digital é uma necessidade inerente desse século, então isso significa que o ‘cidadão’ do século XXI, entre outras coisas, deve considerar esse novo fator de cidadania, que é a inclusão digital” (SILVA et al., 2005, p. 32).

Uma das Ações Estruturadoras propostas no *Livro Verde* é “estimular e capacitar as comunidades a gerar seus próprios conteúdos na Internet, com ênfase em formação para a cidadania” (TAKAHASHI, 2000, p.42).

Traçando um paralelo de ação, podemos acrescentar que Silva et al. atentam para o fato da educação não estar mais restrita aos espaços formais designados para esta função. Provavelmente nunca esteve. Contudo, com as TICs, a proliferação e o alcance dos espaços digitais abrem maiores possibilidades de propagação de informação e conhecimento. O espaço digital também aumenta a disponibilidade da informação na rede “ao alcance de todos”. Assim, em um processo cumulativo e paralelo, a educação digital pode contribuir para a inclusão digital, auxiliando a apropriação de uma cultura informacional e para a competência crítica em informação, e por fim, para a construção da cidadania de fato, com consciência de direitos e deveres através de uma competência crítica em informação para a cidadania.

A relação entre educação para a informação e inclusão digital, segundo Silva et al., está atrelada ao movimento mundial de inserção na sociedade da informação, que no Brasil promoveu a discussão envolvendo o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e quatro setores da sociedade – governamental, privado, acadêmico e o terceiro setor –, além de pessoas de outros países e organizações internacionais, buscando o desenvolvimento de diretrizes, que culminou na publicação, em 2000, do Livro Verde da sociedade da informação (Socinfo) (Sociedade, 2000, p.xv) (SILVA et al., 2005, p. 33). Este documento ressalta a importância de “conceber soluções e promover ações que envolvam desde a ampliação e melhoria da infra-estrutura de acesso até a formação do cidadão, que, informado e consciente, possa utilizar os serviços disponíveis na rede” (SILVA et al., 2005, p. 33).

Segundo Silva et al. o *Livro Verde* concebe a questão da inclusão digital no âmbito da capacitação não apenas para a utilização da TICs, como também da utilização destas mídias “em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania. Essa ação é denominada, pelo Programa Socinfo, alfabetização digital.” (SILVA et al., 2005, p. 33).

O trecho citado do *Livro Verde* remete à importância de atrelar o letramento digital e competência crítica em informação à cidadania. Ressaltamos aqui esta possibilidade e o potencial do uso do letramento digital, para que o conteúdo informacional da internet não seja apenas um depósito de informações, mas também “um livro sendo aberto”, uma biblioteca em pleno uso e lotada, na qual os cidadãos possam buscar a informação, desenvolvendo uma sede de conhecimento e se apropriando deste conhecimento. Deste letramento digital emerge a competência em informação, que capacita estes cidadãos a compreenderem e utilizarem a informação de maneira crítica e analítica, trocando conhecimento e produzindo também informação.

O *Livro Verde* considera a Educação na Sociedade da Informação um elemento chave e que educar em uma sociedade da informação

[...] significa muito mais que treinar as pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas. Trata-se também de formar os indivíduos para “aprender a aprender”, de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica. (TAKAHASHI, 2000, p.45).

Trata-se então de investir no letramento digital e na competência em informação. O livro ainda afirma que “inclusão social pressupõe formação para a cidadania”, assim as TICs devem ser também utilizadas para “a democratização dos processos sociais, para fomentar a transparência de políticas e ações de governo e para incentivar a mobilização dos cidadãos e sua participação ativa nas instâncias cabíveis” (TAKAHASHI, 2000, p.45).

Cabe aqui o retorno à importância da competência crítica em informação. A questão crítica é o amálgama que diferencia o que é simplesmente disponibilizado, técnico ou ensinado (formal ou informalmente pelos dispositivos técnicos ou aparatos de poder), daquilo que é criticamente apreendido pelo indivíduo competente crítico em informação.

Apesar do crescente acesso às TICs, seja por ações do governo, seja por aquisição de aparelhos móveis com internet, não se resolveu os aspectos sociais do acesso e uso da informação. Bezerra (2015) destaca que diversos autores, como Elmborg, Gasque, Dohety e Ketchner (2005), “reforçam a crítica aos modelos de regras prescritos pela ACRL, que segundo acreditam, mascara

uma ideologia de exclusão, à maneira da domesticação da opressão anunciada por Freire” (BEZERRA, 2015, p. 8). Essa mesma exclusão aparece nas entrelinhas do Livro Verde e de muitos artigos da revista Inclusão Digital, como já exposto neste estudo.

A competência crítica em informação funcionaria, para os autores citados por Bezerra, como uma ferramenta de “empoderamento” e “libertação” dos indivíduos. Sobre a teoria crítica nas correntes da CI, Bezerra cita Araújo: “a teoria crítica vai enfatizar o conflito, a desigualdade, o embate de interesses em torno da questão da informação” (ARAÚJO, 2009 *apud* BEZERRA, 2015, p. 9).

Uma questão destacada por Boff (2005) e que também é colocada por Vitorino e Piantola (2009) é a importância do reconhecimento das etapas cognitiva e afetiva como parte do processo de aquisição da competência informacional.

Sob essa ótica, a competência informacional seria resultado de uma relação muito mais complexa com a informação do que aquela proposta pelas normas e modelos tradicionais, que envolveria aspectos objetivos, ligados às habilidades técnicas e à competência crítica, e aspectos subjetivos, os quais abrangem fatores como experiência pessoal, inspiração, criatividade e motivação, sem os quais as práticas de aprendizado ao longo da vida dificilmente podem ser vislumbradas. (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 137)

A competência crítica em informação esbarra aqui na questão do gosto, da motivação, do pessoal, do apelo que tem ou não a informação capaz de despertar o interesse do indivíduo. Esse é o cerne da questão para este estudo. Trataremos mais profundamente deste aspecto no capítulo 7.

Se pensarmos na possibilidade da construção de uma cidadania ampliada, através da competência crítica em informação para a cidadania, ou seja, quando as informações que estão no meio digital podem ser acessadas por qualquer cidadão, apreendidas de maneira crítica, quando esse cidadão consegue ler e compreender estes dados e informações e quando ele compreende as fronteiras da cidadania para além daquelas com as quais se acostumou, para além dos simples direitos legais, neste momento, começa a se dar a competência crítica em informação para a cidadania.

Outra coisa importante nesse processo, é que este fenômeno não deve se dar como algo que flui de cima para baixo, mas como algo construído em conjunto. Não são normas ou verdades a serem ensinadas, mas informação diversificada que permite que se desenvolva no cidadão o gosto pela busca de mais conhecimento e assim ele possa, de maneira crítica e analítica, construir sua noção de cidadania, de maneira conjunta e dialógica com outros cidadãos.



## 6.2 Disponibilidade e disposição em tempos de TICs

Apenas disponibilizar computadores, internet e aulas de utilização do computador para as populações de baixa renda não garante inclusão digital, muito menos apropriação deste espaço para a cidadania e política participativa.

Retomando a questão da disponibilidade e do uso das informações que pairam na nuvem: “O montante de informação na Internet leva a que se proponham questões sobre as habilidades necessárias para aprender a se informar e aprender a informar, sobre onde adquirir a informação e chama a atenção de que essa aprendizagem é totalmente inexistente no sistema de ensino” (LE COADIC, 1996, p.112).

Como sublinha Le Coadic (1996), na citação acima, há uma carência deste ensinamento voltado para a utilização de tão vasta biblioteca e disponibilização de informações e conhecimento na internet.

Investigando a questão do uso, Schneider constatou que a população pesquisada por ele não revelou nenhum vestígio de interesse cidadão nos termos de uma cidadania ampliada. A noção de cidadania ampliada utilizada por Schneider é aquela que, para além dos direitos igualitários defendidos por leis, envolve uma reivindicação por igualdades que são roubadas pelas diferenças sociais, uma cidadania que busca a sua efetiva ampliação a despeito da inviabilidade imposta pela desigualdade econômica. “Reivindica-se aqui a exigência central da noção de cidadania ampliada [...] na defesa da manutenção dos direitos civis, políticos e sociais existentes, articulada ao combate à desigualdade econômica que impede, em graus variáveis, sua efetivação” (SCHNEIDER, 2012, p. 285).

Na pesquisa de Schneider, de 100 alunos convidados a navegarem livremente na internet, apenas um aportou em “sites que poderiam ser associados ao universo da comunicação contra hegemônica” (SCHNEIDER, 2012, p. 281). O autor define o conceito de comunicação contra hegemônica como “o conjunto de práticas comunicacionais cujo objetivo maior pode ser definido em termos da implementação da cidadania ampliada” (SCHNEIDER, 2012, p. 281).

Sem a apropriação desse poder cidadão e do espaço que propicia esta ação, o usuário tende a repetir na ágora digital sua rotina hegemônica cotidiana, afastada da atitude cidadã, da possibilidade de mobilização e influência na sociedade.

“A comunicação é, portanto, o processo intermediário que permite a troca de informação entre as pessoas. [...] é um ato, um processo, um mecanismo, e que a informação é um produto, uma substância, uma matéria” (LE COADIC, 1996, p. 13). Le Coadic insiste na dinâmica da

informação como algo construído continuamente e não linear, e na importância da comunicação para esse processo.

Le Coadic também ressalta a importância de uma ciência da informação para a sociedade sob a tríplice influência do

[...] desenvolvimento da produção e das necessidades de informações científicas e técnicas (desenvolvimento das atividades científicas, desenvolvimento de uma cultura científica e técnica de massa, demanda de informação científica); surgimento de um novo setor industrial das indústrias da informação (produtores e hospedeiros de bases de dados, satélites e redes de telecomunicação, telemática, grandes museus e grandes bibliotecas, turismo cultural) e do surgimento de tecnologias eletrônicas (analógicas ou digitais) e fotônicas da informação (microcomputadores, telas de monitor sensíveis ao toque, discos laser, fibras ópticas, dispositivos de multimídias, videodiscos, programas de gerenciamento de acervos, etc.), as bibliotecas, centros de documentação, museus e instituições culturais, em geral, não podem mais ser apenas depósitos de livros, documentos, artefatos. Tornam-se depósitos de conhecimento sobre um assunto, um objeto, de respostas a questões, isto é, entrepostos de informação. Melhor ainda, são verdadeiros meios de comunicação de informações, que atingem um número cada vez maior de pessoas. Ou seja, sob o efeito destas três categorias de mudanças – culturais, econômicas e tecnológicas – tornaram-se multimídias de massa, como seus colegas da imprensa escrita e audiovisual. (LE COADIC, 1996, p. 19 – 20).

O que percebemos desta afirmação de Le Coadic, já com quase duas décadas, é que a informação, mesmo a científica, e a documentação adentraram o mundo das comunicações de massa com o advento das TICs, e com isso é preciso pensar a ciência da informação também sob a ótica da comunicação, como já destacamos do texto de Capurro no início deste estudo. Para além da perspectiva comunicacional da informação científica e da possibilidade de sua massificação, precisamos estar atentos à questão da industrialização desta mesma informação, que passa a ser restringida, guiada ou alimentada de acordo com os interesses do capital.

Para maior aproveitamento dessa potencialidade e disponibilidade da informação, é preciso despertar o gosto pela informação e a competência crítica em informação para a formação do conhecimento. Somente assim, grande parte dos indivíduos poderá ter conhecimento sobre o que é cidadania, quais as implicações da cidadania e quais as possibilidades de interferência cidadã.

### **6.3 Redes sociais digitais**

As redes sociais digitais são uma potencialização das redes sociais, que sempre existiram, facilitada pelas TICs. A distinção das redes digitais é exatamente seu dispositivo – a internet, é ela quem potencializa, sob certo aspecto, as ligações e alcance das redes. Essas redes digitais podem ser extensão de uma rede que acontece fora da digitalidade ou uma rede que se articula apenas através da internet. A vocação descolada das limitações de tempo, espaço e dominação que a internet possui

é o que a torna um terreno fértil para a formação de novas e singulares redes.

É importante perceber que, ao unir em si a mídia, o espaço de informação e debate, a capacidade difusora e de diálogo, o potencial político, de exercício da cidadania e a esfera pública, a internet assume as características da ágora e passa a constituir-se como uma rede de informação, podendo ser nomeada de ágora digital, indo além do que o termo “mídia” encerra.

A mídia ou, com mais precisão, a rede de mídias institui, a rigor, uma nova dimensão pública, própria da sociabilidade contemporânea. Esta dimensão está constituída por espaços eletrônicos, sem territórios e potencialmente desmaterializados, que se transformam em suportes de televivências, vivências à distância e não presenciais, planetárias e em tempo real. A conjugação entre espaços eletrônicos em rede e televivências possibilitadas viabiliza os fluxos globalizantes e institui a telerrealidade. O amálgama entre telerrealidade e realidade contígua, com seus espaços geográficos, suas convivências e seus fluxos locais, possibilita a singular experiência da contemporaneidade: viver globalmente. Isto é, vivenciar em conjugação, combinada e desigual, todas estas marcações e possibilidades sociais. (RUBIM, 2003, p.14).

Rubim (2003, p.14) defende que esse novo mundo em rede midiática digital pode ser imaginado como “uma nova dimensão de sociabilidade”, agregada à constituição anterior, apesar dos conflitos, por compartilhar das características presenciais da troca de ideias, emoções e sensibilidades etc.: essa “nova dimensão pública constituída pelas redes de espaços eletrônicos que dão suporte e viabilizam televivências, vivências à distância, em espaço planetário e tempo real, cada vez mais mediadas.”, para o bem e para o mal.

Raquel Recuero, citando Wasserman, Faust, Degenne e Forse, define uma rede social como “[...] um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões – interações ou laços sociais”. Para Recuero, “a rede é assim uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores”, tendo seu foco na estrutura social, onde não se pode isolar os atores sociais de suas conexões (RECUERO, 2009, p.24).

Recuero (2009, p.17) também aborda diversos aspectos para a compreensão das redes sociais na internet. Citando Bertalanffy, alerta que há uma necessidade de compreender as relações sociais como um sistema, olhando a totalidade e não apenas as partes como independentes umas das outras. “Ou seja, para entender um fenômeno é necessário observar não apenas suas partes, mas suas partes em interação”.

A ideia das redes aparece pela primeira vez com o matemático Leonard Euler<sup>15</sup>, que cria o

<sup>15</sup> Euler, considerado um dos grandes gênios de sua época, em 1736, publicou um artigo sobre o enigma das Pontes de Königsberg. Königsberg era uma cidade prussiana, localizada, como muitas de sua época, em meio a ilhas no centro do rio Pregolya. A cidade continha ao todo sete pontes, e folcloricamente conta-se que, na época, era uma diversão para seus habitantes tentar resolver o problema de atravessar a cidade através das sete pontes, cruzando cada uma apenas uma vez. Euler, em seu trabalho, demonstrou que cruzar as sete pontes sem jamais repetir um caminho era impossível. (RECUERO, 2009, p.19)

primeiro *teorema dos grafos*, onde surgem os nós ou pontos (parte terrestre da cidade) e as arestas ou conexões (pontes). A intenção dele era traçar todos os possíveis caminhos que interligassem a cidade. “Um grafo é, assim, a representação de uma rede, constituído de nós e arestas que conectam esses nós” (RECUERO, 2009, p.20).

A teoria dos grafos deu origem ao que hoje é referenciado como Análise Estrutural de Redes Sociais (Degenne e Forsé, 1999; Scott, 2000; Wasserman e Faust, 1994; entre outros), cuja proposta é “perceber os grupos de indivíduos conectados como rede social e, a partir dos teoremas dos grafos, extrair propriedades estruturais e funcionais da observação empírica” (RECUERO, 2009, p.20).

Segundo Recuero (2009) o estudo das redes permite ferramentas únicas para estudar os aspectos sociais do ciberespaço, como as estruturas sociais, sua dinâmica, sua criação, a competição, a cooperação, as funções das estruturas e, até mesmo, “as diferenças entre os variados grupos e seu impacto nos indivíduos” (RECUERO, 2009, p.21). Estudar redes sociais, portanto, é “estudar os padrões de conexões expressos no ciberespaço. É explorar uma metáfora estrutural para compreender elementos dinâmicos e de composição dos grupos sociais” (RECUERO, 2009, p. 22).

Caroline Haythornthwaite<sup>16</sup> em “Social Networks and Information Transfer” corrobora a ideia da internet como um espaço de mediação e formação de redes sociais.

Quando as pessoas se relacionam com outras elas trocam informações, histórias, ideias, opiniões e experiências, elas falam sobre si mesmas, de seus engajamentos e com quem se engajam. Eles transferem conhecimento, informação e dados. Essa informação pode ser um para um, um para muitos ou muitos para muitos. [...] Essa troca pode ser por observação e exemplo, face a face ou mediada por um suporte. (HAYTHORNTHWAITE, 2009, p.1-2).

Segundo Haythornthwaite, as informações nas redes digitais passam por crivos, cada troca de informação é baseada na decisão de qual informação revelar, aonde e para quem, em relações carregadas de expectativas. “Juntos, os laços formados por informações transferidas entre atores constroem redes com vias pelas quais as informações viajam, pontes que levam as informações de um círculo a outro, e *cul-de-sacs* onde a informação morre/acaba ou circula repetidamente no mesmo círculo de amigos” (HAYTHORNTHWAITE, 2009, p. 2).

No caso de redes sociais digitais, para Haythornthwaite (2009), a dificuldade está em definir os limites da rede e mapeá-la. Nestas redes os nós podem ser indivíduos ou unidades maiores como instituições. As diferenças entre os tipos de nós também afetam a circulação da informação, a maneira que a informação circula na rede e o capital social. Contudo as estruturas básicas de análise são as mesmas das redes sociais não digitais. Nas redes sociais digitais, três características das

---

<sup>16</sup> Haythornthwaite foi lido em seu original em inglês e as traduções das citações são de responsabilidade da autora deste texto.

relações ajudam na avaliação do laço: conteúdo, informações ou recursos e frequência de trocas.

Utilizando os parâmetros próprios das análises de redes e de redes digitais, Recuero estuda as redes a partir de seus nós, arestas, *clusters*, *hubs* etc., e assim consegue traçar a relação social destas redes de acordo com as características de cada assunto ou interesse abordado. Para a tramitação, propagação e transversalidade da informação no meio digital, é bastante interessante perceber como essas redes funcionam e assim possibilitar a propagação e o alcance de informações estratégicas e relevantes.

A internet não modificou as relações, apenas as potencializou. Os laços fortes sempre foram ligados às afinidades e a net não mudou isso. Talvez o que aconteça nas redes digitais é que esse espaço mais aberto deixe caminho para novas oportunidades de descobrir afinidades com pessoas que antes não estariam no mesmo círculo, em laços, a princípio, fracos. Os laços fracos, bem mais potencializados na net, funcionam como pontes entre círculos diferentes, e propiciam informações novas e diferentes das que circulam em um determinado círculo social não digital.

Para Haythornthwaite (2009), os modelos de pequenos mundos colaboram com esse fenômeno, quando tomados em conjunto com a explosão de dados disponíveis on-line, e estão permitindo um maravilhoso progresso na análise dos comportamentos informacionais humanos. Além disso, a automatização facilita a coleta e análise de dados.

Uma característica interessante das redes de mobilização ou de movimentos sociais digitais é que estas possuem uma capacidade de expansão que acompanha a velocidade digital. Assim, o crescimento da rede no meio digital tende a ser maior que o das redes que atuam exclusivamente fora do “mundo digital”. Ao mesmo tempo essas redes possuem características de resistência, por possuírem multieixos de alimentação e sustentação. Assim, se um eixo é rompido, ele não compromete a tramitação da informação, a cadeia de mobilização ou o movimento em si.

Estas redes, quando utilizadas politicamente, tornam-se redes de guerra – como no caso dos Zapatistas e na Batalha de *Seattle*, que possuíam padrões ordenados “presentes na estrutura e na dinâmica dos sistemas biológicos, ecológicos e sociais onde as redes são o princípio de organização” (CAPRA *apud* ANTOUN, p. 75, 2004).

Esse padrão se assemelha a uma rede de teia de aranha com multieixos bem estruturados; ou um grupo de redes centro/periferia interconectados. Sua topologia se caracteriza por um pequeno número de nós fortemente interconectados que agem como eixos (hubs), aos quais se conecta um grande número de nós de fraca conexão, mesmo que partilhando uma ligação “todos os canais”. Socialmente, esse tipo de padrão se caracteriza por um ou mais atores operando como eixos-chaves, em torno dos quais está ordenado um grande número de atores ligados aos eixos, mas menos ligados uns com os outros, mesmo que as informações estejam disponíveis e partilhadas no modo “todos os canais” para todos os atores. Esse padrão é muito resistente aos choques sistêmicos (ARQUILLA; RONFELDT, *apud* ANTOUN, 2004, p. 75).

Esse padrão em teia só é possível graças à reconfiguração do sistema de comunicação, com a mutação dos papéis de emissor e receptor. Para Pierre Lévy (2000), o processo comunicativo se divide em três esquemas: “um para todos”, “um para um” e “todos para todos”<sup>17</sup>. Essa nova possibilidade de fluxo multidirecional de comunicação, no qual inúmeras fontes podem iniciar o processo comunicativo (SOUSA; MEDEIROS, 2010, p.8), abre possibilidades interessantes para os movimentos sociais e para as reivindicações e mobilizações populares, que migram para a rede utilizando-a como aliada. A rede se apresenta como uma alternativa à unidirecionalidade dos meios de comunicação tradicionais, e passa a ser um meio potencialmente contra hegemônico para as principais reivindicações e problemas sociais, políticos e econômicos, principalmente quando se expande neste padrão teia.

Nesse tipo de rede, a narrativa distingue-se por ocupar um lugar central, que não é necessariamente exclusividade de uma liderança constituída. Nessas “redes, a narrativa é feita por uma multiplicidade grupal” (ANTOUN, 2004, p. 75), e é inseparável das conversações e dos testemunhos que acabam por compor a rede ao acompanharem o desenrolar dos acontecimentos. “A narrativa nessas redes mais se assemelha ao roteiro de um filme experimental, que vai sendo escrito por toda a equipe conforme a filmagem se desenrola” (ANTOUN, 2004, p. 75). Essas redes, assim como as teias espiraladas, crescem sem um eixo central que controle ou monitore cada ligação (link) e nó,

[...] mas se mantêm reunidas por uma móvel hierarquia de eixos (hubs) fortemente ligados (linked) entre si que são conectados a vários nós (nodes) menos fortemente ligados (linked), desdobrados em dúzias de outros nós (nodes) ainda menores, de modo que não há um único nó (node) cuja remoção possa quebrar a teia. Elas são uma teia sem aranha, autoorganizadas, oferecendo o vívido exemplo de como as ações independentes de milhares de nós (nodes) e ligações (links) podem conduzir a um espetacular comportamento de emergência (BARABÁSI *apud* ANTOUN, 2004, p. 76).

Fazendo um *link* com essa teia espiralada e auto organizada, pode-se remeter a Egler quando ele defende que “uma nova base técnica pode ser utilizada para a formação da opinião pública e a ampliação da participação social contribui para a tomada de decisão política” (EGLER, 2007, p. 171), e que esse espaço digital possibilitaria uma maior democratização e fortalecimento da cidadania, deslocando, inclusive, as decisões dos eleitos para os eleitores, do individual (governante) para o coletivo (habitantes das cidades). Egler (2007), citando Musso (2003), atenta para o fato de que as novas tecnologias “redefinem as possibilidades de interlocução entre o Estado

<sup>17</sup> Um para todos – um centro emissor envia mensagens na direção de receptores passivos e sobretudo isolados um dos outros”, como no exemplo da televisão. Um para um – o esquema é feito ponto a ponto, como o que ocorre com o telefone, pois a mensagem é enviada com precisão e diretamente ao seu receptor, e permite reciprocidade dele. Todos para todos – é a reconfiguração que acontece na internet que “combina as vantagens dos dois sistemas anteriores. De fato, permite, ao mesmo tempo, a reciprocidade na comunicação e a partilha de um contexto” (LÉVY, 2000).

e os atores sociais”, e que com as redes sociotécnicas ocorre um potencial concreto de transformação.

Recorrendo à Granjeon (2001), que propõe uma investigação para conhecer as relações estabelecidas entre os dispositivos técnicos e as práticas sociais, Egler afirma que o estudo de Granjeon aponta ser necessário atentar para os processos nos quais as organizações sociais utilizam a tecnologia e simultaneamente analisar o papel das práticas sociais na formulação dos procedimentos técnicos. “A invenção de novas tecnologias determina a invenção de novas práticas sociais, traduzidas num tipo específico de política” (EGLER, 2007, p. 173). É importante entender a inovação social no espaço digital.

Egler ressalta que “quando falamos em TICs, estamos nos referindo a duas ações: uma que informa, que formata e disponibiliza o conteúdo; e uma segunda que comunica, que democratiza, produzindo a interação entre os atores da ação dialógica” (EGLER, 2007, p. 180). Assim, nem sempre que há uma disponibilização de um espaço, por exemplo da parte do governo, nas TICs, esse é de fato dialógico, em grande parte das vezes trata-se do primeiro tipo de ação, onde há uma dominação do lado com poder para o lado sem poder.

Na realidade, existe um potencial de transformação da ação política dada pela tecnologia [...] A invenção tecnológica [porém] não permite por si só a ampliação da participação social, que só poderá acontecer por meio de uma ação política socialmente organizada em defesa dos interesses de todos. (EGLER, 2007, p. 183)

Egler aponta que “as pessoas se associam em organizações porque compartilham um projeto de transformação social” (EGLER, 2007, p. 183) e isso não difere de outras formas de tecido social. Embora este autor não coloque isso em seu texto, essas associações também podem acontecer com motivações conservadoras e que não busquem transformações sociais. “A agregação social é feita por atos de comunicação que produzem um espaço de compartilhamento entre os membros de um coletivo” (EGLER, 2007, p. 184) e o que a mediação eletrônica faz é permitir formas particulares de interação social com novos espaços e noções de tempo, facilitando as agregações sociais, possibilitando que esses coletivos digitais atuem de forma mais dinâmica, desenvolvendo formas alternativas de participação e de mobilização.





## 7 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO PARA A CIDADANIA AMPLIADA

Continuando a construção feita neste estudo, chegamos ao cerne da questão: a relação da cidadania ampliada com a necessidade da competência crítica em informação e o uso da ágora digital. Para que a cidadania ampliada seja percebida, concebida e apropriada é imprescindível que exista a competência crítica em informação; ao mesmo tempo, o caminho para esta competência passa por despertar o gosto no cidadão, pelo sabor do saber, pelo prazer do conhecimento. Isso exige uma linguagem informacional que utilize os espaços digitais de maneira palatável e atraente. Para que haja um interesse pela informação, ela precisa ser sedutora ao seu interlocutor. É interessante que a informação também seja dialógica, e que haja uma construção conjunta do conhecimento com quem busca a informação, aumentando o caráter democratizante, e contribuindo para uma cidadania ampliada.

### 7.1 Sabor e Saber

Segundo Moraes (2009, p. 47), o campo midiático não é harmonioso nem homogêneo, é permeado por contradições, oscilações de gostos, preferências e desejos. A sintonia é feita através da publicidade e de um marketing mais macio e persuasivo, capaz de seduzir.

Se o gosto pode ser persuadido, apurado, construído socialmente, despertado ou desenvolvido, por que vemos tão pouco gosto pela educação, pela informação científica, pela história, por filosofia? Como se descolou a cidadania do gosto por compreender e entender as ferramentas e conhecimentos que a forjaram? Podemos, então, pensar nas possibilidades e conjuntura de construção deste gosto. Podemos pensar em como o gosto tem sido utilizado para a fortalecer a hegemonia e alimentar o capital, e, ao mesmo tempo, como tem sido negligenciado quando se trata da construção do conhecimento e até negado quando se trata de trabalho e educação.

Marco Schneider (2015) nos aponta um caminho para a compreensão dos mecanismos de formação do gosto e de como este é construído de maneira dialética entre o individual e o coletivo em seu livro *A Dialética do Gosto*.

As questões que se colocam em relação ao uso das redes digitais e da ágora digital como um todo para a propagação da informação científica, acadêmica ou mesmo da informação no sentido mais amplo são: como despertar o interesse do usuário pela informação? Como despertar o gosto pelo saber?

O gosto está ligado primeiramente ao sentido do paladar, à boca e à sobrevivência, mas também ao prazer. “Todos os órgãos nos quais atuam os sentidos possuem tanto funções indispensáveis à sobrevivência [...] como funções relacionadas ao prazer [...], dado que a

sobrevivência é condição necessária para o prazer, enquanto o contrário não é verdade” (SCHNEIDER, 2015, p. 53 – 54). Schneider explica que o que distingue o sentido do paladar dos outros sentidos é que este requer esforço prévio de todos os outros sentidos. Para que o alimento chegue ao paladar, é necessário que o dono da boca ou outra pessoa antes recolha, prepare, conserve ou distribua o alimento. Schneider (2015, p. 54) pergunta: “Começa aí, no trabalho indispensável para que se possa comer, a relação *vital* entre o gosto e os juízos de valor?”

Retomando Freud, Schneider associa o sabor ao prazer, na satisfação da fome e da afetividade que se dá na amamentação. Assim pode ter sido associado o “gostar de” algum alimento, pessoa, ideias, coisas etc. ou “ter fome de” conhecimento, aventura etc. Schneider coloca mais adiante que o desdobramento do termo gosto para o juízo de valor se deu através do trabalho racional cooperativo, sendo que o primeiro de todos os trabalhos foi aquele orientado para a alimentação, e “daí a utilização do termo *gosto* ter-se desdobrado da alimentação para todo o resto: porque é no gosto que se dá a síntese dialética entre necessidade (comer) e liberdade (escolher o alimento e o preparo), e entre prazer (degustar, desfrutar) e conhecimento (identificar, saber onde encontrar, adquirir, saber fazer, saber preservar)”(SCHNEIDER, 2015, p. 57).

Esse desdobramento do termo gosto associa-se diretamente ao trabalho na medida que “o trabalho necessário à alimentação antecede todas as demais produções humanas, materiais e simbólicas”. Schneider faz uma ligação entre essa origem e a dupla acepção da palavra gosto – sabor e saber. “Os juízos de gosto de um grupo social dado derivam indiretamente dos saberes e sabores necessários à existência *material* de cada classe ou estrato social desse grupo” (SCHNEIDER, 2015, p. 57-59). Este ponto é fundamental para começar a pensar as perguntas do início deste subcapítulo.

O que fica claro lendo o livro de Schneider é a construção social do gosto. Ainda que seja corriqueiro o senso comum de que “gosto é uma coisa pessoal e não se discute por isso, no máximo lamenta-se”, o autor elucida a influência da historicidade, localização geográfica, cultura, classe social, urbanismo, indústria e comunicação sobre o gosto, mesmo ainda defendendo que “o que proporciona prazer, proporciona prazer e pronto, e cada um tem o pleno e justo direito de considerar que ninguém tem nada com isso” (SCHNEIDER, 2015, p.60).

Embora hoje muitas pessoas se preocupam com a composição dos pratos e seus valores calóricos e nutricionais, na maioria das vezes não construímos racionalmente o gosto, não pensamos na composição dos produtos de um prato, nem nas origens destes produtos ou na química envolvida quando o provamos, apenas gostamos e pronto. Schneider, porém, aponta que se gostarmos de um prato, provando-o cegamente, sem saber o que contém e depois nos for dito, após comê-lo, “que se tratava de baratas flambadas, haverá uma repulsa violenta resultante do conflito entre o nosso

paladar e o nojo que sentimos pelas baratas, mesmo na hipótese – improvável – de serem saborosas e inofensivas a saúde” (SCHNEIDER, 2015, p. 61). Schneider ainda atenta que provavelmente se soubermos de alguém que adora baratas flambadas, muito provavelmente julgaríamos a pessoa, no mínimo, extravagante.

Esse exemplo é esclarecedor, porque mostra claramente como nosso gosto é construído. Nem precisamos imaginar uma coisa tão drástica como provar baratas flambadas, o que causa repulsa até como simples imaginação, mas podemos pensar em exemplos culturais bem conhecidos. É sabido que indianos das classes mais baixas comem ratos, e que por necessidade o animal passou a fazer parte da culinária deles e seu gosto plenamente aprovável. Chineses comem escorpião, tailandeses gafanhotos, cambojanos tarântulas, vietnamitas morcegos, índios e africanos larvas, japoneses polvos vivos, e por aí vai. Em alguns casos a escolha destas comidas tem a ver com a quantidade de proteína envolvida e a escassez de alimentos, em outras com o que é caro ou sagrado na cultura, mas comumente hoje em dia elas são consumidas por puro gosto.

Esses casos fazem emergir outra questão: seria a repetição um ingrediente da construção do gosto? Seria possível que mesmo quando um indivíduo não goste a princípio de uma determinada coisa (seja um objeto, comida, música, vestuário etc.), de tanto conviver com aquilo repetidamente pode passar a gostar?

A indústria de massa indica que sim. Quando um indivíduo é exposto com frequência a certo gosto, hábito, música ou moda, acaba por criar uma empatia ou compatibilidade com esta. Cientificamente o gosto é diferente em cada boca. As papilas gustativas de pessoas distintas percebem a mesma comida de maneira diferente, no entanto quase todo brasileiro gosta de feijão. Por outro lado, a cada dez dias o epitélio da língua substitui as papilas gustativas. Assim o gosto pode ser adestrado. Da mesma maneira com o gosto em geral, quando o indivíduo é recorrentemente sensibilizado, principalmente se há uma conjuntura emocional envolvida.

O que coloca Schneider é que “há, pois, uma transcendência no gosto para além das singularidades da sensibilidade individual; tal caráter transcendente, que de certo modo compõe e às vezes se opõe à sensibilidade merece ser investigado. Ele remete ao universal (o humano) e ao particular (o étnico, o nacional etc.)” (SCHNEIDER, 2015, p. 61). Ou seja, existem elementos para além da simples sensibilidade individual que contribuem para a formação do gosto.

Segundo Schneider, Marx enxergou que é a “prática dos sujeitos que atribui ao objeto uma dimensão humana, é a sua verdade, tanto sensível quanto intelectual, que lhe atribui *um*, não *o* sentido”. Schneider declara não aceitar a hipótese de uma teoria estética universal no tempo e no espaço e por isso coloca que, no que diz respeito aos juízos de gosto, “é na interação entre um objeto específico e um sujeito específico – sujeito histórico, munido de sensibilidade e razão,

ocupando um determinado *locus* social em um espaço geopolítico e em um momento histórico dados – que se estabelece não *a*, mas *uma* verdade” (SCHNEIDER, 2015, p. 63 e 64).

Há uma parcela do gosto que é pessoal, individual e que não é totalmente dependente de construção social, entretanto, este sujeito não pode ser descolado de sua historicidade, classe social, temporalidade e espaço geopolítico. Assim, não há um objeto com sentido absoluto nem uma verdade única, portanto não há um gosto único. Assim, como coloca Schneider, a racionalidade merece crédito, porém sem se pretender “universal” e reconhecendo sua historicidade. Não se pode, contudo, descartar as especificidades e razões dos objetos. A racionalidade e a sensibilidade devem ser levadas em conta ao analisar-se o gosto.

O conflito entre a racionalidade e a sensibilidade ou a sensualidade, segundo Schneider, no que diz respeito ao gosto, só não aconteceria na hipótese de o gosto individual estar de acordo com um padrão coletivo e que nenhum dos dois sejam confrontados com outro padrão. Na atualidade, o conflito entre o padrão individual e o padrão coletivo dos gostos é frequente, até mesmo em função da quantidade de exposição de padrões distintos, advindos de pessoas e culturas distintas, mas isso não suprime a influência cultural e social sobre o gosto individual. Um brasileiro pode ter a curiosidade de provar um churrasco de morcego ou um espeto de escorpião depois de vê-los em algum vídeo gastronômico na internet, contudo isso não vai suprimir sua cultural estranheza e muito menos a dos brasileiros ao seu redor.

Schneider atenta para este desconforto e evoca Lacan ao mencionar a necessidade do sujeito de, ao ter seu gosto pessoal confrontado, sentir a necessidade de ser reconhecido e a frustração de não sê-lo. Schneider ainda cita La Rochechefoucauld, “Ofende mais o nosso orgulho ataques aos nossos gostos do que as nossas opiniões” (SCHNEIDER, 2015, p. 66). Existe no ser humano uma necessidade de pertencimento. Em tempos de internet, os guetos dos gostos estão facilitados. Por mais bizarro que seja um gosto específico de um sujeito, no oceano da internet ele encontrará uma ilha com seus iguais. Isso de certa maneira apazigua a necessidade de reconhecimento e a sensação de possuir um gosto totalmente peculiar.

Mas então, porque algo desperta prazer em uns e em outros não? Porque determinada coisa é popular em um grupo e detestada por outro? Schneider aponta como uma das possíveis respostas a rede valorativa individual, tecida a partir de:

- 1) maior ou menor acesso do sujeito a um repertório simbólico comum e aos cânones da classe e/ou da fração de classe à qual ele pertence, bem como aos das classes ou frações de classe às quais ele não pertence, ambos os graus de acesso condicionados pela sua posição de classe; 2) as condições objetivas de apreensão (contexto da afecção) e reapreensão (novos contextos de apreensão), que têm como referência de afecção prazerosa – ou desprazerosa – o primeiro, apreensão esta que se busca reproduzir – ou não –, no esforço de carregar os novos contextos de significação e gozo equivalentes aos anteriores. Assim o

sujeito pode reproduzir o cânone – se o prazer que legitima lhe satisfizer e se não houver conflito entre sensibilidade e razão –, abandoná-lo ou opor-se a ele. (SCHNEIDER, 2015, p. 67 e 68).

A questão aqui é a exposição do sujeito aos objetos, de maneira positiva ou negativa, previamente determinadas por sua classe ou fração de classe. Assim, um indivíduo jovem, por exemplo, da classe *triplo A* brasileira, estará, muito possivelmente, mais exposto à ópera, à arquitetura histórica europeia, aos museus de arte, à alta-costura, à gastronomia internacional, à literatura de língua inglesa e francesa etc. do que um jovem da periferia. Contudo, com o advento das TICs, o jovem da periferia também pode acessar informação, fotos e vídeos destes objetos, apreciá-los ou desejá-los, e, mesmo na ausência das TICs, ele podia ir ao museu, à ópera no dia popular do Teatro Municipal, assistir um desfile de Lagerfeld na televisão ou ler um livro da literatura inglesa na Biblioteca pública. O que dificulta traçar um contorno nítido destes “cânones” na atualidade.

A questão é o quanto, quando e como esses dois jovens estarão expostos a estes objetos. A possibilidade do primeiro jovem ter crescido exposto a esse tipo de gosto e lhe ser ensinado que isso é bom é muito maior que do segundo. Por outro lado, o jovem da periferia estará, desde o início de sua vida, exposto ao samba, às vielas coloridas da favela, à moda do funk ostentação, à gastronomia popular, à arte da grafiteagem, à poesia do rap etc. Da mesma forma o primeiro jovem, mais cedo ou mais tarde, estará exposto aos gostos da periferia, mas com certeza já com algum juízo de valor pré-determinado, mas não imutável.

As duas culturas são riquíssimas, mas possuem, em cada classe, juízos de valor diferentes em relação à outra, bem como esta rede valorativa difere de região para região, de país para país, de geração para geração etc. Por isso Schneider aponta que para pensar o gosto “é importante levar também em conta as mediações que complexificam a divisão desigual de um repertório simbólico coletivo disponível e das condições objetivas de apreensão: formação, etnia, gênero, idade etc.” (SCHNEIDER, 2015, p. 68).

Além destes fatores há ainda a própria mercantilização do gosto. Primeiramente o registro, a documentação e reprodução das coisas era vinculado ao seu valor de uso. No caso da música, Schneider aponta que as companhias fonográficas se limitavam a registrar, produzir e pôr em circulação as músicas que as pessoas gostavam. Com o tempo e o crescimento da indústria fonográfica, as pessoas passaram a gostar do que esta indústria produzia, registrava, reproduzia e punha em circulação na mídia.

Schneider considera que a digitalização vem modificando este quadro, mas que a parceria entre a indústria fonográfica e as mídias permanece central no que tange à formação do gosto. Ele

acrescenta: “os órgãos vitais da indústria cultural – não baseiam suas operações em juízos de gosto, preocupados com valores de uso, mas em juízos contábeis, ocupados com valor de troca” (SCHNEIDER, 2015, p.69). Assim o que importa não é a propriedade de satisfazer um desejo ou prazer, mas sim a capacidade de “conversão de seu próprio valor de troca em capital [...] Deu-se, pois, uma inversão, e o gosto tornou-se matéria desta alquimia contábil” (SCHNEIDER, 2015, p.69).

O gosto passa então a ser ditado, ou pelo menos estimulado pelo capital. Sendo assim, Schneider conclui que, nos dias de hoje, os donos da indústria cultural e de comunicação detêm a hegemonia da mediação do gosto.

Podemos pensar no exemplo das novelas ditando a moda, as músicas, os cabelos, decoração etc. Nas diversas classes sociais, os espectadores das novelas tendem a replicar o estilo exibido em suas tramas. Isso sem levarmos em conta o merchandising cada vez mais explícito nos programas de TV e nas novelas, em um sistema push de publicidade.

Pensando na influência da urbanização nas questões do gosto, uma vez que pessoas de diversas áreas com culturas distintas se aglomeraram nas cidades, possibilitando por um lado a troca de gostos e influência do gosto de um grupo nos outros e por outro a morte de alguns gostos e culturas. Podemos também pensar na influência do ciber mundo em relação à formação do gosto.

Se por um lado há um contato, ainda maior que nas cidades, de culturas diferentes através do ciberespaço, por outro há a questão dos filtros, já colocada anteriormente, e a questão da hegemonia que sempre pretende se instalar. Há então neste espaço, como sempre vem sendo repetido neste texto, a potencialidade de abertura à contra hegemonia, mas também a pressão, bem forte, da hegemonia. Estas forças estão no mesmo espaço em uma tensão velada, mas claramente dominada pela hegemonia.

Os discursos hegemônicos dirigem-se às massas planetárias e possuem estratégias de discurso, pedagogia, sedução e persuasão. O contradiscurso, em geral, é demasiado local, circunstancial e por vezes não possui os atributos persuasivos e cativantes. Segundo Ramonet (2003) são características dos discursos das grandes empresas: a Retórica (um discurso rápido e impactante, que segue um modelo publicitário a fim de evitar o tédio), a simplicidade na construção (um discurso elementar em um vocabulário comum, com uma construção sintática e retórica que todo mundo pode entender, que se repete em todas as mídias de massa) e a utilização de elementos de espetacularização que se expressam através das emoções. Essas são táticas usadas com as crianças, por isso, Ramonet o qualifica como um discurso infantilizante.

Frequentemente a dificuldade da construção contra hegemônica está em fazer um discurso sedutor que se dirige às massas, e não somente a uma pequena minoria, sem ser um discurso

doutrinário, dogmático, um discurso de pura retórica, artificial. A dificuldade em ser atraente o suficiente para despertar o gosto.

Ramonet faz uma tentativa menos pessimista de olhar para esta questão, afirmando que o aumento no nível educacional no mundo vem se chocando com o nível midiático cada vez mais baixo. No momento em que essas duas realidades se cruzam aparece, cada vez mais, categorias sociais insatisfeitas com esse discurso infantilizante. Para Ramonet cada vez mais a audiência quer a verdade e, como cidadãos, querem tomar suas próprias decisões.

Abre-se então, na visão de Ramonet, uma brecha para os meios que fornecem informação séria, dados concretos e referências, que, segundo ele, estão conquistando cada vez mais audiência. O discurso alternativo, neste caso, não pode ser negligente, é preciso ter técnica. Apenas possuir a verdade não é o suficiente, ou qualquer discurso justo de uma classe oprimida sempre ganharia espaço na sociedade. Da mesma forma, para o autor, um discurso pretensioso e arrogante atrapalha a comunicação, afasta o interesse, não desperta o gosto e deprecia a cidadania.

O discurso comercial é puramente ideológico na medida em que trata de vender um modelo de vida. Ramonet alerta: “O intolerável é que nossa liberdade de cidadãos se veja constantemente limitada por esta agressão publicitária que sofremos quando estamos em contato com qualquer meio de comunicação ou simplesmente quando circulamos pela cidade, onde resta cada vez menos espaço público” (RAMONET, 2003, p.252).

Ramonet então propõe uma *ecologia da informação*, argumentando que, assim como o meio ambiente, a informação também está contaminada e é preciso descontaminá-la das mentiras e da ideologia atreladas a ela. Segundo Ramonet, as informações e as ideias não podem ser naturalizadas. “Todas as ideias podem ser defendidas, anunciadas, porém como ideias e não como uma coisa natural”; “é preciso igualmente descontaminar de publicidade, do ponto de vista ideológico, o meio que nos cerca” (RAMONET, 2003, p.252).

Chegamos aqui ao ponto de interesse deste texto. Como despertar o gosto por uma informação contra hegemônica? Ou ainda, como despertar o gosto por uma informação que não é comercial? Como “furar” os filtros? São perguntas que não estão respondidas neste texto, cuja pretensão é justamente abordar a necessidade da busca por estas respostas, para que a ciência possa então poder contribuir mais facilmente para a formação do gosto pela informação e para construção do conhecimento, através de uma informação que consiga despertar este gosto pelo saber.

## 7.2 Lançar luz na escuridão ou despertar o interesse?

Gasque indica um caminho sobre o que pode despertar o interesse quando trata do pensamento reflexivo, que é “considerado a melhor forma de pensar [e] consiste em examinar mentalmente um assunto ou questão, avaliando as ideias que se apresentam para se chegar à conclusão”. Cada ideia produz a seguinte apoiada na antecessora. Para Gasque o “resultado decorre de um movimento teleológico, que aspira chegar a uma conclusão, por meio de um esforço consciente e voluntário”. (GASQUE, 2012, p. 59)

Esse tipo de pensamento é orientado para a solução de problemas e abrange duas fases definidas: estado de dúvida – que origina o ato de pensar – e a busca por informação – que resolve a dúvida. Os dados para esta solução podem vir da busca por informações e das próprias experiências. Para Gasque, “a característica principal do pensamento reflexivo é a ação e disposição para investigação” (GASQUE, 2012, p. 60). Aqui está a primeira pista de como despertar o interesse – a partir dos problemas e dúvidas.

O ato de pensar possibilita, também, o próprio aperfeiçoamento e enriquece os fenômenos e objetos atribuindo-lhes sentido. A reflexão permite desenvolver a capacidade de compreender profundamente um assunto pela investigação metódica e sistemática das coisas e as relações envolvidas nos fenômenos. (GASQUE, 2012, p. 60)

Provocar a reflexão instigando a curiosidade e despertando o interesse através de possíveis soluções para questões é um caminho para o exercício do pensamento reflexivo. Esse caminho, segundo Gasque, “liberta a pessoa das simples sensações e percepções iniciais, pois possibilita o aprofundamento sobre a questão a ser investigada”. Contudo, a autora adverte que “mesmo a reflexão pode culminar em erros e enganos”, quando não se possui uma visão ampla e compreensiva do todo ou se é demasiadamente influenciado pela própria cultura. “Portanto, não basta o conhecimento das melhores formas de pensar para poder aperfeiçoá-lo, assim como não há uma rotina de exercícios organizados para pensar corretamente cuja execução repetida faça de alguém um bom pensador” (GASQUE, 2012, p. 60 – 61).

É o exercício constante da busca por informações de uma maneira crítica que amplia a experiência e a visão mais ampla e consciente.

Dessa maneira, o problema do método na formação de hábitos para reflexão está, inicialmente, em estabelecer as condições que despertem a curiosidade, como também preparar, a partir das coisas experimentadas, as conexões geradoras do fluxo de sugestões que, problematizadas, favorecem a consecução progressiva das ideias. (GASQUE, 2012, p. 61)

Gasque está o tempo todo discutindo a questão da competência em informação e sugere, em seu livro, maneiras de fomentar esta competência. Nesse pequeno trecho acima se destacam várias



questões primordiais para o sucesso na competência em informação – **estabelecer as condições que despertem a curiosidade, preparar conexões do fluxo de sugestões, problematizar**. Aqui fica clara uma sucessão de atitudes necessárias para que o indivíduo se engaje na busca por informação, primeiro despertando a curiosidade e depois encadeando sugestões que o mantenham na busca por informação e conhecimento, porém problematizando, ou seja, dando a chance para que o sujeito desenvolva a crítica sobre o que está recebendo de informação.

Gasque ainda sublinha a dialética disciplina/liberdade na construção do conhecimento e importantíssimas para uma educação eficiente, crítica e criativa, seja ela formal ou informal.

A educação deve propiciar a emergência da disciplina e da liberdade. A disciplina refere-se ao controle, avaliação e verificação dos meios necessários para atingir os fins. A liberdade é a ação do sujeito na interação com o mundo, sem a necessidade de tutela exterior, sendo conquistada pela superação dos obstáculos, moderação dos apetites, controle circunstancial e pelo domínio dos impulsos. Nesses termos, a liberdade é um processo intelectual. (GASQUE, 2012, p. 63)

Gasque afirma que “a busca e o uso da informação são ações integrantes da aprendizagem” e que a construção do pensamento se dá “na interação das novas informações com o conhecimento prévio e experiências humanas”. Assim, segundo Gasque, “quanto mais experiência as pessoas adquirem com o manejo da informação, maior o impacto no conhecimento produzido”. Para Gasque o homem precisa ter consciência de que as modificações ou transformações advindas da ciência são inseparáveis do ser, da mente do homem, parte do corpo humano, para que esse torne “responsável eticamente pelo ciclo de produção científica. Isso significa que o ser humano é o que é por viver nesse mundo. Um mundo diferente certamente o transformará em um ser diferente” (GASQUE, 2012, p. 69).

Gasque pontua que quando o ser humano se depara com um problema, busca orientação em experiências similares, para então adquirir novo conhecimento. É das experiências passadas que o conhecimento emerge ao conectar-se com experiências passadas, armazenadas na memória, que por sua vez “oferece conhecimentos úteis que originam as ideias”. Para Gasque, é a experiência que possibilita a interferência através da sugestão do que é visto e lembrado. “Isso depende primeiro da experiência pessoal e, conseqüentemente, do estado geral de cultura da época” (GASQUE, 2012, p. 74).

Desta feita, o aprendizado é associado com a memória para então tornar-se produtivo.

Em um estudo com aprendizes da High School Seniors, Louise Limberg (1999) identifica a relação entre a busca e o uso da informação com os resultados da aprendizagem, em que a quantidade de informações de qualidade e pontos de vista diferenciados possibilita melhores resultados. A pesquisadora constata que a busca da informação se processa dependentemente do conteúdo da informação. Em última análise, o estudo reflete a importância da construção de experiências para ampliação e aprofundamento da

competência em informação.(GASQUE, 2012, p.76)

Fica claro que a construção de conhecimento através da experiência é essencial para a competência em informação, e que a busca e o uso da informação de qualidade, diferenciada, possibilita melhores resultados, sugerindo a interligação e retroalimentação do conhecimento pela competência em informação em um ciclo constante, no qual quem ganha é o conhecimento.

Gasque ainda levanta a questão da competência em informação ao destacar que a experiência na busca e no uso da informação é importante, uma vez que as pessoas tendem a buscar inicialmente canais ou fontes de informação mais próximos, ainda que, ocasionalmente, em detrimento de sua qualidade. Gasque então pergunta: “por que as pessoas usam mais especificamente um tipo de fonte ou canal de informação? Por que as pessoas usam pouco as bibliotecas? Por que a percepção que as pessoas possuem do próprio conhecimento influencia o processo de busca de informação?”

Ao que responde, que “de uma forma ou de outra, a experiência está envolvida tanto no sentido daquilo que foi vivido quanto no que será vivenciado pelo indivíduo. Os seres humanos são conduzidos por objetivos que, de alguma forma, relacionam-se à busca e ao uso de informações” (GASQUE, 2012, p. 77). Contudo, há uma defasagem no que diz respeito à competência em informação. Essa defasagem diz respeito à capacitação para buscar, organizar e sistematizar o conhecimento. Embora os indivíduos procurem respostas para problemas ou dúvidas vivenciadas, comumente não sabem onde procurar as respostas nem como organizar as informações. A ausência de capacitação para a sistematização da informação os afasta do engajamento nas atividades de busca e uso da informação.

O conhecimento da necessidade de informação permite compreender por que as pessoas se envolvem num processo de busca de informação. Exigência oriunda da vida social, exigência de saber, de comunicação, a necessidade de informação se diferencia das necessidades físicas, que se originam de exigências resultantes da natureza, como dormir, comer, etc.

O que leva uma pessoa a procurar informação? A existência de um problema a resolver, de um objetivo a atingir e a constatação de um estado anômalo de conhecimento, insuficiente ou inadequado. A necessidade de informação pareceria pertencer então à categoria das necessidades humanas básicas. O fato, porém, de não ser partilhada igualmente por todos os seres humanos nos leva a questionar sobre sua verdadeira condição:

- existe uma necessidade de informação bem definida, como as necessidades físicas, e que pode ser considerada em si mesma uma necessidade fundamental?
- ou a necessidade de informação é uma necessidade derivada que serviria à realização de outros tipos de necessidades? (LE COADIC, 1996, p. 39-40)

Le Coadic vai defender que a C.I. tradicionalmente possui enfoque no usuário, que chega ao sistema de informação com uma necessidade de informação mais ou menos bem especificada, assim o sistema sacia esta necessidade fundamental, como se o status da informação fosse uma necessidade física. Contudo, para Le Coadic, trata-se de uma necessidade derivada, uma vez que

uma parcela grande de pessoas jamais utiliza um sistema de informação, sequer chegam a ser usuárias. Assim, “a necessidade de informação, quando existe, é uma necessidade derivada, exigida para a realização de uma necessidade mais fundamental” (LE COADIC, 1996, p. 41).

Le Coadic (1996) então classifica a necessidade de informação em dois tipos: a necessidade de informação em função do conhecimento (derivada do desejo do saber, da paixão e pulsão de conhecer) e a necessidade de informação em função da ação (derivada de necessidades materiais exigidas para a realização de atividades humanas, profissionais e pessoais).

Estas distinções de Le Coadic, além de corroborarem o que diz Gasque, nos auxiliam a pensar em como desenvolver o gosto pela informação. No primeiro tipo de necessidade de informação, pressupõe-se um interesse que já foi despertado; no segundo, a necessidade da informação vem de situações cotidianas e práticas que geram a necessidade da busca por informação. Se a organização e a disponibilização da informação for pensada pela C.I. não só para satisfazer essa necessidade primária em função da ação, mas utilizá-la como gancho para despertar o gosto por mais informação, pode-se estar construindo uma estrada para a competência em informação, em função da própria busca pela informação, ainda que a busca original não tenha sido fomentada pelo gosto.

Romanelli e Schneider (2014), ao escreverem sobre divulgação científica, também trilham o caminho do despertar do gosto, levando em consideração as disputas de poder tanto entre os produtores de informação científica, quanto as pressões econômicas e políticas que atuam sobre o campo científico e a necessidade da incorporação da dimensão ético-política da ciência, e, por consequência, da informação.

Em relação ao gosto, Romanelli e Schneider colocam a necessidade de se “entender a complexidade do processo pedagógico e infocomunicacional, para além da imagem reduzida de transmissão de conhecimento”, o que envolve “a compreensão do momento da recepção como momento de (co)produção de sentido” (ROMANELLI; SCHNEIDER, 2014, p.30). O contexto político, social e cultural do receptor precisam ser conhecidos a fim de que a informação alcance o receptor de maneira palatável, para que colabore com a organização e a sistematização de seus pensamentos, memória e conhecimentos, para então construir o novo conhecimento.

Para tanto, uma articulação dos Estudos Culturais, com sua ênfase nas mediações culturais que fazem da recepção um momento ativo do processo infocomunicacional, com noções de economia política da educação e da mídia, capazes de esclarecer tanto as determinações político-econômicas que interferem na legitimação de determinados saberes em detrimento de outros, quanto na distribuição desigual do acesso ao conhecimento, são muito bem-vindas (ROMANELLI; SCHNEIDER, 2014, p.31).

Romanelli e Schneider enfocam aqui a importância de levar em consideração estes fatores e

ainda sublinham, recordando a perspectiva de Ramonet (2003): “é necessário saber comunicá-la [a informação científica] ao público leigo de um modo ao mesmo tempo compreensível, fiel ao discurso original e capaz de despertar sua curiosidade e seu interesse, sem empregar o discurso infantilizante que predomina na mídia” (ROMANELLI; SCHNEIDER, 2014, p.31).

Embora Romanelli e Schneider estejam tratando da divulgação científica, estes aspectos são relevantes para a informação em geral, no que concerne ao despertar do interesse.

Uma das questões levantadas é que há uma “orquestração objetiva dos esquemas práticos que são inculcados e cuja familiarização constitui o fundamento do consenso sobre os problemas”. Deste modo, os mecanismos institucionais asseguram a seleção social e escolar de quem poderá, ou não, ingressar no campo científico. Os que são selecionados são os que mais tarde produzirão informação acadêmica e científica, muitas vezes de maneira independente das demandas sociais, pois nem sempre lhes interessa servi-la, como colocam Romanelli e Schneider.

Os autores lembram Mênon, diálogo de Platão, “centrado na discussão em torno da natureza da virtude e na possibilidade de ser ensinada”, no qual “Sócrates já problematiza a relação entre ensino e sabedoria, conhecimento, ciência, verdade, opinião, experiência etc.” (ROMANELLI; SCHNEIDER, 2014, p. 43).

[...] a relação entre quem detém “conhecimento” e quem possui somente “opinião” deve calcar-se em um processo dialógico, no qual se trata antes de ativar e sistematizar um saber em grande parte preexistente do que de iluminar as trevas. Em outras palavras, trata-se de impregnar o senso comum, tendencialmente propenso à reprodução, ao imediatismo, ao utilitarismo (ver Heller, 2004), de questionamento, de senso crítico. Trata-se, portanto, não de “transferir” pensamentos unilateralmente, mas de estimular o refinamento do próprio pensar, para além das aparências e da tradição (ROMANELLI; SCHNEIDER, 2014, p. 43-44).

Para Romanelli e Schneider, a questão não é exterminar a hierarquia do conhecimento, mas se a ciência é “a última etapa do desenvolvimento mental humano”, ela não acontece sem seu ponto de partida – a experiência, e, “citando Kant, em sua Crítica da Razão Pura: um objeto só é conhecido pelo ser humano se este tiver produzido uma unidade sintética na multiplicidade da intuição” (ROMANELLI; SCHNEIDER, 2014, p. 44).

Romanelli e Schneider colocam que o mundo objetivo precede o mundo científico, que este mundo já possuía organização e que “a consciência social do homem depende de um ato duplo através do qual ele se identifica e se discrimina. Só podendo encontrar a si mesmo tomando consciência de sua individualidade, ele, no entanto, só o faz no convívio social” (ROMANELLI; SCHNEIDER, 2014, p. 45). Neste convívio a cultura se desenvolve, existindo assim uma tensão entre estabilização e evolução. Todos os âmbitos da vida cultural encontram-se entre as polaridades preservar as formas antigas e produzir novas formas.

Assim, articulando esse pensamento ao de Gasque e Le Coadic, demonstra-se que a articulação entre a experiência e o científico, entre o individual e o coletivo, o antigo e o novo, podem colaborar com o despertar do interesse e, por consequência, com a competência em informação. E como ressaltam Romanelli e Schneider, “há que se partir da opinião, dos saberes instáveis e assistemáticos, há que se mapear a experiência, para, com esse material, confrontado com o conhecimento científico sobre o mesmo universo de referências, atuar sobre esses saberes e experiências, no sentido de provocar espanto e interesse” (ROMANELLI; SCHNEIDER, 2014, p. 45).

Romanelli e Schneider ainda evocam a importância da paixão e da liberdade de transmissão do conhecimento como uma questão central. A informação deve levar em conta uma ação pedagógica, cuja

[...] função essencial, mais do que transmitir conteúdos, é estimular o desejo, o gosto pelo conhecimento. Por isso toda educação é necessariamente uma educação do gosto, já que o gosto, considerando a etimologia do termo (Agamben, 1992), é, ao mesmo tempo, expressão de sabor (prazer ou desprazer) e saber (conhecimento ou ignorância) (ROMANELLI; SCHNEIDER, 2014, p. 46).

E para despertar o gosto, Romanelli e Schneider citam Paty (2004), que fala do desafio de despertar no outro a paixão pelo conhecimento intelectual. Desafio este que, segundo Romanelli e Schneider, deve levar em consideração as dificuldades suscitadas por uma sociedade dividida em classes, que não possuem acesso igual às informações, conhecimento e prazer, muito menos ao capital cultural e escolar. Além destes entraves econômicos e sociais, enfrenta-se ainda a dissociação entre conhecimento e prazer; mais que isso, conhecimento e prazer nos são apresentados como antagônicos.

A tradição autoritária – ainda que “liberal”, na aparência – da educação formal nas sociedades contemporâneas reproduz e reforça tanto a cisão das diversas classes sociais como esta outra, entre prazer e conhecimento, opondo-os, e idolatrando o saber somente em sua variante positiva, instrumental (PARO, 2001), acrítica, como qualificação profissional para o mercado, isto é, como preparação para a subordinação do trabalho ao capital. Temos então, no conjunto, além de uma apropriação socialmente desigual dos objetos de prazer e conhecimento, uma cisão entre sabor e saber, e ainda uma desqualificação das formas de prazer desvinculadas do consumo, bem como das variantes não instrumentais do conhecimento. O prazer é, assim, banido para a esfera do “tempo livre” – fora do ensino e fora do trabalho, que, portanto, não são livres – do qual se ocupa, como um agente ou aparelho classificador, legislador, (auto) legitimador, indutor, a indústria cultural (ROMANELLI; SCHNEIDER, 2014, p. 48).

Essa dissociação torna ainda mais difícil despertar o interesse e o gosto pela informação e pelo conhecimento. Mas então como? Paulo Freire, há mais de 50 anos, já apontava caminhos. Estes caminhos foram muito discutidos e pouco aplicados, seja na educação, sua principal área de atuação, seja na sociedade, que ele pretendia alcançar. Hoje, vivenciando a sociedade da educação,

começamos a resgatar este e outros autores que propunham uma educação mais dialógica, um conhecimento compartilhado.

Logo na primeira frase da parte intitulada *Esclarecimento*, em seu livro “Educação como prática da liberdade”, Freire escreve: “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio” (FREIRE, 1967, p. 35). E segue com um trecho tremendamente contemporâneo, embora tratasse de uma fase específica do Brasil em 1967.

Foi uma tentativa de resposta aos desafios contidos nesta passagem que fazia a sociedade. Desde logo, qualquer busca de resposta a estes desafios implicaria, necessariamente, numa opção. Opção por esse ontem, que significava uma sociedade sem povo, comandada por uma “elite” superposta a seu mundo, alienada, em que o homem simples, minimizado e sem consciência desta minimização, era mais “coisa” que homem mesmo, ou opção pelo Amanhã. Por uma nova sociedade, que, sendo sujeito de si mesma, tivesse no homem e no povo sujeitos de sua História. Opção por uma sociedade parcialmente independente ou opção por uma sociedade que se “descolonizasse” cada vez mais. Que cada vez mais cortasse as correntes que a faziam e fazem permanecer como objeto de outras, que lhe são sujeitos. Este é o dilema básico, que se apresenta, hoje, de forma iniludível, aos países subdesenvolvidos — ao Terceiro Mundo. A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito. (FREIRE, 1967, p. 35).

Se em 1967, já havia o desafio da passagem, hoje, o desafio continua, mas com outras constituições e faces de um capitalismo que engoliu o mundo e as vidas. A opção pelo ontem ou pelo amanhã continua, a “elite” continua a comandar uma sociedade alienada e a informação circulante nos meios de comunicação continua reforçando a alienação e coisificando as pessoas e a vida. Quando pensamos em cidadania ampliada, pensamos em uma sociedade mais independente, mais participativa, que não seja objeto de outras sociedades.

Hoje o Brasil não é mais visto como Terceiro Mundo, é emergente, é potência, mas a educação continua posta de lado dentro e fora das escolas. Freire propõe uma educação para a liberdade que construísse um homem-sujeito, um homem capaz de ser competente, crítico e cidadão. Parece um bom caminho a ser trilhado.

Freire se preocupa com a “ampla conscientização das massas brasileiras, através de uma educação que as colocasse numa postura de auto-reflexão e de reflexão sobre seu tempo e seu espaço” (FREIRE, 1967, p. 36). Para Freire a “elevação do pensamento das massas”, a politização e conscientização resultariam na inserção na história como autores e não expectadores. E sabia ele que não seria tarefa fácil, pois estaria contra as forças hegemônicas que lutavam para conservar a alienação.

Sobre as forças que pretendem manter esta ordem Freire escreveu:

[...] elas é que massificam, na medida em que domesticam e endemoniadamente se “apoderam” das camadas mais ingênuas da sociedade. Na medida em que deixam em cada homem a sombra da opressão que o esmaga. Expulsar esta sombra pela conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente liberadora e por isto respeitadora do homem como pessoa. (FREIRE, 1967, p. 36-37).

Este início apaixonado desvela o que este texto vem costurando com os autores a respeito da necessidade de romper as barreiras hegemônicas, buscando despertar o gosto pela informação a fim de construir uma competência crítica em informação para uma cidadania ampliada. Para esse despertar é preciso algo de paixão. Vamos com Freire às questões do despertar do gosto pela informação e da construção e compartilhamento do conhecimento.

Segundo Freire a esfera humana guarda conotações de pluralidade, transcendência, criticidade, consequência e temporalidade. É plural na medida que se relaciona com o outro e com o mundo de maneira diversa e adaptável. É naturalmente crítica, pela “captação que faz dos dados objetivos de sua realidade, como dos laços que prendem um dado a outro, ou um fato a outro”, e por isso, “reflexiva e não reflexa, como seria na esfera dos contatos” (FREIRE, 1967, p. 40). O homem, segundo Freire, é o único ser capaz de transcender. É conscientemente temporal porque o homem tem consciência da dimensão de tempo e de sua historicidade. Todas estas características devem ser levadas em consideração quando se trata de despertar o interesse pela informação.

Freire ressalta que é necessário um processo educacional que propicie ao povo pensar e discutir sobre seu próprio poder de reflexão. Uma educação que tivesse instrumentalidade, que desenvolvendo esse poder de reflexão, explicitando suas potencialidades, desencadeando a capacidade de opção. Está aí o cerne da questão da competência crítica em informação, que desperta o interesse pelo conhecimento e dá ao indivíduo o poder de escolha ante as informações e o uso delas. Não com uma visão adestradora ou superior, mas com a preocupação de desenvolver o usuário, ainda que este escolha um caminho oposto ao que se esperava, porém consciente de sua escolha.

Freire se preocupa com a análise dos diversos graus de compreensão da realidade de acordo com o condicionamento cultural de cada indivíduo ou grupo de indivíduos. Quando o indivíduo amplia seu poder de captação e de resposta às sugestões e questões do seu entorno, aumentando o seu poder de diálogo, não só com o outro homem, mas com o seu mundo, ele se expande para além da simples esfera vital. Essa condição dialógica remete o homem a uma relação ativa com sua vida, com a informação e com o conhecimento.

A essa transição, de um “tempo” para outro, Freire chama de transitividade. Para Freire, a transitividade crítica é aquela que é alcançada com um processo educacional dialogal e ativo, voltado para a responsabilidade social e política. Essa transitividade crítica se caracteriza

[...] pela profundidade na interpretação dos problemas. Pela substituição de explicações mágicas por princípios causais. Por procurar testar os “achados” e se dispor sempre a revisões. Por despir-se ao máximo de preconceitos na análise dos problemas e, na sua apreensão, esforçar-se por evitar deformações. Por negar a transferência da responsabilidade. Pela recusa a posições quietistas. Por segurança na argumentação. Pela prática do diálogo e não da polêmica. Pela receptividade ao novo, não apenas porque novo e pela não-recusa ao velho, só porque velho, mas pela aceitação de ambos, enquanto válidos. Por se inclinar sempre a arguições. (FREIRE, 1967, p. 60)

Embora Freire esteja aqui falando de uma posição política em um outro tempo de mudanças no Brasil, as características que ele atribui à transitividade são adequadas à crítica inserida na competência em informação. Pois é importante que a competência não seja apenas técnica ou instrumental, mas que ela seja profunda na interpretação de problemas, uma vez que eles são a mola propulsora da curiosidade e da busca da informação, como já vimos anteriormente. Que a competência seja crítica em não buscar informações e soluções mágicas, mas informações e soluções causais, embasadas e revistas. Uma competência que busque despir-se de preconceitos na análise e apreensão dos problemas, e evite deformações na informação. Uma competência em informação que seja responsável e que recuse a acomodação, dialógica, aberta e ávida pelo novo, mas que conheça o velho e aceite ambos quando válidos e que sempre questione.

Quando a competência crítica em informação é um processo em andamento, o conhecimento deste indivíduo se constrói de uma maneira também crítica e conseqüentemente mais embasada. Além disso, cada vez mais se desenvolve a curiosidade por mais informação e a informação que ele produz e reproduz, conseqüentemente, tem mais qualidade.

Essa não é uma construção massificadora, mas construtiva e dialógica, que proporciona um crescimento progressivo e multiplicador do conhecimento neste indivíduo. Freire propõe como solução à alienação massificante uma educação crítica e criticizadora. Uma “reforma que atingisse a própria organização e o próprio trabalho educacional em outras instituições ultrapassando os limites mesmos das estritamente pedagógicas. Necessitávamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” (FREIRE, 1967, p. 88).

Mais uma vez a proposta da competência crítica em informação para a cidadania encontra embasamento nas bases de uma educação crítica e para a cidadania apregoada por Paulo Freire:

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos (FREIRE, 1967, p. 90).

É possível transpor o que Freire escreve sobre educação, em corroboração ao que antes foi



colocado quando citados Gasque, Le Coadic e Bezerra, sobre a competência crítica em informação, acrescentando à discussão aqui proposta. Do mesmo jeito que Freire coloca que uma educação diferenciada poderia possibilitar uma discussão corajosa de sua problemática e sua inserção nesta problemática, a fim de lutar por si e por seu coletivo, sempre em diálogo com o outro, de maneira crítica e não subjugado à prescrições alheias, a competência crítica em informação pode colaborar para a construção de um cidadão consciente e mais ativo, mais auto-mobilizado e conseqüentemente mais socialmente mobilizado.

Freire ainda acrescenta uma crítica a um descompasso na civilização tecnológica, na qual o homem possui uma certa rigidez mental, massificando-se, e deixando de assumir uma postura conscientemente crítica diante da vida. “Excluído da órbita das decisões, cada vez mais adstritas a pequenas minorias, é comandado pelos meios de publicidade, a tal ponto que em nada confia ou acredita, se não ouviu no rádio, na televisão ou se não leu nos jornais” (FREIRE, 1967, p. 90-91).

Em 1967 Freire reconhecia esse homem sujeito às informações veiculadas na mídia hegemônica como absoluta verdade. Contudo hoje vivemos um momento em que a informação circula nas redes e passa a “ser verdade” para alguns, sem nenhuma preocupação com a legitimidade ou fonte de tais informações. Uma frase coloquial nos nossos dias, dita com crença cega por alguns e sarcasmo por outros, é “Se está na internet é verdade!” Algo mais assustador ainda que os jornais, televisão ou rádio da época deste texto de Freire, por seu alcance e velocidade muito maiores, mas também pela ausência de uma responsabilidade pela propagação e geração da informação. Quase qualquer coisa colocada na rede digital com certa competência publicitária ou apelo emocional (humor, ridículo, exagero, desgraça, alarmismo etc.), mesmo quando bem disfarçada e não necessariamente profissional, se replica e espalha com uma velocidade incrível, muitas vezes suscitando apreensão, como no caso do “bicho do feijão”,<sup>18</sup> supostamente embasado por alguém da área da saúde e depois desmentido.

Há ainda outro elemento na proposta de Freire que é interessante para a competência crítica em informação – a construção de uma competência que leve o indivíduo a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço, e a intimidade com eles; a pesquisa pela informação em lugar da mera replicação e repetição de informações desconectadas da sua realidade. Quando o indivíduo se identifica com a informação, se maravilha com ela, ela lhe desperta o gosto e a fome

<sup>18</sup> Memes no *Facebook* e mensagens no aplicativo de telefonia móvel conhecido como *whatsapp* circularam alertando sobre o risco de ingestão de feijão contaminado com um bicho e que teria matado 10 pessoas em São Paulo. Disponível em: <<http://www.e-farsas.com/feijao-contaminado-com-bichinho-matou-10-em-sp.html>>. Acesso em: 5 nov. 2015, (já explica que é farsa)  
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=64YMCS1zBFc>>. Acesso em: 5 nov. 2015(áudio original que circulou no *whats app*, dizendo que o anúncio vinha da cunhada que trabalhava no hospital)  
Disponível em: <<http://www.emaisgoias.com.br/2015-09-24/brasil/noticias/brasil/farsa-alerta-em-rede-social-aponta-para-riscos-de-doenca-de-chagas-no-feijao>>. Acesso em: 5 nov. 2015 (explicando a farsa)

por mais informação. Esse indivíduo então não apenas replica informação ou a utiliza para fabricar, ou seja para mera aplicação instrumental, mas maravilhando-se com a informação modifica sua postura diante dos problemas de seu tempo. A informação da vitalidade ao invés daquela que insiste na transmissão de ideias inertes, aquelas que a mente recebe e não utiliza, verifica ou transforma.

Uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço. A da intimidade com eles. A da pesquisa ao invés da mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida. A educação do “eu me maravilho” e não apenas do “eu fabrico”. (FREIRE, 1967, p. 93).

Freire, assim como Schneider, coloca, a seu modo, a importância do gosto, da paixão, para o interesse, apreensão e construção do conhecimento. Um cidadão que pesquisa com vitalidade e não que simplesmente recebe a informação de maneira inerte, sem utilizá-la, verificá-la ou transformá-la em novas informações.

A competência crítica em informação é fomentada pelo despertar do gosto, então o indivíduo não pensa mais na educação ou na informação como eu fabrico, mas como eu me maravilho. Em consequência disso, se apropria das informações para se apropriar também de sua vida e dos problemas de sua sociedade passando a participar de maneira cidadã.

Freire evoca a necessidade de uma teoria viva que contempla, “que implica numa inserção na realidade, num contato analítico com o existente, para comprová-lo, para vivê-lo e vivê-lo plenamente, praticamente” (FREIRE, 1967, p. 93). Essa teoria deve estar atrelada a uma educação vinculada à vida e à realidade, ativa, na qual “o educando ganhe a experiência do fazer”(FREIRE, 1967, p. 95), sendo possível assim desenvolver no indivíduo “a criticidade de sua consciência, indispensável à nossa democratização”. Para Freire não há verdadeira democracia sem crítica. (FREIRE, 1967, p. 95). Poderíamos dizer o mesmo da cidadania.

Quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável, em regra. Tanto mais democrático, quanto mais ligado às condições de sua circunstância. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o conhecimento crítico de sua realidade, pela participação nela, pela sua intimidade com ela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encará-la. A formas ingênuas de percebê-la. A formas verbosas de representá-la. Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos. (FREIRE, 1967, p. 96)

As características, prerrogativas e lacunas na educação, suscitados por Freire, são muito propriamente aplicáveis à informação e principalmente a uma informação que se propõe colaboradora da construção de uma cidadania ampliada. Há uma aproximação de sua proposta de mudança na educação formal e dos motivos e motivações de Freire, com a realidade da tramitação da informação e da capacidade da internet como meio de educação informal.. Daí a estreita aproximação do letramento de Freire com a competência em informação da C.I., na companhia

imprescindível da crítica. “À nossa cultura fixada na palavra corresponde a nossa inexperiência do diálogo, da investigação, da pesquisa, que, por sua vez, estão intimamente ligados à criticidade, nota fundamental da mentalidade democrática” (FREIRE, 1967, p. 96).

Freire percebeu que havia nas comunidades urbanas mais apetência pela educação em contraste com uma inapetência nas comunidades rurais. Segundo ele, essa apetência estaria intimamente ligada ao momento de transição e à consciência desta transição, mais evidente e acessível nos meios urbanos que rurais. “Estávamos convencidos, com Mannheim, de que 'à medida em que os processos de democratização se fazem gerais, se faz também cada vez mais difícil deixar que as massas permaneçam em seu estado de ignorância” (FREIRE, 1967, p. 102).

Freire coloca, e concordamos com ele, que a informação compartilhada, aquela que não é apenas impingida verticalmente sobre os cidadãos, mas aquela que se constrói a partir também de suas necessidades, curiosidades e gostos, é exatamente a informação com capacidade de causar mudanças, participação crítica, de despertar o gosto e de forjar o caminho para mais informação competente e crítica.

Freire aponta um caminho que pode ser adaptado para as redes sociais e para as informações. Em sua experiência criou dois grupos para a educação de adultos, neste caso ligada à alfabetização: o “Círculo de Cultura” e o “Centro de Cultura”. O primeiro para debates, o segundo para conscientização cultural.

No primeiro eram instituídos debates a partir das demandas suscitadas nos próprios grupos a respeito de problemas que gostariam de debater, acrescidos de uns tantos outros pertinentes aos assuntos e debatidos de maneira dialógica com “ajudas visuais”, segundo Freire, gerando resultados surpreendentes.

Em lugar de professor, com tradições fortemente “doadoras”, o Coordenador de Debates. Em lugar de aula discursiva, o diálogo. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante de grupo. Em lugar dos “pontos” e de programas alienados, programação compacta, “reduzida” e “codificada” em unidades de aprendizado. (FREIRE, 1967, p. 103)

Embora Freire esteja voltado à alfabetização, essa relação mais dialógica que busca interlocução com seu público-alvo e utiliza suas curiosidades para desenvolver o gosto pela busca de conhecimento, parece um bom caminho para qualquer informação que se pretenda anti hegemônica ou construtora de um conhecimento que seja crítico, transformador e produtivo.

Ninguém ignora tudo. Ninguém tudo sabe. A absolutização da ignorância, ademais de ser a manifestação de uma consciência ingênua da ignorância e do saber, é instrumento de que se serve a consciência dominadora para a manipulação dos chamados “incultos”. Dos “absolutamente ignorantes” que, “incapazes de dirigir-se”, necessitam da “orientação”, da “direção”, da “condução” dos que se consideram a si mesmos “cultos e superiores”. (FREIRE, 1967, p. 104 – 105.)

A consciência crítica, de acordo com Freire, é integrada à realidade, “é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais”. Para Freire, a toda consciência crítica corresponde, cedo ou tarde, uma ação. “Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age” (FREIRE, 1967, p. 105). A natureza da ação corresponde à da compreensão, se uma é crítica a outra também será. É preciso então colaborar com a organização reflexiva e crítica do pensamento.

### 7.3 Ética, cidadania e informação

Discutir a ética necessária à propagação da informação, relacionando-a à influência do poder hegemônico, político e comercial envolvidos direta ou indiretamente na produção da informação, torna-se uma questão importante para a C.I. Pensar na informação como parte importante da construção e conscientização da cidadania e do que é realmente ser cidadão é necessário ao cidadão e ao acadêmico, ainda mais quando a questão é a cidadania ampliada, ou seja, aquela que extrapola as questões jurídicas e alcança as questões sociais.

[...] a Ética trata/estuda o que é bom para o indivíduo e para a sociedade, tendo em vista qual a natureza dos deveres na interação pessoa e sociedade; a Moral é o conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes e valores que guiam a conduta do indivíduo dentro do seu grupo social. A Moral é normativa, enquanto a Ética é teórica, procurando explicar e justificar os costumes de uma sociedade, bem como ajudar na resolução dos seus dilemas mais comuns. E, se é possível distinguir Ética de Moral, mais fácil e necessário se torna distingui-la da lei, embora esta tenha por base, natural e frequentemente, princípios éticos. Decorre, desta distinção, outra, que é subsequente: Ética não é deontologia e muito menos código deontológico, mas este será tanto melhor e oportuno, quanto mais e fundas raízes tiver na Ética. (SILVA, 2010, p. 108)

Gustavo Freire afirma que vivemos em uma época que exige uma plasticidade interativa da racionalidade, necessária para que enfrentemos “o universo das novas questões éticas, políticas e legais que se acumulam diariamente nas práticas científicas, empresariais, sociais e governamentais, na vida pública e na vida privada” (FREIRE, 2010, p.6). No âmbito da ética informacional, mais especificamente no que tange à gestão e transferência de inovação, o autor destaca ainda que se trata de processos conduzidos por agentes provenientes de culturas discursivas distintas. Por essa razão, “não haveria, em uma cultura progressivamente digital, um conceito eficaz de gestão da inovação – ou de gestão tout court – sem uma ética que Rafael Capurro chama ética intercultural da

informação” (FREIRE, 2010, p.6).<sup>19</sup>

Desta feita, discutir a ética da informação torna-se algo importante e inerente às questões de construção, trânsito, transferência e difusão da informação. Diante de novos sistemas e tecnologias de informação, novas questões morais se apresentam e faz-se necessário ser sensível nesta discussão às questões culturais envolvidas, sem atropelá-las, mas levando-as em consideração nesta construção.

Uma ética da informação diz respeito aos dilemas deontológicos ou conflitos morais que surgem na interação entre os seres humanos e as tecnologias e sistemas de comunicação e de informação a fim de refletir e, sobretudo, disciplinar a criação, a organização e o uso das informações (FREIRE, 2010, p.7).

Sendo assim, a informação está impreterivelmente sujeita a algum tipo de poder e também às tecnologias e sistemas de comunicação, seguindo uma tendência hegemônica. Não é possível dissociar poder e informação, por isso a importância da ética na articulação da informação. Contudo, há que se buscar caminhos que propiciem e divulguem a importância da ética.

Pensando a noção de poder como Renato Janine Ribeiro (RIBEIRO, 2004 *apud* PINHEIRO, 2010), ele pode ser visto gramaticalmente como substantivo: “coisa' ou dado apreendido pelos sentidos, parado e tangível”, ou verbo: “uma possibilidade, voltada para o futuro, de ir-se além do que se é ou se está...”, no sentido de criação.” Assim, Pinheiro (2004, p. 58) ressalta que “as ações de informação, mais do que a informação por si só, estão impregnadas, ao mesmo tempo, de poder e dessa possibilidade, desse futuro, portanto, são ações políticas e a ética da política é a da responsabilidade, como pensa Ribeiro”.

Pinheiro (2010, p. 61), citando Gilberto Dupas (2001), afirma que o autor “escreve sobre ética e poder na sociedade da informação, com o objetivo de buscar 'uma ética para os novos tempos, necessária e possível, que possa introduzir o dever onde tudo é poder”.

Podemos aqui traçar um paralelo entre o que diz Pinheiro (2010), Ribeiro (2004) e Dupas (2001 *apud* PINHEIRO, 2010). O poder, a informação e a ética estão impreterivelmente ligados. E nesta ligação a ética é a argamassa que cerceia o abuso de poder. Quando há um “vínculo indissolúvel entre ciência e poder”, como afirma Japiassu (1977 *apud* PINHEIRO, 2010), o poder se relaciona à informação e a presença da ética torna-se ainda mais importante. Ainda quando este poder não é claramente político, e mesmo quando a ciência não está diretamente envolvida, existe

<sup>19</sup> Acrescentamos que para Capurro (2010) afirma que a transformação das sociedades industriais dos séculos XIX e XX em sociedades informatizadas não ocorre da mesma forma em todos os lugares, fazendo surgir a “ética intercultural da informação”, referindo-se à relação entre normas morais e universais tal qual a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para Capurro (2010), o objetivo de uma ética global da informação consiste na implantação e consolidação de uma série de instituições destinadas a promover a investigação e ação no campo da ética da informação a nível global. Para exemplificar, cita o caso da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Afirma que uma declaração universal de ética para a sociedade da informação necessita de forma imprescindível de uma análise intercultural ético-informacional crítica.

na informação um poder latente, que pode ser transformador, agregador, desagregador ou influenciador. Se pensarmos que ainda podem estar ligados à informação um poder efetivamente político e econômico, a responsabilidade ética se torna mais indispensável ainda, como ressalta Pinheiro:

Ao refletir sobre o conceito de responsabilidade podemos constatar que sua elaboração se dá no campo da ética e está fortemente vinculada à liberdade. Este elo significa que o estudo da responsabilidade implica necessariamente falar de ética, e como nesta comunicação ciência e tecnologia são o contexto do debate, por sua vez associadas ao poder, a ética da responsabilidade não pode ficar à parte num questionamento desta natureza. (PINHEIRO, 2010, p.58)

“A ciberética é uma teoria ética de regras e valores da comunicação via Internet e da sua governança” (CAPURRO, 2015, p. 323).<sup>20</sup> Capurro destaca que com a possibilidade da utilização da internet como um meio de interferência nos processos informacionais do mundo físico, sua problematização se estende para além das questões do ciberespaço. Capurro destaca como um campo especial da ciberética a ética dos meios sociais, das ciberredes sociais. “A ciberética, em um sentido restrito, analisa as formas com as quais a internet condiciona a comunicação entre indivíduos, grupos, sociedades, empresas etc.” (CAPURRO, 2015, p. 323). Esse condicionamento pode ter efeito positivo, como no caso da liberdade de expressão e interação, ou ainda, no desenvolvimento de processos democráticos e participativos. Ou efeitos negativos, como nos casos de vigilância, controle, exclusão ou censura. “A ciberética pode conceber-se como uma teoria sobre a liberdade no meio digital” (CAPURRO, 2015, p. 323).

Capurro distingue a ciberética da ética da computação por ter como objeto as oportunidades que surgem do desenvolvimento e uso dos computadores em todas as áreas da sociedade. Seja a bioética, ao analisar as formas de aplicação de técnicas digitais nos processos de prevenção e melhoria da saúde individual e social; seja a ética da comunicação, ao analisar novos meios de comunicação baseados na internet; seja a ética da biblioteconomia e ciência da informação, relacionadas aos centros para a organização de documentos impressos e digitais, e seu acesso ao público; seja a roboética, que analisa a interação entre humanos e máquinas, também relacionada com a ética do big data, usuários, privacidade, brecha digital etc.; ou, ainda, seja a ética das ciber guerras: todos estes campos perpassam questões particulares em diferentes culturas, “assunto de que trata a ética intercultural da informação” (CAPURRO, 2015, p. 323).

Para Capurro, temos que considerar o mundo globalizado epistemologicamente, com seus centros de poder epistêmico-técnicos-digitais hegemônicos (Google, Facebook, Twitter, Apple etc.), que travam lutas entre diversos tipos de universalismos, como eram travadas as lutas de classe

---

<sup>20</sup> Tradução, de responsabilidade da autora deste texto, do original em espanhol.

baseadas na posse da terra e dos meios de produção. Há um embate de interesses acontecendo entre os membros do mercado digital hegemônico e os estados-nação, que perpassam as tentativas de leis internacionais regulamentadoras e formas flexíveis de governança. De qualquer forma, as autoridades epistêmicas são inseparáveis da luta pelo poder.

As formas de legitimação e os objetivos são antagônicos e sujeitos a mudanças de época, assim como as mudanças de paradigmas no caso da ciência e as revoluções de regimes, pacíficas ou violentas, nos sistemas políticos. Mas também podem ocorrer mudanças graduais nas sociedades democráticas legitimadas por debates parlamentares, eleições livres, liberdade de imprensa e processos interativos informação e comunicação digital. (CAPURRO, 2015, p. 326).

As possibilidades são muitas e abertas. Contudo, há uma necessidade de, pelo menos, pensar a ética diante destes novos modelos, tecnologias e paradigmas. Para Capurro, em entrevista concedida a Schneider e Saldanha (2015), um dos principais dilemas ético-epistemológico da era da informação é a relação entre liberdade e segurança, que coloca em cheque os limites da vigilância e da censura exercidos pelo Estado, em conflito com seu objetivo de facilitar o exercício da liberdade cidadã dentro das leis. Outro problema levantado por ele é a vigilância massiva em conflito com o direito de privacidade individual ou coletiva. “A coleta dos dados pessoais ou personalizáveis, isto é, identificáveis como pertencendo a uma ou mais pessoas, de forma massiva (big data), não só por agentes do Estado, mas também por agentes privados, conduz a sérios conflitos com o direito à privacidade” (CAPURRO, 2015, p. 326).

Há um jogo entre o que precisa ou deve ser ocultado e o que precisa ou deve ser transparente. A chave está justamente no equilíbrio destas forças e a ética deve guiar as ações de vigilância e transparência, liberdade e cerceamento pelo bem comum de fato, e não de interesses privados ou particulares.

Capurro vai além de Castells ao colocar a urgência em tratar destes assuntos principalmente diante da vigilância não somente advinda dos agentes políticos, como também de monopólios privados como Google, Microsoft ou Facebook, que cooperam aberta ou secretamente com serviços secretos estatais, como no caso da NSA (National Security Agency) dos EUA.

Se faz necessário, segundo Capurro (e concordamos com ele), repensar o conceito de brecha digital, normalmente mais voltado ao problema dos que tem ou não acesso à internet, em um contexto crítico da economia política digital e global. Hoje, com a popularização das tecnologias, especialmente dos celulares, este é o menor dos problemas, mesmo que ainda não liquidado. A questão preocupante passa muito mais neste momento por como a internet está sendo utilizada, não somente pelos usuários, mas também pelo estado e pelas corporações.

Não se pode negligenciar “as manipulações massivas dos consumidores, bem como formas

abertas e ocultas de injustiça, opressão social, vigilância, controle e homogeneização cultural com base em normas ditadas pelos agentes de monopólio público ou privado” (CAPURRO, 2015, p. 327). As lutas epistêmicas do séc. XXI são muitas e envolvem diversos tipos de agentes públicos e privados, e precisam ser levadas em consideração quando tratamos de informação.

#### **7.4 Por uma cidadania ampliada e uma democracia participativa**

Norberto Bobbio, debatendo acerca de democracia, lembra que algumas de suas promessas não cumpridas – a sobrevivência do poder invisível, a permanência das oligarquias, a supressão dos corpos intermediários, a revanche da representação dos interesses, a participação interrompida, o cidadão não educado (ou mal-educado) – de fato não poderiam ser objetivamente cumpridas e sempre foram, desde o início, ilusões, esperanças mal respondidas ou que acabaram por se chocar com obstáculos imprevistos.

Contudo, Bobbio defende que a “a sobrevivência (e a robusta consistência) de um poder invisível, ao lado ou sob (ou mesmo sobre) o poder visível”, é uma degeneração da democracia. A permanência das oligarquias e ou das elites no poder está em contraste com os ideais democráticos. “Pode-se definir a democracia das maneiras as mais diversas, mas não existe definição que possa deixar de incluir em seus conotativos a visibilidade ou transparência do poder” (BOBBIO, 1986, p. 2). Ele ainda atenta para a distinção que há entre um sistema político onde as diversas elites concorrem entre si nas disputas eleitorais e outro no qual existe apenas um único grupo de poder que se renova por cooptação.

Extremamente crítico, Bobbio condena a presença de um poder invisível que corrompe a democracia, mesmo quando estes grupos se revezam no poder mediante eleições livres e permanentes.

Assim acontece no que se refere aos limites que o uso dos procedimentos próprios da democracia encontrou ao ampliar-se em direção a centros de poder tradicionalmente autocráticos, como a empresa ou o aparato burocrático: mais que de uma falência, trata-se de um desenvolvimento não existente. No que se refere à representação dos interesses que está corroendo pouco a pouco o campo que deveria ser reservado exclusivamente à representação política, deve-se dizer que ela é, nada mais nada menos, inclusive para aqueles que a rejeitam, uma forma de democracia alternativa, que tem seu natural terreno de expansão numa sociedade capitalista em que os sujeitos da ação política tornaram-se cada vez mais os grupos organizados, sendo portanto muito diferente daquela prevista pela doutrina democrática, que não estava disposta a reconhecer qualquer ente intermediário entre os indivíduos singulares e a nação no seu todo. Se se pode falar de crise a propósito do avanço da representação dos interesses e do conseqüente fenômeno da multiplicação de decisões tomadas através de acordos entre as partes, ela não diz respeito tanto à democracia quanto à tradicional imagem do estado soberano colocado acima das partes. (BOBBIO, 1996, p. 2)

Nesta passagem, Bobbio também atenta para a distorção na democracia, decorrente de uma



representatividade que foge a suas características primordiais de não admissão de “entes intermediários entre os indivíduos singulares e a nação”, e transforma-se em representação de grupos organizados, através de “sujeitos da ação política”.

Em seu livro Bobbio destaca seis promessas não cumpridas:

1ª promessa não cumprida – O nascimento da sociedade pluralista – A doutrina democrática havia concebido um estado sem corpos intermediários, “uma sociedade política na qual entre o povo soberano composto por tantos indivíduos (uma cabeça, um voto) e os seus representantes não existem as sociedades particulares desprezadas”.

Contudo, segundo Bobbio, o que aconteceu foi o oposto: “Os grupos e não os indivíduos são os protagonistas da vida política numa sociedade democrática”. As grandes organizações, associações, sindicatos e partidos das mais diversas ideologias se tornaram os sujeitos politicamente relevantes em lugar dos indivíduos. Nessa sociedade não existe mais um soberano, povo ou nação. O povo, que adquiriu o direito de participar direta ou indiretamente do governo, passa a ser dividido em grupos contrapostos e concorrentes.

A sociedade democrática se tornou policêntrica. “O modelo do estado democrático fundado na soberania popular, idealizado à imagem e semelhança da soberania do príncipe, era o modelo de uma sociedade monística. A sociedade real, sotoposta aos governos democráticos, é pluralista” (BOBBIO, 1986, p. 13 – 14).

2ª promessa não cumprida – Revanche dos interesses (Representatividade) – A democracia moderna, nascida como representativa, “caracterizada pela representação política, isto é, por uma forma de representação na qual o representante, sendo chamado a perseguir os interesses da nação, não pode estar sujeito a um mandato vinculado” (contrato particular que pode ser revogado). A representação política é antítese da representação de interesses, na qual o representante deve perseguir os direitos particulares do representado. Na Assembleia Constituinte Francesa, da qual nasceu a constituição de 1791, haviam os que sustentaram que o deputado, uma vez eleito, tornava-se o representante da nação e deixava de ser o representante dos eleitores, sendo vedado o vínculo com o mandato, ou seja, não poderia estar vinculado a qualquer interesse privado.

Há uma impossibilidade dessa dissociação no tipo de representatividade instaurada, sobre a qual Bobbio discorre. Seria praticamente impossível encontrar representantes que não estivessem vinculados a algum tipo de interesse particular, fosse pelos grupos de eleitores, sindicatos ou pelos próprios partidos: “Tal sistema é caracterizado por uma relação triangular na qual o governo, idealmente representante dos interesses nacionais, intervém unicamente como mediador entre as partes sociais e, no máximo, como garante (geralmente impotente) do cumprimento do acordo” (BOBBIO, 1986, p. 14 – 16). A representação política foi substituída pela representação de

interesses.

3ª promessa não cumprida – Persistência das oligarquias – Bobbio considera como terceira promessa não cumprida a derrota do poder oligárquico. “O princípio inspirador do pensamento democrático sempre foi a liberdade entendida como autonomia, isto é, como capacidade de dar leis a si própria”, eliminando a distinção entre governantes e governados. Bobbio, porém, critica o excesso de participação política, alegando que a participação diária e em todos os assuntos poderia causar a apatia eleitoral. Ele chega a citar a possibilidade da participação digital, mas acredita que não haveria interesse da maioria. “O preço que se deve pagar pelo empenho de poucos é frequentemente a indiferença de muitos. Nada ameaça mais matar a democracia que o excesso de democracia”. (BOBBIO, 1986, p. 17).

Levando em consideração tudo que vem sendo colocado neste estudo, a participação política direta ou indireta precisa e pode ser cada vez mais frequente. Estaríamos desmentindo a ideia de cidadania ampliada e participativa e a competência crítica em informação para a cidadania ampliada se concordássemos com esta posição. Embora seja verdade que as oligarquias dificilmente deixarão o poder, é impossível pensar em uma cidadania ampliada sem acreditar na possibilidade de mais participação cidadã e da conquista de uma democracia de fato participativa, crítica e consciente.

Contudo, há que se ressaltar que Bobbio, mais à frente em seu texto, coloca a possibilidade do uso da internet no controle e vigilância do governo sobre o cidadão. Possibilidade que hoje sabemos ser verdadeira.

Para Bobbio, “Joseph Schumpeter acertou em cheio quando sustentou que a característica de um governo democrático não é a ausência de elites, mas a presença de muitas elites em concorrência entre si para a conquista do voto popular” (BOBBIO, 1986, p. 18). Esta afirmativa, aceita por Bobbio, elimina a possibilidade democrática da ascensão de representantes das camadas mais populares ou dá a entender que, uma vez eleito, esse representante passa a pertencer a uma elite, abandonando sua origem. Isso não é de fato incomum no mundo da política atual. Entretanto, há exceções, e precisam haver cada vez mais.

4ª promessa não cumprida – O espaço limitado – “Se a democracia não consegue derrotar por completo o poder oligárquico, é ainda menos capaz de ocupar todos os espaços nos quais se exerce um poder que toma decisões vinculatórias para um inteiro grupo social” (BOBBIO, 1986, p. 18). Segundo Bobbio, se trata aqui de poder ascendente e poder descendente. A questão então é “quando se quer saber se houve um desenvolvimento da democracia num dado país, o certo é procurar perceber se aumentou não o número dos que têm o direito de participar nas decisões que lhes dizem respeito, mas os espaços nos quais podem exercer este direito” (BOBBIO, 1986, p. 19).

Bobbio atenta para as conquistas cidadãs travadas em espaços “não políticos (no sentido

tradicional da palavra)”, como nas fábricas. “Inclusive no que diz respeito às prerrogativas do cidadão diante do estado, a concessão de direitos de liberdade precedeu a concessão de direitos políticos”. (BOBBIO, 1986, p. 18 – 19).

5ª promessa não cumprida – O poder invisível – A não eliminação deste poder. O poder invisível é aquele constituído por grupos “não visíveis”, mas que interferem no poder e na sociedade, como a elite opressora, oligarquias, máfia, camorra, lojas maçônicas anômalas, serviços secretos incontroláveis e acobertadores dos subversivos que deveriam combater etc. Nos dias de hoje, podemos pensar nas grandes corporações, traficantes, milícias, grupos corruptos e corruptores etc.

“No livro de um estudioso americano, Alan Wolfe, *Os limites da legitimidade*, que, segundo Bobbio, dedica um bem documentado capítulo ao que denomina de 'duplo estado', duplo no sentido de que ao lado de um estado visível existiria sempre um estado invisível” (BOBBIO, 1986, p. 20). Havia uma promessa de eliminação destes poderes paralelos pela democracia. A democracia moderna foi espelhada na grega, em particular na “da pequena cidade de Atenas, nos felizes momentos em que o povo se reunia na ágora e tomava livremente, à luz do sol, suas próprias decisões, após ter ouvido os oradores que ilustravam os diversos pontos de vista”, na busca de um poder transparente.

“Todas as ações relativas ao direito de outros homens cuja máxima não é suscetível de se tornar pública são injustas” (KANT, 1913 *apud* BOBBIO, 1986, p. 20). Aqui, o autor italiano trata da falta de transparência como um artifício do governo. A transparência dos atos do governo é importante não apenas para que o cidadão conheça os atos de quem detém o poder, para assim poder controlá-los, como também é em si mesma uma forma de controle que permite distinguir o que é lícito do que não é.

Assim, a transparência é um fator necessário a uma democracia de fato, e, com transparência, estes poderes invisíveis teriam mais dificuldade em manipular o estado e o povo. (BOBBIO, 1986, p. 20 – 22).

A 6ª promessa não cumprida – A questão da educação para a cidadania, pertinente a este trabalho, é também exposta por Bobbio como uma promessa não cumprida da democracia:

[...] mais que uma promessa não cumprida, o ausente crescimento da educação para a cidadania, segundo a qual o cidadão investido do poder de eleger os próprios governantes acabaria por escolher os mais sábios, os mais honestos e os mais esclarecidos dentre os seus concidadãos, pode ser considerado como o efeito da ilusão derivada de uma concepção excessivamente benévola do homem como animal político: o homem persegue o próprio interesse tanto no mercado econômico como no político. (BOBBIO, 1986, p. 2)

Segundo Bobbio, nos últimos dois séculos, nos estudos sobre democracia sempre esteve

presente a premissa de que “o único modo de fazer com que um súdito transforme-se em cidadão é o de lhe atribuir aqueles direitos que os escritores de direito público do século passado tinham chamado de *activae civitatis* [Em latim no original: cidadania ativa, direitos do cidadão. (N. do T.)]”(BOBBIO, 1986, p. 22) (grifo do autor). A educação para a democracia, ou para a cidadania, surgiria no próprio exercício da prática democrática.

Bobbio recorre a divisão dos cidadãos em ativos e passivos de John Stuart Mill, e esclarece que,

em geral, os governantes preferem os segundos (pois é mais fácil dominar súditos dóceis ou indiferentes), mas a democracia necessita dos primeiros. Se devessem prevalecer os cidadãos passivos, ele conclui, os governantes acabariam prazerosamente por transformar seus súditos num bando de ovelhas dedicadas tão-somente a pastar o capim uma ao lado da outra (e a não reclamar, acrescento eu, nem mesmo quando o capim é escasso) (BOBBIO, 1996, p. 22).

Esta passagem guarda intimidade com a ideia da competência crítica em informação para a cidadania ampliada, pois a democracia precisa de cidadãos que sejam ativos e conscientes de sua cidadania. Porque um dos argumentos para a extensão do sufrágio às classes populares era que:

Um dos remédios contra a tirania das maiorias encontra-se exatamente na promoção da participação eleitoral não só das classes acomodadas (que constituem sempre uma minoria e tendem naturalmente a assegurar os próprios interesses exclusivos), mas também das classes populares. Stuart Mill dizia: a participação eleitoral tem um grande valor educativo; é através da discussão política que o operário, cujo trabalho é repetitivo e concentrado no horizonte limitado da fábrica, consegue compreender a conexão existente entre eventos distantes e o seu interesse pessoal e estabelecer relações com cidadãos diversos daqueles com os quais mantém relações cotidianas, tornando-se assim membro consciente de uma comunidade (BOBBIO, 1986, p. 23)

Contudo, sem uma educação para a cidadania, tema recorrente na ciência política americana dos anos cinquenta, essa maioria acaba sendo guiada pela minoria. O que seria um remédio torna-se um veneno quando a maioria não possui competência cidadã. Bobbio atenta para duas distinções da educação para a cidadania: a cultura para súditos, “orientada para os *output* do sistema (para os benefícios que o eleitor espera extrair do sistema político)”, e cultura participante, “orientada para os *input*, própria dos eleitores que se consideram potencialmente empenhados na articulação das demandas e na formação das decisões”(BOBBIO, 1986, p. 23).

Olhemos ao nosso redor. Nas democracias mais consolidadas assistimos impotentes ao fenômeno da apatia política, que freqüentemente chega a envolver cerca da metade dos que têm direito ao voto. Do ponto de vista da cultura política, estas são pessoas que não estão orientadas nem para os *output* nem para os *input*. Estão simplesmente desinteressadas daquilo que, como se diz na Itália com uma feliz expressão, acontece no "palácio". (BOBBIO, 1986, p. 23)

Infelizmente, esta apatia aumenta os votos baseados na permuta, ou seja, os de *output*, voltados para os interesses particulares e “comprados” com promessas. Aumenta o número de

eleitores que votam não por ideais ou opiniões políticas, mas baseados em seus interesses pessoais, ainda que sejam interesses momentâneos como um saco de cimento, um churrasco ou uma dentadura. Em um regime representativo como é a democracia, é necessário garantir os direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação etc. O Estado precisa exercer o poder sob as leis, mas reconhecendo constitucionalmente os direitos invioláveis do indivíduo.

A democracia e o debate cidadão são valorizados por Bobbio, quando ele afirma que na democracia é possível a renovação gradual da sociedade “através do livre debate das ideias e da mudança das mentalidades e do modo de viver: apenas a democracia permite a formação e a expansão das revoluções silenciosas”, e dá como exemplo a transformação das relações entre os sexos, afirmando ainda que “talvez seja a maior revolução dos nossos tempos” (BOBBIO, 1986, p. 30). “Um reconhecimento ainda mais necessário hoje, quando nos tornamos a cada dia mais conscientes deste destino comum e devemos procurar agir com coerência, através do pequeno lume de razão que ilumina nosso caminho” (BOBBIO, 1986, p. 30-31).

Para o autor, há a necessidade de que a democracia representativa seja ladeada ou substituída pela democracia direta, mesmo ciente das enormes dificuldades de tal empreitada, dado o tamanho dos estados, nos quais nenhum cidadão está em condições de conhecer todos os outros, nos quais os costumes se tornaram cada vez mais complexos, as discussões mais espinhosas e as diferenças econômicas mais abissais. Contudo, Bobbio sustenta a possibilidade de uma democracia mais alargada.

Não seria possível, em uma sociedade tão complexa como a atual, que todos decidam sobre tudo. Bobbio afirma que não haveria possibilidade de um estado ser governado “através do contínuo apelo ao povo”. Segundo ele, se fossem levadas em consideração a quantidade de leis promulgadas a cada ano na Itália, em sua época, seria necessária uma convocação por dia. Para ele, isto só seria possível “na hipótese, por ora de ficção científica, de que cada cidadão possa transmitir seu voto a um cérebro eletrônico sem sair de casa e apenas apertando um botão” (BOBBIO, 1986, p. 45).

Entretanto, o que parecia ficção científica em 1986, em 2016 é uma possibilidade técnica concreta, só dependendo de fato da vontade do Estado e dos cidadãos, estes sim, ainda muito distantes desta realidade por falta de engajamento político e interesse. Daí a importância de uma competência crítica em informação para a cidadania ampliada, a fim de caminharmos para uma realidade mais participativa e mais democrática.

Nilsem (2015) e Bobbio (1986) referem-se ao fluxo de poder da mesma forma, descrevendo os movimentos sociais e afirmando que ele só pode ser de cima para baixo ou de baixo para cima. “Exemplo típico do primeiro é, nos estados modernos, o poder burocrático; do segundo é o poder

político, onde quer que se entenda por poder político aquele exercido em todos os níveis (local, regional, estatal) em nome e por conta do cidadão, ou melhor, do indivíduo enquanto cidadão” (BOBBIO, 1986, p. 45). “A democracia dos modernos é o estado no qual a luta contra o abuso do poder é travada paralelamente em dois *fronts* – contra o poder que parte do alto em nome do poder que vem de baixo, e contra o poder concentrado em nome do poder distribuído” (BOBBIO, 1986, p. 51).

Segundo Bobbio, esse movimento de expansão do poder ascendente está se estendendo da esfera política, na qual é considerado o papel cidadão, para a esfera das relações sociais, que considera o indivíduo em seus papéis específicos na sociedade, algo compatível com o que denominamos de cidadania ampliada neste estudo: a passagem de uma cidadania política quase que estritamente representativa para uma cidadania social, com alargamento do poder ascendente para a sociedade civil em geral. Da escola à fábrica, locais emblemáticos do desenvolvimento da vida da maior parte dos membros de uma sociedade moderna. Em outras palavras, a ocupação pela democracia, estendida aqui para a cidadania, de novos espaços que não os da política eleitoral de Estado (legislativo e executivo), até então dominados por organizações hierárquicas e burocráticas. Um exemplo recente dessa ocupação política cidadã é a ocupação das escolas de São Paulo por alunos, com apoio de pais e professores, a fim de enfrentar as decisões do estado, contestando também as hierarquias e burocracias envolvidas no sistema educacional<sup>21</sup>.

“Deste ponto de vista, creio que se deve falar justamente de uma verdadeira reviravolta no desenvolvimento das instituições democráticas, reviravolta esta que pode ser sinteticamente resumida numa fórmula do seguinte tipo: da democratização do estado à democratização da sociedade” (BOBBIO, 1986, p. 46). Para essa democratização da sociedade é necessário que aconteça a competência crítica em informação para a cidadania ampliada. A conscientização do cidadão é imprescindível para que essa democratização ocorra, pois:

Uma vez conquistada a democracia política, percebe-se que a esfera política está por sua vez incluída numa esfera muito mais ampla que é a esfera da sociedade no seu todo e que não existe decisão política que não seja condicionada ou até mesmo determinada por aquilo que acontece na sociedade civil (BOBBIO, 1986, p. 46).

Concordamos com Bobbio que uma sociedade democrática só é possível quando as instituições desta sociedade – da família à escola, da empresa à gestão dos serviços públicos – são também governadas democraticamente.

---

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=715KSOon2F8>>. Acesso em: 12 dez. 2015  
Disponível em: <<http://sorocabadeverdade.com/mini-documentario-da-voz-a-estudantes-de-escola-ocupada-em-sorocaba/>>. Acesso em: 12 dez. 2015  
Disponível em: <<https://www.facebook.com/ColetivoDAR/videos/996255803770932/?theater>>. Acesso em: 12 dez. 2015

Dois espaços, segundo Bobbio, não foram ainda atingidos pela democratização – as grandes empresas e a administração pública. Em 1986 e ainda hoje estes espaços continuam não democráticos. Assim, para considerar um desenvolvimento democrático, precisamos levar em conta, além da democratização destes espaços, a ampliação dos espaços de participação cidadã.

Embora Bobbio não esteja muito entusiasmado com as possibilidades reais dessa participação à sua época, hoje, 30 anos depois, vislumbramos avanços neste sentido, ainda que tímidos. Enxergamos na ágora digital o potencial para tal ampliação, uma vez que nela existe a possibilidade de tramitação de uma informação que pode contribuir para a competência crítica informacional, e a partir daí, despertar cada vez mais o gosto pelo conhecimento e consequentemente pela cidadania e participação. Claro que não estamos aqui sendo ingênuos a ponto de pensar ser esse um caminho natural e fácil, como já colocado anteriormente, mas uma possibilidade em aberto que pode e deve ser aproveitada por aqueles que se preocupam com a informação, o conhecimento, a competência e a cidadania.

Tudo está portanto em conexão: refazendo o percurso em sentido contrário, a liberdade de dissentir tem necessidade de uma sociedade pluralista, uma sociedade pluralista consente uma maior distribuição do poder, uma maior distribuição do poder abre as portas para a democratização da sociedade civil e, enfim, a democratização da sociedade civil alarga e integra a democracia política. Creio assim ter indicado, embora com as imprecisões e insuficiências de que estou perfeitamente consciente, a estrada capaz de conduzir ao alargamento da democracia sem desembocar necessariamente na democracia direta. Pessoalmente, estou convencido de que a estrada é justa, embora repleta de perigos. Porém, estou também convencido de que a atitude do bom democrático é a de não se iludir sobre o melhor e a de não se resignar com o pior. (BOBBIO, 1986, p. 54-55)

Para reforçar a ideia de complementariedade entre o socialismo e a democracia, duas teses foram sustentadas: primeiro, a democracia favoreceria a transição da propriedade privada para a coletiva, ao menos nos meios de produção; segundo, a democracia favoreceria uma distribuição mais igualitária do poder econômico e político.

antes de tudo o processo de democratização produziria inevitavelmente, ou pelo menos, favoreceria, o advento de uma sociedade socialista, fundada na transformação do instituto da propriedade e na coletivização pelo menos dos principais meios de produção; em segundo lugar, apenas o advento da sociedade socialista reforçaria e alargaria a participação política e, portanto, tornaria possível a plena realização da democracia, entre cujas promessas – que a democracia liberal jamais seria capaz de cumprir – estava também a de uma distribuição igualitária (ou ao menos mais igualitária) do poder econômico e do poder político. (BOBBIO, 2000, p.81)

Bobbio afirma que embora os regimes socialistas de fato não tenham sido democráticos (pelo menos não até 1988, quando ele escreveu o livro), a democracia liberal e a democracia social guardam um denominador comum no que diz respeito à tentativa da ampliação da democracia. Contudo, vale lembrar que o conceito de democracia não é igual nos dois tipos de governo.

No binômio liberalismo mais democracia, democracia significa principalmente sufrágio universal e, portanto, um meio de expressão da livre vontade dos indivíduos singulares; no binômio democracia mais socialismo, democracia significa ideal igualitário que apenas a reforma da propriedade proposta pelo socialismo poderá realizar. No primeiro binômio é consequência, no segundo um pressuposto. (BOBBIO, 2000, p.84)

Três argumentos reforçam a ideia do avanço da democracia socialista em relação à liberal:

a) enquanto a democracia liberal – ou polemicamente, capitalista, do ponto de vista do sujeito histórico que a promoveu, burguesia – nasceu como democracia representativa na qual os representantes eleitos tomam suas decisões sem vínculo de mandato, a democracia socialista – ou, do ponto de vista classista, proletária – será uma democracia direta, no duplo sentido de democracia de todo o povo sem representantes e de democracia não de representantes mas de delegados cujos mandatos vinculados estão sujeitos à revogação; b) enquanto a democracia burguesa permitiu, até o extremo limite do sufrágio universal masculino e feminino, a participação no poder político, central e local, apenas a democracia socialista permitirá a participação popular também na tomada de decisões econômicas que numa sociedade capitalista são tomadas autocraticamente, representando nesse sentido não só um reforço da participação em intensidade, mas também uma extensão quantitativa, como efeito da abertura de espaços para o exercício da soberania popular em que consiste a essência da democracia; c) enfim aquilo que mais importa: enquanto na democracia liberal a atribuição ao povo do direito de participar direta ou indiretamente das decisões políticas não procede no mesmo passo que uma mais equânime distribuição do poder econômico e, portanto, faz do direito de voto uma mera aparência, na democracia socialista essa mais equânime distribuição, tornando-se um dos objetivos primários da mudança do regime econômico, transforma o poder formal de participação em poder substancial e, ao mesmo tempo, realiza a democracia inclusive no seu ideal último, que é o de maior igualdade entre os homens. (BOBBIO, 2000, p.82 – 83)

Assim, pode-se aferir que para uma cidadania ampliada, o cidadão precisa tomar consciência de seu papel na sociedade, de seus direitos e deveres, ter cada vez mais espaço para se colocar politicamente nesta sociedade, possuir uma representatividade que funcione democraticamente e condições para buscar uma sociedade mais equilibrada economicamente. Somente assim a cidadania e a democracia irão ser exercidas de fato de acordo com sua essência ideal de igualdade entre os homens e do poder pelo povo e para o povo.

### **7.5 A revolução da competência crítica em informação para a cidadania ampliada**

Pergunta Ivana Bentes: “Como afinal se movimentar e resistir 'de dentro' dos poderes, como lutar 'de dentro' do capitalismo?”. (BENTES, 2003, p.9)

Para Kellner, uma perspectiva crítica só é desenvolvida a partir de um ponto de vista que “articule a constituição social dos conceitos de sexo, classe, raça, etnia e sexualidade”, bem como suas representações e identificações nesta sociedade, e interprete “a cultura e a sociedade em termos de relações de poder, dominação e resistência, articulando várias formas de opressão em dada sociedade por meio de perspectivas multiculturais” (KELLNER, 2001, p. 124).

Aquilo que parece ser uma questão de gosto ou escolha pessoal, na verdade é uma construção social que passa a ser naturalizada. Assim, uma sociedade de maioria branca tende a



repetir padrões racistas; uma sociedade conservadora e/ou religiosa tende a reproduzir atitudes homofóbicas, sem que o indivíduo sequer perceba que suas atitudes ou colocações são preconceituosas. O indivíduo, acostumado com essa realidade, naturaliza e replica seus padrões e atitudes funcionais, como se fossem deliberações suas, sem perceber que são fruto desta construção social.

“A hegemonia, portanto, funciona por exclusão e marginalização, assim como por afirmação de posições ideológicas específicas” (KELLNER, 2001, p. 149). Desta maneira, os indivíduos que não se enquadram na hegemonia, são marginalizados, vistos como aberrações, rebeldes ou deformados. Cabe-lhes duas atitudes: ou se forçam ao pertencimento, acatando a hegemonia e se enquadrando nas posições ideológicas específicas do meio, ou vivem à margem desta sociedade, como minorias desprezadas ou oprimidas, como inimigos ou como invisíveis.

Neste quadro, encontramos pessoas da classe mais baixa defendendo o classismo ou a meritocracia; negros contra as cotas, homossexuais homofóbicos, trabalhadores defendendo os padrões que os exploram etc. Pessoas que vão contra seus próprios interesses por se renderem, ou se influenciarem, pelo pensamento hegemônico. Não é raro que estes indivíduos sequer tenham clareza das regras que os oprimem.

Com o aumento do acesso aos meios informacionais pluridirecionais, as informações compartilhadas e a construção de identidades contra hegemônicas em rede começaram a ganhar algum espaço e serem reproduzidas. O surgimento de portais de informação como o *Observatório de Favelas*<sup>22</sup>, *Fala Manguinhos*<sup>23</sup>, vídeos de indígenas<sup>24</sup> e quilombolas, comunidades ou organizações *on line* de LGBTs<sup>25</sup>, negros<sup>26</sup>, feministas<sup>27</sup>, contra o racismo<sup>28</sup> etc. propiciaram uma visibilidade maior destes grupos, que buscam uma voz alternativa, dentro e fora de seus guetos e comunidades. Esse uso contra hegemônico dos espaços de informação começa a mudar um pouco a situação dos excluídos e com pouca voz, além de resgatar sua cidadania.

“Com a Internet, não se trata mais de dispositivos de formação de opinião pública, de compartilhar julgamentos, mas da constituição de formas de percepção comum e de formas de organização e de expressão da inteligência comum” (LAZZARATO, 2006, p. 183).

Voltando a Paulo Freire (1967), o homem é um ser de integração, que se aperfeiçoa e liberta

<sup>22</sup> Disponível em: <[www.observatoriodefavelas.org.br](http://www.observatoriodefavelas.org.br)>. Acesso em: 28 jun. 2015.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://falamanguinhos.wordpress.com>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=T662Dt1dniA>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.lgbtbrasil.com.br>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

<sup>26</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/PreconceitoRacialNaoEMalEntendido/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/movimentoafroativismodigital/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

<sup>27</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/feminismobrasil2.0/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

<sup>28</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/taniapac3/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

na medida em que sua consciência se torna crítica. Porém, sem a liberdade e a crítica, ele perde grande parte de sua capacidade criadora.

Para Freire, na relação do homem com os outros homens e com o mundo, ele, o homem, não se permite a imobilidade. “E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas” (FREIRE, 1967, p. 43). Esse é o potencial humano que vem alimentando a ciência, as tecnologias, o mundo. Porém, na medida que este homem se integra ao espírito de sua época, se apropriando de seus temas fundamentais, reconhecendo suas tarefas concretas, o fará melhor.

Freire declara que uma das grandes, se não a maior tragédia da humanidade, é a alienação do homem coisificado e dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não. “Por isso, desde já, saliente-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época” (FREIRE, 1967, p. 44).

Retomamos aqui o conceito de cidadania planetária, discutida no subcapítulo 3.1, com Capurro (no prelo),<sup>29</sup> que a nomeia de cidadania mundial e a coloca junto às questões da ciber cidadania e da ética envolvida nas relações do Cíbermundo, necessárias ao pensamento da Revolução da Competência Crítica em Informação para a Cidadania Ampliada.

Este bravo novo ciber mundo inclui fenômenos como a mídia social (ou ciberredes sociais), o hackativismo, cibersexo, jogos on-line, finanças de Bitcoin, Ebay, Skyping etc. Uma nova civilização emerge, precisando de um diálogo intercultural fresco, que não seja conduzido, como sugere a palavra cibernético, por novos ou velhos atores globais. Mas permitindo mais liberdade de informação e comunicação e deixando que as pessoas controlem a si mesmas. Este deixar que as pessoas pensem livremente está no cerne de um futuro da ética intercultural da informação, que leva a sério as mensagens provenientes de outros em um ambiente digital heteronômico. Quão longe podemos (nós quem?) ir além dos paradigmas institucionais, legais e morais que orientam o nosso presente mundo físico? Parece que nós (quem?) precisamos de um novo tipo de pensamento para um futuro estar-no-(ciber)mundo (CAPURRO, p. 2, no prelo)

Neste “novo mundo” existem novos paradigmas e relações modificadas. Não é um mundo apartado do físico, como colocado anteriormente, mas um espaço no qual alguns atos ganham cores, velocidades e pesos diferentes. Deixar que o pensamento se expresse livremente é uma característica, a princípio positiva, do cibermeio. Contudo, sem ética, essa liberdade se distorce para apologias e ações para a não liberdade.

Capurro retoma pensadores como Diógenes de Sinope, Brown (sobre os estóicos) e Kant, a

<sup>29</sup> Este texto de Capurro não foi publicado ainda, porém encontra-se para tradução com Schneider, orientador dessa dissertação. Foi lido em seu original em inglês e as traduções das citações são de responsabilidade da autora deste texto.

respeito do conceito de cidadania cósmica ou mundial. Segundo Capurro, a noção de cidadania cósmica não abole a cidadania da pólis, porém “as leis (nomos) e costumes (*ethos*) da *polis* são secundários com relação às leis do Kosmos” (CAPURRO, p.3, no prelo). Todos cidadãos são cidadãos do *kosmos*, por isso não há distinção entre eles.

Hierocles (século 2) concebe a cidadania como três círculos concêntricos, um em torno de si mesmo e da família, em seguida, os moradores da cidade e finalmente a humanidade. O sentimento de união dentro de tais círculos foi chamado oikeiosis, oikos significando casa ou lar. Oikeiosis significa para um filósofo estóico, o processo de viver uma vida "de acordo com a natureza" ("secundum naturam vivere") sendo a natureza nossa casa original e, portanto, a medida dos costumes da polis. (CAPURRO, p.4 – 5, no prelo)

Segundo Capurro, os primeiros cristãos se apropriaram desta noção estóica de cidadão do mundo, porém dando-lhe um toque divino, “cidadãos do mundo” e “cidadãos dos céus”. Capurro recorda que, para Kant, a paz perpétua só é possível se os seguintes “artigos” forem realizados: “Em primeiro lugar, se a constituição civil de todos os estados for republicana; em segundo lugar, se a 'lei das nações' se basear em uma federação de estados livres; em terceiro lugar, se 'a lei da cidadania mundial' for 'limitada às condições de hospitalidade universal’”.

Kant tem noção do quão distante de sua realidade estava esta condição, mas defende que é indispensável à manutenção dos direitos públicos humanos.

Kant argumenta em favor de uma federação de nações livres (“Föderalism freier Staaten”) que reconhece as diferenças entre as pessoas e os estados e, portanto, não visa homogeneizar as diferenças culturais no estado de um povo (“Völkerstaat”), mas em uma federação de estados e seu povo (“Völkerbund”). Em outras palavras, ele reconhece sua soberania e leva-os ao mesmo tempo, junto à “ideia do federalismo” (“Idee der Föderalität”), que inclui uma “liga de paz” e um “tratado de paz”. (CAPURRO, p.7, no prelo)

Capurro também destaca um trecho de Kant, no qual ele explica o porquê do interesse dos estados nestas coligações, principalmente fomentados pelo comércio, incompatível com a guerra. Para Kant, há um estreito relacionamento entre “a lei de cidadania mundial' (“Weltbürgerrecht”), o 'espírito de comércio' (“Handelsgeist”) e 'o poder do dinheiro' (“Geldmacht’”)” (CAPURRO, p. 7, no prelo). Poderes hegemônicos que costumam também controlar a internet e a informação.

Contudo, Kant deixa claro que as sociedades humanas não são constituídas por anjos nem demônios. Mas embora as inclinações egoístas dos homens não sejam tão compatíveis com a república, a própria mediação de um estado organizado modera ou anula os efeitos nocivos dos interesses egoístas. Assim, mesmo não sendo uma pessoa moralmente boa, o homem é forçado a ser um bom cidadão. Segundo Kant, “o problema em organizar um estado, por mais difícil que possa parecer, pode ser resolvido mesmo para uma raça de demônios, se apenas eles forem inteligentes” (KANT, 1975 apud CAPURRO, p. 9, no prelo). Ainda que os indivíduos tenham intenção privada e

secreta de burlar as leis gerais que protegem o todo, como eles são avaliados por sua conduta pública, é como se estas intenções não existissem.

Ainda assim, Capurro (no prelo) lembra que Kant não ignorava que os estados mercantis e os ditos países civilizados foram extremamente brutais, e ainda são, em relação às terras que “visitavam” – as América, as terras habitadas pelos negros, as Ilhas das especiarias etc. Eram naquela época consideradas terras sem dono, seus habitantes eram como nada. Escravizaram ou oprimiram o povo com poder coercivo armado, geraram guerras generalizadas, espalharam a fome, a rebelião e todo o tipo de mal que o homem é capaz de produzir.

Essa exploração ou opressão não ficou para trás na história, ainda hoje vemos países oprimirem outros, na maioria das vezes não com armas, mas com pressão política e econômica. Segue-se assim a exploração dos que “valem menos” para os que se julgam superiores. Mas também existem, infelizmente não tão poucos, casos nos quais estes estados deflagram guerras e fomentam conflitos em favor de seus interesses comerciais e econômicos.

Segundo Capurro (no prelo), no ideal de Kant, o cidadão cosmopolita não está sujeito a um mundo Leviatã, com poder militar coercitivo, mas também não está livre de quaisquer condições legais ou consuetudinárias. Esse estar no mundo como cidadão é legal e não filantropo. Refere-se a uma relação baseada em hospitalidade, no direito do estranho de ser recebido pacificamente e temporariamente, tolerando-se a presença do outro em uma parte específica da terra.

Podemos pensar assim também em relação às informações que circulam no ciberespaço, de maneira mundial, mas que perpassam culturas diferentes. Desta maneira, a informação pode transitar pacificamente e ser analisada de maneira crítica, contribuindo para a construção de uma cidadania planetária e para o reforço dos direitos humanos, por exemplo.

Nesta linha de pensamento, a cidadania mundial não é análoga ao que se tornou a ideia de globalização, que se coloca acima dos estados e de suas leis, mas sim uma cordialidade que permite o trânsito de pessoas, ideias e informações, e amplia o conceito e alcance da liberdade para além das fronteiras dos Estados-nações, sem sobrepujar sua soberania: “Estas tradições cínica, estóica, cristãs e kantianas culminam no século 20 com a criação da Organização das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e do direito internacional e das instituições correspondentes.” (CAPURRO, p.13, no prelo)

É interessante também pensar estes termos de Kant, levantados por Capurro, em tempos de globalização da informação através da internet, analisando suas lacunas (exclusão, censura, restrições, publicismo etc.) e as características socioculturais e políticas envolvidas no transpassar de fronteiras. “De acordo com Kant, só podemos nos entender como indivíduos livres se temos permissão para comunicar livremente nossos pensamentos para os outros e vice-versa”

(CAPURRO, p. 10, no prelo). Esta afirmação cabe perfeitamente no ciber mundo.

Capurro ainda cita um artigo recente de Rod Beckstrom, Assessor Chefe de Segurança da Samsung Electronics EUA e Presidente do Conselho da Agenda Global do Fórum Econômico Mundial, sobre o Futuro da Internet, que coloca:

A parte mais difícil da explosão da conectividade não é a construção de capacidade, mas como ela deve ser gerenciada. Devemos responder questões profundas sobre o modo como vivemos. Todos devem estar permanentemente conectados a tudo? Quem é o dono de quais dados, e como devem ser tornadas públicas as informações? Pode e deve ser regulamentado o uso de dados, e, se sim, como? Qual papel deve desempenhar o governo, empresas e usuários comuns da Internet na resolução destas questões? Ao mesmo tempo, temos que nos proteger contra o excesso de regulamentação ou controle do governo. Isso pode exigir de nós a eliminação progressiva da Internet Assigned Numbers Authority para evitar que ela caia sob o controle de um organismo intergovernamental, como alguns estados têm demandado. Governos certamente têm um papel importante a desempenhar. Mas muito controle quase certamente sufocará a inovação, aumentará os custos, e provavelmente excluirá importantes vozes anti hegemônicas. Uma abordagem melhor, e que aumentaria a confiança do público no sistema, seria o estabelecimento de manejo diversificado com múltiplas partes interessadas. (BOCKSTROM, 2014 *apud* CAPURRO, p.14 - 15, no prelo)

Doravante, as questões éticas e de uso que envolvem a internet são obviamente cada vez mais importantes. Para além das preocupações com a exclusão digital instrumental, o pensamento crítico em relação ao uso da internet e das informações que por ela circulam, incluindo as normatizações necessárias para a manutenção da liberdade, mas também dos limites éticos e da soberania de cada país, são cada vez mais imprescindíveis. Quando pensamos a competência crítica em informação para a cidadania ampliada, vinculada à ágora digital, todos estes assuntos precisam permear a discussão.

“Perguntar sobre 'os direitos do homem digital' significa perguntar sobre a natureza do cosmopolitismo digital” (CAPURRO, p. 15, no prelo). Perpassando pelo controle internacional e governança da internet em mãos de empresas privadas.

No coração deste debate é preciso assegurar que, em um mundo em que muitos, se não todos os detalhes importantes de nossas vidas – incluindo nossos relacionamentos – existem em ciber-perpetuidade, as pessoas retêm, ou recuperam, algum nível de controle sobre as suas vidas online. Enquanto o mundo do esquecimento pode ter desaparecido, podemos reformular uma nova maneira que nos beneficie em vez de uma que nos esmague. Nossa tarefa principal é construir uma forma de vida digital que reforce o nosso sentimento existente de ética e valores, com segurança, confiança e justiça em seu cerne. (BACKSTROM *apud* CAPURRO, p.15, no prelo).

Os processos sociais e cidadãos na internet certamente extrapolam as fronteiras dos Estados-nação. Contudo, o ciber mundo não se descola nem é independente do mundo físico, tampouco dos direitos e deveres que envolvem suas relações. A mesma internet que proporciona integração cultural e social, também isola e cria sistemas de vigilância sobre os atores.

Capurro destaca o caso da Agência de Segurança Nacional Americana, que evidenciou a

distinção entre os direitos e deveres dos cidadãos americanos e os do resto do mundo. Um paradoxo fomentado pela não observação das leis em seu próprio país e pela sensação de supremacia de “donos” da internet.

Há ainda os riscos da homogeneização da população mundial, “não apenas em seu controle e manipulação, mas também na exclusão de diferentes grupos e, mais em geral, no desrespeito das diferenças culturais, histórias individuais e contingências que são a base para a singularidade e riqueza de indivíduos e sociedades humanas”. No lado oposto, o preço a pagar é “o isolamento político, econômico ou cultural mútuo dos indivíduos e das sociedades, bem como sua desconsideração de qualquer tipo de responsabilidade pelo bem-estar comum e para a sustentabilidade do mundo físico e digital” (CAPURRO, p. 16, no prelo).

Capurro defende a necessidade de um “*ethos* transcultural com componentes democráticas que promovam ativamente experiência intercultural e um tratado internacional para o mundo cibernético, no qual, na sequência da proposta de Kant, as diferentes partes interessadas concordem livremente” (CAPURRO, p. 16, no prelo), que deve ser flexível às situações não previstas, bem próprias deste ciber mundo. Tal *ethos* garantiria a liberdade de troca de informações e pensamentos, como uma “cidadania mundial comunicacional na era digital”. Capurro, em outras palavras defende a constituição de uma ágora digital como uma “oportunidade para que os cidadãos se reúnam livremente em espaços públicos digitais sem as restrições e abusos das redes sociais comerciais que em teoria e prática se tornam mais e mais distópicos exemplos de cidadania digital gratuita” (CAPURRO, p. 16, no prelo).

O mesmo pode ser dito com relação à realidade da vigilância política no mundo digital e físico também nas democracias ocidentais, ao contrário do que Kant sugeriu. Se políticas públicas e da sociedade civil capitularem ou deixarem o campo da cidadania comunicacional livre para ser moldado sozinho pela economia de mercado, então o conceito de cidadania na era digital pode se tornar, e está se tornando, distópico, e as oportunidades abertas pela internet são parcialmente perdidas. Os indivíduos e as sociedades no mundo cibernético devem ser legalmente protegidos, mas não superprotegidos de maneira paternalista ou sujeitos ao controle total, sem qualquer tipo de acordo legal sobre a necessidade e os limites de tais medidas. O mesmo pode ser dito em relação aos players globais comerciais no mundo cibernético, quanto menos levarem em consideração os direitos dos indivíduos de esconder e revelar o que eles querem do que querem. A rede social se transformará em uma gaiola (dourada) comercial ou, caso os usuários e acionistas se tornarem cientes disso, ela terminará em falência. (CAPURRO, p.16, no prelo).

Fica claro que a conscientização e a capacidade crítica dos indivíduos em relação às informações que chegam até eles são fundamentais para que eles não apenas tenham consciência do seu viver no ciber mundo e de sua cidadania, ampliada ou não, como também se tornem competentes críticos em informação, podendo interferir neste ciber mundo.

Ser-no-mundo cibernético não é menos frágil do que estar-no-mundo compartilhando uma terra comum e serem responsáveis uns pelos outros. O que está em jogo no que diz respeito à questão da privacidade na era digital não é mais nem menos do que a questão da liberdade à nível local e global. Seguindo a máxima de Aristóteles de que “o ser se diz de muitas maneiras”, o conceito da cidadania em geral e da cidadania global e digital, em particular, não são menos ambíguos. (CAPURRO, p.17, no prelo).

Não existem dois mundos distintos e sim um único mundo com aparatos e extensões. A internet mudou o mundo da mesma maneira que a roda, a navegação, o papel, a imprensa, a industrialização, a máquina a vapor ou todas as outras tecnologias humanas. Não deixamos de ter memória com a criação da escrita ou pernas com a criação da roda. Não deixamos de ser cidadãos porque hoje compartilhamos o mundo e cada vez mais a informação.

Capurro termina seu texto com provocações que transformo em questões. Quem são os beneficiários e quem são os excluídos? Quem está fazendo mau uso ou explorando indivíduos e sociedades inteiras no mundo cibernético e no físico? Que tipo de mecanismos internacionais devem ser criados, a fim de lidar com estas questões, a fim de evitar os mecanismos do cinismo?

Capurro conclui falando da responsabilidade sobre o ciber mundo, e da importância de investimentos na educação para a cidadania baseada em um *ethos* comum de civilidade no ciber mundo, assim como de acordos legais internacionais. Levando em consideração a fragilidade da liberdade humana e da Terra como ambiente comum ao ciber mundo e ao mundo físico. “Esta é a razão pela qual a questão da ecologia digital é crucial, a fim de criar um ambiente físico sustentável para o mundo cibernético, tornando-se também ciente de todos os tipos de exploração social em uma escala local e global em torno da questão do lixo eletrônico” (CAPURRO, p. 19, no prelo).





## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Castells,<sup>30</sup> comentando o conceito de sociedade de Beck, em um artigo no jornal *La Vanguarda*, afirma:

Nós não podemos controlar o risco crescente de vivermos dependentes de sistemas automáticos com cada vez mais automatismo e regulação. Temos que criar seres humanos capazes de assumir o risco da liberdade. E encontrar formas solidárias de vida que estão enraizadas em nossas almas e, a partir daí, reconstruir esta modernidade enlouquecida. (CASTELLS, 2015)

No início do processo de pesquisa, acreditávamos que a internet era um campo propício à construção, fortalecimento e atuação da cidadania, por suas características de ágora, de espaço democrático e livre. Porém, não se pode ser ingênuo de pensar que este é o único potencial da rede. Existe sim um espaço livre e democrático na internet, mas como vimos ao longo deste percurso, na prática, ele não é tão livre nem tão democrático. Existem forças e poderes que atuam embaçando essas potencialidades. Uma delas é a maneira que o indivíduo utiliza essa potencialidade. Diante desta constatação, naturalmente, a questão da competência em informação se apresentou.

Não basta então a potencialidade, mas é necessário um engajamento do indivíduo e de quem produz a informação para que esse espaço possa ser utilizado sob uma perspectiva de participação e atuação cidadã. A competência em informação para a cidadania foi um caminho a trilhar rumo a essa apropriação do espaço da ágora digital pelo cidadão.

Estudando a questão da competência em informação, já pensando nela como ferramenta para a construção, apropriação e motivação para a mobilização e atuação cidadã, outro ponto se impõe – a crítica. Não seria possível a um indivíduo, de fato, se apropriar de sua cidadania de maneira atuante, apenas com a disponibilidade de informação. Ele precisaria se engajar e, como Paulo Freire coloca, olhar para o mundo e para seus problemas de maneira crítica.

Enfim, para que esse indivíduo se interesse pela informação, por sua busca e organização – características do uso competente da informação –, o interesse e a vontade desse indivíduo precisariam também ser despertados. Isso foi pensado neste texto a partir do gosto (SCHNEIDER, 2015) e do maravilhar-se (FREIRE 1967). Torna-se portanto necessária a preocupação com uma informação de qualidade, atraente e estimulante a fim de promover o gosto pelo conhecimento e, conseqüentemente, um cidadão mais mobilizado com as questões sociais, mais criticamente inserido na sociedade, ciente de sua cidadania, preparado para agir no mundo de maneira livre, porém consciente de sua liberdade e escolhas.

Pensado na questão da solidariedade apontada por Castells e voltando à noção de cuidado de

---

<sup>30</sup> Manuel Castells: A sociedade do risco humano. Disponível em: <<http://www.fronteiras.com/artigos/manuel-castells-temos-que-criar-seres-humanos-capazes-de-assumir-o-risco-da-liberdade>> Acesso em: 26 jan. 2016.

Boff (2005), unindo ainda a ideia de ecologia da informação de Ramonet e de uma menor distinção entre as classes, vislumbramos uma sociedade mais equilibrada, harmônica e justa. Uma sociedade munida de competência crítica em informação e cidadã.

A questão da justiça é muito ampla e está longe de sequer chegar a um ponto aceitável, principalmente se pensamos a nível global. Contudo, não se pode abrir mão da vontade pelo justo, da busca e luta pela justiça. A informação é uma arma potente para mudanças graduais e pacíficas, e por vezes arma para o fomento de revoluções necessárias. A informação está no cerne da sociedade contemporânea, não há como ignorar sua influência, tanto pelo lado hegemônico e das comunicações de massa, capazes de conformar os indivíduos às vontades do capital e do poder, quanto pelo lado contra hegemônico, em seus embates pelas mudanças graduais ou revolucionárias.

Outro ponto importantíssimo neste embate é o campo acadêmico e educacional. Nele, assim como no chão das fábricas, são travadas hoje as lutas da sociedade e engendrados os novos paradigmas da sociedade. Portanto, é preciso pensar nos mecanismos que podem e devem ser utilizados para a propagação de uma informação construtora de conhecimento e cidadania, considerando artificios que utilizem as novas tecnologias de informação e comunicação em prol da competência crítica em informação. A informação relevante que alcança efetivamente o cidadão e desperta nele o interesse e o gosto é hoje a ferramenta para uma sociedade mais democrática e para a cidadania ampliada.

A ágora digital na contemporaneidade é o palco dos discursos comuns, sejam eles hegemônicos ou contra hegemônicos. É na ágora digital que o indivíduo se depara com informações e constrói seu conhecimento, se automobilizando, para depois se mobilizar em prol de sua cidadania. A ágora digital é ponto de encontro dos pares e praça de articulação das consciências. Nela o indivíduo exercita sua cidadania. Se antes o assunto estancava no chão da fábrica com a aproximação do patrão, se ao se estender nas esquinas, bares e casas era também estancado pelas forças coercivas do poder, hoje, em anonimato ou não, é possível estender as conversas para o ciber mundo, mais difícil de abafar, e desta maneira alargar os espaços de discussão e romper as fronteiras.

Porém a ágora digital, a não ser em redes muito específicas escondidas propositalmente, é mais fácil de vigiar e mais transparente, e expõe as discussões contra hegemônicas aos aparatos do poder. Por outro lado, ao lançar na rede uma informação, ela se espalha antes que qualquer censura possa ser feita e por vezes é registrada por algum ou alguns usuários antes de ser apagada. Isso torna mais difícil evitar que vazamentos de informação aconteçam, como nos casos citados neste estudo.

Por mais censura que a China ou o Irã tenham imposto à internet e a seu acesso, também

nestes países insurgiram revoltas articuladas pela internet. Em 2009, no Irã, sob toda censura, eclodiu um movimento democrático que utilizou as redes. Os resultados não foram os esperados mas este movimento influenciou o mundo. Na China, em 2013, houve uma ampla mobilização na internet e nas ruas de Guangzhou, para defender a liberdade de expressão da revista Southern Weekly<sup>31</sup>, como lembra Castells (2015).

A ágora digital é hoje uma arena importante para as articulações políticas e cidadãs, local de construção e exercício da cidadania. Como Marx e Engels destacam, quanto mais aglomerados os operários, mais o proletariado se fortalece e constrói uma comunicação, uma consciência e um discurso comuns. Hoje os cidadãos são também aglomerados na ágora digital, onde o discurso e a informação fluem, onde a opinião pública se expressa, o cidadão se organiza e também debate, negocia.

Como disse Steffen (2008, p. 146), a internet possui potencial para “aprofundar o conhecimento dos fatos e fatores, qualificando as opiniões, a formação política dos cidadãos e a relação desses com as estruturas de regulação e poder da sociedade”. Contudo, precisamos ser críticos, conscientes de que, a despeito deste potencial, seu uso e a cidadania vão sempre depender de capitais sociais, políticos, culturais e de características e vontades particulares, corroborando a necessidade do investimento na competência crítica em informação. Competência esta fundamental para a construção de uma cidadania ampliada, pois em primeira mão é ela que vai distinguir a cidadania ampliada da concepção consumista de cidadania apontada por Gadotti (1998) e difundida hegemonicamente.

Na concepção consumista de cidadania há uma porta aberta ao paternalismo e à vinculação da cidadania ao consumo. Como se para ser cidadão o sujeito precisasse possuir coisas que o qualifiquem assim. Uma vez dono de tais coisas ele passa a agir como consumidor da cidadania também, requerendo seus direitos de consumidor e esquecendo-se da posição essencial da cidadania – as conquistas sociais e a igualdade descolada do capital e das posses.

Na cidadania ampliada o cidadão está preocupado com a organização social, com as necessidades dos cidadãos em primeiro plano, buscando assim uma sociedade mais participativa, na qual o político é o cidadão e os cargos legislativos e executivos são ocupados por seus representantes. A política para este cidadão não é descolada de sua vida, não é algo que vem de cima, determinada por um soberano eleito com procuração irrestrita sobre a vida de todos os cidadãos. Trata-se da luta por uma democracia mais participativa e direta e de uma cidadania social.

Contudo, este cidadão, consciente da política que permeia sua vida, não nasce pronto, ele é

---

<sup>31</sup> Manuel Castells e a política da nova era. Entrevista ao Zero Hora. Disponível em: <<http://www.fronteiras.com/entrevistas/manuel-castells-e-a-politica-da-nova-era>> Acesso em: 26 jan. 2016.

fruto de sua formação e vivência. Uma vez exposto às informações e dotado de competência crítica em informação, esse cidadão é capaz de escolher seu posicionamento de maneira mais consciente. Porém, para que essa consciência cidadã emergja, são necessários o conhecimento e a vivência do que é cidadania. A disposição para intervir no espaço público e o contato com assuntos políticos são atitudes potencializadoras da cidadania e constroem a consciência cidadã.

Neste ponto, à luz de tudo que aqui foi refletido, podemos afirmar que a competência crítica em informação pode colaborar e muito para esse processo de posse e exercício da cidadania, automobilização, mobilização. A competência crítica em informação para a cidadania está intimamente ligada à educação formal e informal, e a educação destaca-se como um direito social, que possui papel fundamental como base para o exercício dos demais direitos e deveres, sendo um pré-requisito necessário à cidadania ampliada.

Afinal, “as liberdades têm de ser exercidas e não só garantidas” (ELSTER *apud* CABRAL, 2003, p.32), o que significa que o exercício da cidadania só ocorre a partir de processos de educação, aprendizagem, informação e conscientização do cidadão. É preciso que o cidadão entre nos espaços públicos de discussão e ação política para que se politize. Infelizmente, é o que, frequentemente, não ocorre. Daí a importância de se despertar o gosto pelo conhecimento, pela informação e pela cidadania, através e para a competência crítica em informação.

A informação, no contexto do ciber mundo, alimenta a cidadania planetária, propiciada pelas TICs, ao aproximar realidades culturais e políticas distintas, promovendo novos movimentos sociais, políticos e culturais, além de intensificar a troca de experiências das particularidades. Esse espaço também, por vezes, evidencia as desigualdades no interior dos Estados-Nação, expandindo sua importância. Quando a cultura e a hegemonia são colocadas em xeque por novas informações que atravessam as fronteiras dos estados, a cidadania pode ganhar novas perspectivas e o cidadão perceber realidades distintas das suas, sem intermediação hegemônica. Hoje, uma mulher que se sente oprimida no Irã pode trocar informações com outras que se sentem da mesma forma no Brasil, EUA, África ou Suécia, gerando uma noção de opressão para além das características políticas, culturais e econômicas de seus países.

Parafraseando Marx e Engels no Manifesto Comunista, é necessária uma cidadania que não diz respeito a um só país, mas a todos. Uma cidadania planetária, que seja uma colaboração internacional sincera das nações. Porém, consciente de que isso só é possível se cada uma dessas nações e cidadãos forem, em sua casa, perfeitamente autônomos. Essa pluralidade da cidadania planetária, potencializada no ciber mundo, contribui não apenas para a cidadania ampliada, como também para a competência crítica em informação.

Para tanto, a informação que pretende despertar o gosto pelo conhecimento precisa ser

sedutora sem ser infantilizante ou sensacionalista. Essa informação também precisa veicular o contexto histórico, cultural, social, de gênero, etnia etc. em que está inserida. Os geradores de informação precisam levar em conta as mediações e as complexidades do repertório simbólico coletivo disponível e os juízos de valor dos usuários, envolvidos no processo.

Para atingir os usuários e despertar-lhes o gosto, a informação precisa atender à demanda, responder aos problemas. A busca por informação normalmente vem do problema, da dúvida, da necessidade de alcançar um objetivo, ou da curiosidade. Portanto, despertar o interesse é estar atento a estes gatilhos, sanando-os de maneira objetiva e provocando o interesse por mais informação, por mais conhecimento, como nos “ganchos” das novelas e livros, que sempre deixam um gosto de quero mais.

Trata-se então, de estabelecer as condições que despertem a curiosidade, além de preparar para que a experimentação e uso da informação, alimentando a problematização, a progressividade das ideias e do conhecimento. Associar o aprendizado à memória também é uma maneira de despertar o usuário e associar a informação à sua história de vida. Uma sucessão de atitudes necessárias para que o indivíduo se engaje na busca por informação, primeiro despertando sua curiosidade e depois encadeando sugestões que o mantenham na busca por informação e conhecimento, porém problematizando, ou seja, estimulando o sujeito no sentido do desenvolvimento de uma atitude crítica diante da informação que está recebendo.

É importante, enquanto gerador de informação, considerar que a retroalimentação do conhecimento é uma das características da competência em informação. O usuário, depois de “fisgado” pela curiosidade e pelo gosto, tende a buscar mais informação e cada vez mais densa. Se essa informação acompanha seu crescimento de maneira não apenas dada, mas dialógica, ou seja, deixando espaço para a sua formação crítica, aí então temos a formação da competência crítica em informação.

A paixão pelo conhecimento é outro fator importante, levantado por Freire, Schneider e Romanelli, a ser considerado por pesquisadores e produtores da informação, principalmente quando se trata de uma informação que se pretende formadora de cidadãos competentes críticos em informação. Essa paixão é em grande medida bloqueada quando o prazer se separa do trabalho e da vida acadêmica, que se tornam obrigações, restando o prazer restrito às horas livres e ao consumo. É preciso retomá-la.

O homem competente crítico em informação para a cidadania ampliada torna-se um sujeito mais livre, mais dono de seu destino, de sua cidadania, capaz de reclamar sua história e mudar sua realidade. Voltando a Freire, um homem com postura de auto-reflexão e de reflexão sobre seu tempo e seu espaço. Uma consciência e competência crítica e criticizadora, reflexiva. Não há

democracia sem crítica.

Um ponto que precisa ser desenvolvido na sociedade atual, que vem sendo apontado por Capurro e cabe à C.I. trabalhar, é pensar na ética envolvida nestes novos processos informacionais, seja no âmbito da circulação de informações, seja nos meios, usos, armazenamento, memória, vigilância, direito de esquecimento, privacidade, transparência, legitimidade, produção, propagação etc. São muitos nichos que dizem respeito à informação e sobre os quais há muito pouca regulamentação. É preciso aprofundar essa discussão ética no Brasil para que o meio acadêmico possa influenciar estes usos e regulamentações.

No que diz respeito à competência crítica em informação para a cidadania ampliada, deve ser levada em consideração toda a tramitação da informação na ágora digital e a potencialidade democrática deste espaço. Assim, quem pensa informação, deve pensar na utilização deste espaço para a otimização do acesso e interesse pela informação. Deve pensar a ágora digital como espaço de construção da competência crítica em informação para uma cidadania ampliada, e na responsabilidade do meio acadêmico e da C.I. em relação a este processo.

Abordamos alguns aspectos característicos da ágora digital, pensando a cidadania e o potencial democrático desta ágora, principalmente no que tange à informação, percebendo a importância da competência crítica em informação para a cidadania ampliada. Um estudo de caso aplicado, buscando o que propicia em determinado grupo a construção desta competência específica, seria o desdobramento natural desta pesquisa. Há muito ainda o que aprofundar em todas as questões perpassadas neste texto.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Fragmentos Filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 254 p.
- ANTOUN, Henrique. O poder da comunicação e o jogo das parcerias na cibercultura. **Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos**. v. 6, n 2, p. 67-86, jul./dez., 2004.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mitos e lendas da informação: o texto, o hipertexto e o conhecimento. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v.8, n.1, fev. 2007. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/164/1/Barreto%206.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2015.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica**. Tradução de português por José Lino Grünnewald e publicado na coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1955.
- BENTES, Ivana. Nós somos a rede social. In MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 9-16. (Coleção Cibercultura).
- BEZERRA, Arthur Coelho. **Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16º, 2015. João Pessoa: ANCIB, 2015 Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2716/1034>>. Acesso em: 03 nov. 2015.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, out./mar. 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/6/12>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- BOITO JR., Armando. Cidadania e classes sociais. In: BOITO JR., Armando. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Unesp, 2000. p. 247-261.
- BOURDIEU, Pierre. Capital social: notas provisórias. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 65-69.
- BRETAS, Beatriz. Pessoas comuns e ocupações midiáticas do ciberespaço. **LOGOS 29 Tecnologias e Socialidades**, Ano 16, 2 sem. 2008. Disponível em: <[http://www.logos.uerj.br/PDFS/29/05BEATRIZ\\_BRETAS.pdf](http://www.logos.uerj.br/PDFS/29/05BEATRIZ_BRETAS.pdf)>. Acesso em 20 mai. 2015.
- CABRAL, Manuel Villaverde. O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil). **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v. 18 n. 51 fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbesoc/v18n51/15985.pdf>>. Acesso em: 20/04/2012.
- CÂNDIDO, Celso. **A construção da Ágora Virtual**. 1999. Disponível em:<http://caosmose.net/pierrelevy/agoravirtual.html>. Acesso em: 30/05/2012.
- CAPURRO, Rafael. Entrevista [07/10/2015]. In: SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo. Dilemas ético-epistemológicos da era da informação **Liinc em revista**. Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 322-328,

novembro 2015. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/844/564>> Acesso em 02/01/2015.

CAPURRO, Rafael. **Citizenship in the Digital Age**. University of Alberta (Edmonton, Canada) (2013). No prelo.

CAPURRO, Rafael. Desafios teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. **Ética da Informação: conceitos, aboragens, aplicações** / Organização, Gustavo Henrique de Araujo Freire, 18 a 19 de março de 2010. - João Pessoa: Ideia, 2010.

CAPURRO, Rafael. O Conceito de Informação. Tradução do capítulo publicado no Anual Review os Information Science and Technology. Ed. Blaise Cronin. v. 37, cap. 8, p. 343-411, 2003. in **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASTELLS, Manuel. A internet ameaçada. Tradução: Inês Castilho. On [21/03/2015]. In: **Outras Palavras: Comunicação Compartilhada e Pós-capitalism**. 2015. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/castells-a-internet-ameacada/>> Acesso em 02/12/2015.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede, in MORAES, Dênis de (org.) **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 255-287

CORTEZ, Glauco Rodrigues. Ágora e mídia moderna: espaços de comunicação e jornalismo na antiguidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. IV No 1 – 1º semestre de 2007. Disponível em: <<http://150.162.1.115/index.php/jornalismo/article/view/2198/2050>>. Acesso em: 27/05/2012.

CRUZ, Ruleandson do Carmo. Redes sociais virtuais: premissas teóricas ao estudo em ciência da informação. **TransInformação**, Campinas, 22(3):255-272, set./dez., 2010.

DANTAS, Marcos. **Dialética da informação: Uma leitura epistemológica no pensamento de Vieira Pinto e Anthony Wilden**. 2013.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo. Guy Debord (1931-1994)**. Projeto Periferia. Paráfrase em português do Brasil: Railton Sousa Guedes. Digitalização da edição em pdf originária de [www.geocities.com/projetoperiferia](http://www.geocities.com/projetoperiferia). 2003

EGLER, Tamara T.C. (org.). **Ciberpólis: redes no governo da cidade**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. Disponível em: <[http://www.espaco.ippur.ufjf.br/textos/ciberpolis\\_EGLER\(2007\).pdf](http://www.espaco.ippur.ufjf.br/textos/ciberpolis_EGLER(2007).pdf)>. Acesso em: 17/06/2015.

FARIAS, Gabriela Belmont de; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Como desenvolver a competência em informação mediada por modelagem conceitual teórico-prática: por uma aprendizagem significativa e criativa na educação** – Londrina: ABECIN Editora, 2015. 173p. 1 Livro digital: il. – (Coleção Estudos ABECIN; 01). Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/portal/>>. Acesso em: 18/09/2015.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araujo. Ética e políticas de informação: uma ação de informação no programa de cooperação acadêmica – novas fronteiras da CAPES. **Ética da Informação: conceitos, aboragens, aplicações** / Organização, Gustavo Henrique de Araujo Freire, 18 a 19 de março de 2010. - João Pessoa: Ideia, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1967.

FURLAN, Luiz Fernando. Criando convergência para o desenvolvimento: a Inclusão Digital. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, out./mar., 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1497/1678>>. Acesso em: 20/10/2016.

GADOTTI, Moacir. **Cidadania Planetária - Pontos para a reflexão**. 1998. Disponível em: <<http://siteanti>>



go.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Cidadania\_Plenataria\_1998.pdf>.  
Acesso em: 26/06/2012.

GALA, Paulo; FERNANDES, Danilo Araújo. **Abdução da descoberta em economia**. Texto para discussão 307 – abril de 2012 – F.FGV-EESP.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento Informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem**. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação / Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO\\_Letramento\\_Informacional.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf)> Acesso em: 04/07/2015.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39 n. 3, p.83-92, set./dez., 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v 7, n 3, setembro/dezembro de 2005. Disponível em: <[http://www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/Publicacoes/fronteirasv9n3/09\\_art07\\_gomes.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/Publicacoes/fronteirasv9n3/09_art07_gomes.pdf)>. Acesso em: 16/10/2012.

GOMES, Wilson. A Esfera Pública política e media: Com Habermas e Contra Habermas. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas et al. **Org. Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis, RJ: vozes, 1998.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima; OLINTO, Gilda. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.4, n.1, p. 20-34, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/64/78>>. Acesso em: 08/06/2015.

HAYTHORNTHWAITE, Caroline. Social Networks and Information Transfer. *in* **The Encyclopedia of Library and Information Science** - Marcia Bates, & Mary Maack (Eds.). NY: Taylor & Francis. 2009.

JACKS, Nilda. Tendências latino-americanas nos estudos da recepção. **Revista FAMECOS** – Porto Alegre – n 5, novembro 1996. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/2946/2230>>. Acesso em: 03/04/2015.

JAPPE, Anselm. **Guy Debord**, tradução de I r: ici D. Poleti. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

KELLNER, Douglas. **Cultura da Mídia**. LÍBERO – Ano VI – Vol 6 – n. 11. 2004.

KELLNER, Douglas. **A cultura da Mídia. Estudos culturais: identidade política entre o moderno e o pós-moderno**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP. EDUSC, 2001.

LAU, Jesús. Diretrizes sobre Desenvolvimento de Habilidades em Informação para a aprendizagem permanente. **IFLA**. Tradução Regina Célia Baptista Belluzzo. São Paulo: FEBAB, 2008. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 06/12/2015.

LEAL, Rosemiro Pereira. Processo e democracia – a ação jurídica como exercício da cidadania. Cadernos da Ejef, Belo Horizonte, **Série Estudos Jurídicos – 03 – Direito Processual**, 2006. Disponível em: <[http://ejef.tjmg.jus.br/home/files/publicacoes/cadernos\\_da\\_ejef/serie\\_estudos\\_juridicos/processual\\_1.pdf#page=105](http://ejef.tjmg.jus.br/home/files/publicacoes/cadernos_da_ejef/serie_estudos_juridicos/processual_1.pdf#page=105)>. Acesso em: 02/06/2012.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da Informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes.

Brasília, DF. Briquet de Lemos/Livros. 1996.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. Editora Expressão Popular – São Paulo. 2011. Disponível em: <[http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/Introducao\\_a\\_Filosofia\\_de\\_Marx.pdf](http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf)>. Acesso em: 31/05/2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LOBODA, Carlos Roberto; ANGELIS, Bruno L. D. De, **Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. Ambiência – ISSN**, paraná, v 01, n 01, 2005. Disponível em: <<http://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/viewArticle/157>>. Acesso em: 02/06/2012.

MAIA, Rousiley, C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. **LOGOS**, n 27, Ano 14, 2º semestre de 2007. Disponível em: <[http://www.logos.uerj.br/PDFS/27/04\\_ROUSELY\\_MAI-A.pdf](http://www.logos.uerj.br/PDFS/27/04_ROUSELY_MAI-A.pdf)>. Acesso em 19/03/2012.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**/Fábio Malini e Henrique Antoun. – Porto Alegre: Sulina, 2013. 278 p.; (Coleção Cibercultura).

MARTELETO, Regina Maria; TOMAÉL, Maria Inês. A Metodologia de Análise de Redes Sociais. **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. Marta Lígia Pomim Valentin (Org). São Paulo. Polis. 2005.

MARTINS, Adriane Figueirola. **Os processos persuasivos da política sob a concepção da cibercultura**. 2004. IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Publicado pelo Instituto José Luis E Rosa Sundermann. 2003.

MEDEIROS, Priscila Muniz de. Ciberespaço, Democracia e Globalização: Uma Análise do Ciberativismo do *Avaaz*. **XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2011, Recife. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1413-1.pdf>>. Acesso em: 15/03/2012.

MORAES, Denis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. Dossiê comunicação e política. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298>>. Acesso em: 10/04/2015.

MORAES, Denis de. A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas. 2009.

MORAES, Denis de. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (RBCS), v. 23, n. 2, julho/dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>>. Acesso em 20/03/2012.

MORETZSOHN, Sylvia. A Cidadania através do espelho: do estado do bem-estar às políticas de exceção. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 5, n 15, p. 138-169, janeiro/abril 2011, julho/dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.sesc.com.br/publicacoes/sinaissociais/sinais\\_sociais/15.pdf](http://www.sesc.com.br/publicacoes/sinaissociais/sinais_sociais/15.pdf)> Versão em html do arquivo fornecida pelo Google. Acesso em 15/08/2012.

MOSTAFA, Solange Puntel; CRUZ, Denise Viuniski da Nova; AMORIM, Igor Soares. Primavera nos dentes: fuga e resistência na era digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 360-374, novembro 2015.

NILSEN, Alf Gunvald. On Marxism and Social Movements in the Twilight of Neoliberalism. **Public Lecture – UHURU** – May 2015. Disponível em: <[https://www.academia.edu/12371987/On\\_Marxism\\_and\\_Social\\_Movements\\_in\\_the\\_Twilight\\_of\\_Neoliberalism](https://www.academia.edu/12371987/On_Marxism_and_Social_Movements_in_the_Twilight_of_Neoliberalism)>. Acesso em: 18/06/2015.

OLIVEIRA, Danielli Viana de. **Zapatismo, Redes e a Internet: Uma reflexão sobre a insurgência política na era da globalização**. 2012. Disponível em: <[http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/3420/3/20854275\\_Danielli%20Oliveira.pdf](http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/3420/3/20854275_Danielli%20Oliveira.pdf)>. Acesso em: 26/08/2013.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Ética e os dilemas e impasses da informação: reflexão sobre a divulgação científica ou popularização da ciência. **Ética da Informação: conceitos, aboragens, aplicações** / Organização, Gustavo Henrique de Araujo Freire, 18 a 19 de março de 2010. - João Pessoa: Ideia, 2010, p. .

QUEIROZ, Carla Ferreira Lopes da Silva. Direitos humanos e cidadania. **Revista de Direito Procuradoria Geral do estado de Goiás**. PGE-GO, v. 26, 2011, p. 135-148. Disponível em: <<http://www.pge.go.gov.br/revista/index.php/revistapge/article/view/55/44>>. Acesso em: 15/01/2013.

RAMONET, Ignacio. O Poder Midiático, in MORAES, Dênis de (org.) **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 243-252.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. – Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura) 191 p .

ROMANELLI, R. A.; SCHNEIDER, Marco . Ciência, Interesse e Linguagem: Alguns Desafios da Divulgação Científica. In: Denise Tavares; Renata Rezende. (Org.). **Mídias & Divulgação Científica - Desafios e Experimentações em meio à Popularização da Ciência**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ciências e Cognição, 2014, p. 33-51.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Espectáculo, Política e Mídia**. 2003. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf>>. Acesso em: 24/10/2013

SAMPAIO COELHO, Ana Carolina. A sociedade em rede: a revolução é compartilhada. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 165-173, dez. 2011.

SCHNEIDER, Marco. **A Dialética do Gosto**. Informação, música e política. Rio de Janeiro: Circuito / Fa-perj, 2015.

SCHNEIDER, Marco. Comunicação, classes sociais e cidadania: crítica da economia política dos estudos culturais. In: **Revista Eptic Online** Vol.15 n.3 p.4-18 set.-dez. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/1352/1350>>. Acesso em: 01/04/2015.

SCHNEIDER, Marco. Internet e Cidadania nas periferias do Rio de Janeiro. In: **Estudos em Comunicação**, n 12, 279-292, Portugal, dez. 2012. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/12/pdf/EC12-2012Dez-14.pdf> Acesso em 15/01/2015.

SILVA, Armando Malheiro da. A pesquisa e suas aplicações em ciência da informação: implicações éticas. **Ética da Informação: conceitos, abordagens, aplicações** / Organização, Gustavo Henrique de Araujo Freire, 18 a 19 de março de 2010. - João Pessoa: Ideia, 2010.

SILVA, Helena; JAMBEIRO, Othon; LIMA, Jussara e BRANDÃO, Marco Antônio. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ci. Inf., Brasília**, v. 34, n. 1, p.28-36, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf>>. Acesso em: 08/04/2015.

SOUSA, Marcelo Igor de; MEDEIROS, Magno Luiz da Silva. Jornalismo Cidadão na Internet: Modelo participativo e suas implicações na comunicação e na sociedade. **XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**, 2010, Goiânia. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0316-1.pdf>>. Acesso em: 20/04/2012.

STEFFEN, César. Espaços digitais: a territorialidade midiática. **Conexão – Comunicação e Cultura, UCS**, Caxias do Sul, v. 7, n. 14, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/>>

article/view/143>. Acesso em: 26/05/2012.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TARDE, Gabriel. **A Opinião e as Massas**. Tradução de Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (Coleção Tópicos).

TORO, Jose Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte Furquim. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. UNICEF, Brasil, 1996. Disponível em: <[http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13\\_Biblioteca/Publicacoes/mobilizacao\\_social.pdf](http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Publicacoes/mobilizacao_social.pdf)>. Acesso em 19/03/2012.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.130-141, set./dez., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>>. Acesso em: 25/11/2015.

WILDEN, Anthony. “Informação”, In Enciclopédia Einaudi, v. 34, “**Comunicação-Cognição**”, Lisboa, PT: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2001.